



Fórum Nacional da Indústria

7º RELATÓRIO DE GESTÃO



MAPA ESTRATÉGICO DA Indústria

Brasília, 2012

 2007 - 2015

7º RELATÓRIO DE GESTÃO
MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA
2007 - 2015

Brasília, março de 2012.

SUMÁRIO

1.	Introdução	05
2.	Mapa Estratégico da Indústria	07
3.	Painel Executivo	08
4.	Acompanhamento da Execução das Metas	13
5.	Situação dos Programas e Projetos	15
	■ Liderança Empresarial	15
	■ Ambientes Institucional e Regulatório	20
	■ Infraestrutura	64
	■ Disponibilidade de Recursos	70
	■ Expansão da Base Industrial	76
	■ Inserção Internacional	82
	■ Gestão Empresarial e Produtividade	105
	■ Inovação	108
	■ Responsabilidade Social e Ambiental	116
ANEXO I	Histórico	128
ANEXO II	Revisão do Mapa	131

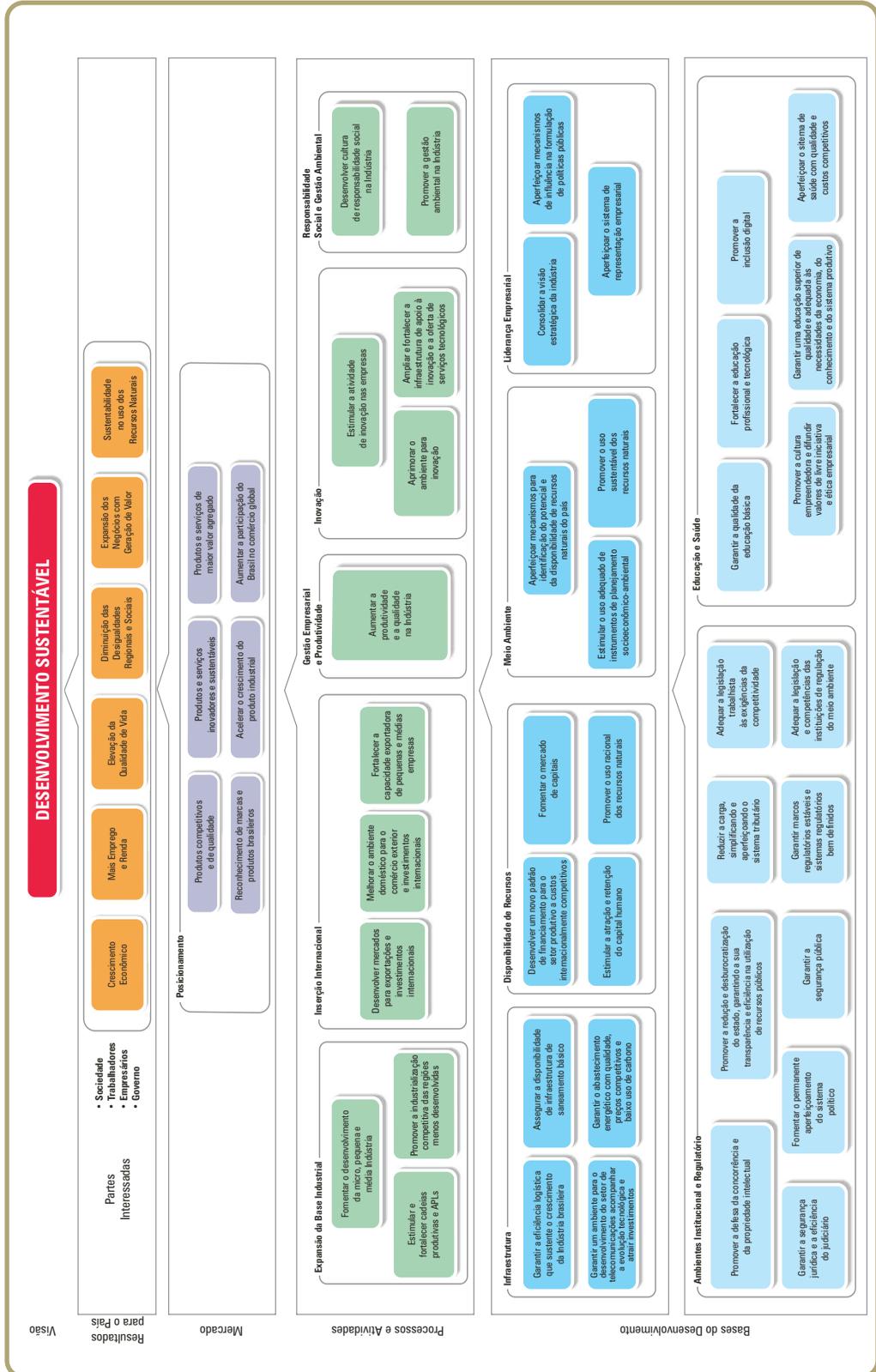
■ Relatório de Gestão do Mapa Estratégico da Indústria

O 7º Relatório de Gestão do Mapa Estratégico da Indústria proporciona a visão geral da evolução dos programas e projetos do Mapa Estratégico da Indústria (2007 - 2015). É acompanhado do 5º Caderno de Indicadores, que apresenta a análise e evolução dos 18 principais indicadores do Mapa.

Esse Relatório descreve as atividades desenvolvidas em 2011 e o grau de execução dos programas e projetos.

Com o objetivo de proporcionar aos membros mais recentes do Fórum Nacional da Indústria o conhecimento de todo o processo de criação e gestão do Mapa Estratégico, esse Relatório resgata e apresenta, como anexos, o histórico e as ações de fortalecimento da gestão integrada do Mapa.

2. Mapa Estratégico da Indústria



3. Painel Executivo

TEMAS / PROJETOS		início 2012	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novo
LIDERANÇA EMPRESARIAL								
1.1	Reestruturação do Sistema de Representação Empresarial em Órgãos Públicos							
1.2	Participação da Indústria na Conferência Rio +20							
AMBIENTES INSTITUCIONAL E REGULATÓRIO								
4.1	Monitorar as ações da Comissão Mista que trata do rito de tramitação para apreciação de Medidas Provisórias pelo Congresso							
4.2	Acompanhar e influenciar tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que disciplina a edição de Medidas Provisórias							
5.1	Desenho e implementação de processo de aprovação, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes							
6.1	Monitorar a tramitação do conjunto de projetos de lei – derivado da Reforma do Judiciário – que visa conferir maior celeridade ao processo judicial							
8.1	Parcerias para redução de roubo de carga							
9.1	Políticas públicas sobre sistema de segurança							
10.1	Projeto de Combate à Concorrência Desleal e à Pirataria							
11.1	Proposta da Indústria para Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência							
12.1	Proposta de Desburocratização do Estado com Aumento de sua Eficiência							
12.2	Guia para modernização de procedimentos para licenciamento de empresas a nível municipal - Convênio CNI e IFC/ World Bank							
13.1	Proposta da Indústria para Redução do Déficit Público							
13.2	Gestão do Estado e Eficiência e Produtividade							
16.1	Consolidação do Posicionamento da Indústria com relação à Reforma Política							
17.1	Desoneração de Exportações							
17.2	Desoneração de Investimentos							
18.1	Elaborar Proposta da Reforma do Sistema Tributário Brasileiro							
20.1	Compensação Ambiental							

TEMAS / PROJETOS		início 2012	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novo
20.2	Licenciamento Ambiental							
20.3	Resíduos Sólidos							
20.4	Resíduos Sólidos II							
20.5	Biodiversidade							
20.6	Mudança do Clima							
20.7	Biotecnologia							
20.8	Instrumentos de Planejamento Ambiental							
21.1	Projeto de Reforma do Marco Regulatório de Saneamento Básico (PL 5296/2005)							
22.1	Desenvolver ações para que as propostas publicadas no documento da CNI "Agências Reguladoras: A Experiência Internacional e a Avaliação da proposta de Lei Geral Brasileira" sejam implementadas							
23.1	Elaborar a visão da Indústria sobre boas práticas de relações de trabalho e desenvolver mecanismos de difusão							
23.2	Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas de Relações do Trabalho							
23.3	Formular e disseminar a visão da Indústria sobre temas da área Relações do Trabalho							
24.1	Elaborar e promover anteprojeto de lei de reforma trabalhista que contemple a visão da Indústria							
24.2	Adequar a proposta de reforma sindical aos objetivos da Indústria							
24.3	Elaborar estudos e propostas sobre temas específicos de regulação do mercado de trabalho							
24.4	Elaborar e promover ações que contemplem a visão da Indústria quanto à modernização das relações de trabalho							
24.5	Elaborar e promover ações que contemplem a visão da Indústria quanto ao sistema sindical brasileiro							
INFRAESTRUTURA								
31.1	Identificar encargos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica e propor soluções para a sua redução							
31.2	Posicionamento do setor industrial com relação ao marco regulatório para o setor de gás natural							

TEMAS / PROJETOS		início 2012	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novo
35.1	Projeto de reforma institucional do setor de transportes							
35.3	Aumento da eficiência das administrações portuárias							
35.4	Projeto de aumento da oferta e da qualidade dos serviços no transporte marítimo de longo curso (internacional) e cabotagem, com destaque para dinamização do transporte de contêineres							
DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
37.1	Implementar o Plano Diretor de Mercado de Capitais							
38.1	Desenvolver Novos Mecanismos de Financiamento de Fontes Não-Bancárias							
38.2	Financiamento							
39.1	Redução da Taxa Básica e do Spread Bancário							
EXPANSÃO DA BASE INDUSTRIAL								
42.1	Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI)							
43.1	Projeto de melhoria e aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa							
43.3	Regulamentação e Aperfeiçoamento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa							
43.4	Portal do Observatório da Lei Geral							
43.5	Projeto de aperfeiçoamento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa 2012							
44.1	Estudo sobre o mecanismo de financiamentos para as micro e pequenas empresas							
44.2	Cartilhas sobre linhas de financiamento para as micro e pequenas empresas							
44.3	Núcleo de Acesso ao Crédito							
44.4	FINPYME - Projeto Financiamento Inovador para Pequenas e Médias Empresas							
INSERÇÃO INTERNACIONAL								
46.1	Fortalecimento dos mecanismos de promoção comercial							
46.2	Base de dados em Comércio Exterior							
46.3	Ações de Promoção Comercial no Exterior							

TEMAS / PROJETOS		início 2012	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novo
46.4	Implantação de Unidades de Atendimento da APEX-Brasil em Federações de Indústria							
46.5	Gerenciamento do Programa AI-Invest IV							
46.6	Execução Nacional do Programa AI-Invest IV							
46.7	Inteligência Comercial							
46.8	Missões Empresariais Prospectivas no Exterior							
46.9	Organização da participação empresarial nas missões presidenciais							
47.1	Avaliação do sistema de financiamento às exportações							
47.2	Certificação de Origem Digital							
47.3	Definição de Agenda de Defesa de Interesses no Exterior							
48.1	Redução da burocracia no comércio exterior							
48.2	Política de Comércio Exterior							
49.1	Mapeamento dos interesses da indústria com relação à agenda de acordos comerciais							
50.1	Consolidação e aperfeiçoamento do sistema empresarial de influência em Negociações Internacionais (CEB)							
51.1	Aperfeiçoamento do modelo institucional de comércio exterior e negociações internacionais							
52.1	Assessorar as Empresas para o processo de exportação (EXPORTA CIN)							
52.3	Capacitação Empresarial em Comércio Exterior							
52.4	Programas de Prospecção de Mercado Externo							
GESTÃO EMPRESARIAL E PRODUTIVIDADE								
53.1	Iniciativas de apoio à Competitividade Empresarial							
53.2	Programa de Mobilização Empresarial para a Competitividade							

TEMAS / PROJETOS		início 2011	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novos
INOVAÇÃO								
54.1	Projeto: Criação de redes de instituições de apoio à inovação nas empresas							
54.2	Programa de Mobilização Empresarial para a Pesquisa Cooperativa							
54.3	Programa de Representação Empresarial nos Fundos Setoriais							
56.2	Projeto "Rede de Competências" (CNI-HEL-SENAI)							
57.1	Projeto de Modernização dos Centros Tecnológicos e de Prestação de Serviços de TIB							
57.2	Programa Brasileiro de Avaliação de Conformidade - PBAC							
57.3	Programa Brasileiro de Normalização - PBN							
60.1	Criação de um Ambiente Regulatório Favorável à Inovação nas Empresas							
60.2	Programa de Mobilização Empresarial Pró-Inovação							
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL								
61.2	Análise do ciclo de vida							
62.1	Eficiência Energética							
62.2	Rede CNI de Produção mais limpa (P+L)							
62.3	Sistema Integrado das Bolsas de Resíduos do Sistema Indústria - SIBR							
62.4	Recursos Hídricos							
63.1	Articular os conselhos, núcleos ou grupos de responsabilidade social para atuação em rede							
63.2	Fomentar a cultura da responsabilidade social no meio empresarial							
63.3	Contribuir para a formulação de políticas públicas e para a criação e aperfeiçoamento da legislação de incentivos à responsabilidade social							
63.4	Mapear, acompanhar e apoiar ações, prêmios e certificações relativas à Responsabilidade Social Empresarial							

4. Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2012	Situação em Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/ IBGE	6,1% (2007) 5,2% (2008) -0,3% (2009) 7,5% (2010) 2,8% (2011)* 3,0% (2012)* *Estimativa CNI	Crescimento de 5,5% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 7,0% a.a (Taxa média até 2015)	distante da meta ↓	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↑
Crescimento do PIB Industrial	Contas Nacionais/ IBGE	5,3% (2007) 4,1% (2008) - 5,6% (2009) 10,4% (2010) 1,8% (2011)* 2,3% (2012)* *Estimativa CNI	Crescimento de 7,0% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 8,5% a.a (Taxa média até 2015)	distante da meta ↓	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↑
Índice de Produtividade da Indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	2,2% (2007) - 1,7% (2008) 0,3% (2009) 3,2% (2010) -0,5% (2011)	Crescimento de 3,5% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 6,0% a.a (Taxa média até 2015)	distanciando da meta ↓	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↓
Taxa de Desemprego	PNAD/IBGE	9,3% (2007) 7,9% (2008) 8,1% (2009) 6,7% (2010) 6,0% (2011) 5,8% (2012)* *Estimativa CNI	Alcançar 7,0% até 2010	Alcançar 6,0% até 2015	atingiu a meta ●	atingiu a meta de 2010 ●	convergingo para a meta ↑
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	Contas Nacionais/ IBGE	13,4% (2007) 13,7% (2008) 11,0% (2009) 10,9% (2010) 11,6% (2011)* 11,3% (2012)** *até o terceiro trimestre **Estimativa CNI	Alcançar 20% até 2010	Alcançar 30% até 2015	distante da meta ↓	distante da meta ↓	distante da meta ↓
Crédito / PIB	Banco Central	35,2% (2007) 40,5% (2008) 43,7% (2009) 45,2% (2010) 49,1% (2011)	Alcançar 50% até 2010	Alcançar 70% até 2015	convergingo para a meta ↑	convergingo para a meta ↑	convergingo para a meta ↑
Spread Bancário	Banco Central	22,3% (2007) 30,7% (2008) 24,3% (2009) 23,6% (2010) 26,9% (2011)	Alcançar 20% até 2010	Alcançar 10% até 2015	distanciando da meta ↓	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↑
Taxas Real de Juros (Selic/ IPCA)	Banco Central	8,1% (2007) 6,4% (2008) 5,0% (2009) 4,6% (2010) 4,8% (2011) 4,4% (2012)* *Estimativa CNI	Alcançar 5% até 2010	Alcançar 4% até 2015	convergingo para a meta ↑	atingiu a meta de 2010 ●	atingiu a meta de 2010 ●
Carga Tributária	Receita Federal	33,9% (2007) 34,1% (2008) 33,1% (2009) 33,9% (2010) 35,8% (2011)* *Estimativa CNI	Alcançar 33% até 2010	Alcançar 27% até 2015	distanciando da meta ↓	distanciando da meta ↓	distante da meta ↓

LEGENDA: ● Atingiu a meta ↑ Convergingo para a meta ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta ↓ Distanciando da meta

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2012	Situação em Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010
Oferta Interna de Energia	Empresa de Pesquisa Energética – EPE	5,1% (2007) 6,2% (2008) -3,4% (2009) 10,2% (2010)	Crescimento médio de 7,0% a.a até 2010	Crescimento médio de 8,5% a.a até 2015	distanciando da meta ↓	distanciando da meta ↓	convergindo para a meta ↑
Investimento em Infraestrutura dos Transportes / PIB	IBGE/ SIAFI	0,21% (2007) 0,20% (2008) 0,28% (2009) 0,36% (2010) 0,26% (2011)	Alcançar 0,50% até 2010	Alcançar 0,60% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	PNAD/IBGE	51,1% (2007) 52,5% (2008) 52,5% (2009)	Alcançar 60% até 2010	Alcançar 70% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	convergindo para a meta ↑
Investimento Privado em P&D / PIB	MCTI	0,52% (2007) 0,53% (2008) 0,57% (2009) 0,56% (2010)	Alcançar 0,8% até 2010	Alcançar 1,4% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
PISA	OCDE	368 (2000) 383 (2003) 384 (2006) 401 (2009)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2000) até 2015		distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
Domicílios com acesso a Internet	PNAD/IBGE	20,0% (2007) 23,8% (2008) 27,4% (2009)	Alcançar 25% até 2010	Alcançar 30% até 2015	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
Renda per capita em US\$ constantes - paridade de poder de compra (PPP)	FMI	9.894 (2007) 10.525 (2008) 10.464 (2009) 11.273 (2010) 11.846 (2011)* * Estimativa FMI	Alcançar 12.000 PPP até 2015		convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
Gini	PNAD/IBGE	0,528 (2007) 0,521 (2008) 0,518 (2009)	Alcançar 0,5 até 2015		convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
IDH	PNUD	0,665 (2000) 0,692 (2005) 0,708 (2009) 0,715 (2010) 0,718 (2011)	Devido à mudança de metodologia do PNUD, será elaborada nova proposta de meta a ser apresentada ao Fórum posteriormente.				

LEGENDA: ● Atingiu a meta ↑ Convergindo para a meta ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta ↓ Distanciando da meta

Programas e Projetos Associados:

Programa 1. Mecanismos de Consulta do Governo ao Setor Privado

Objetivo: Desenvolver iniciativas voltadas para a ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta do governo ao setor privado.

Projeto Associado 1-1: Reestruturação do Sistema de Representação Empresarial em Órgãos Públicos

Objetivo: Capacitar representantes da Indústria que atuam em comitês, conselhos, grupos de trabalho e outras instâncias de representação para defender a visão do setor perante os órgãos públicos.

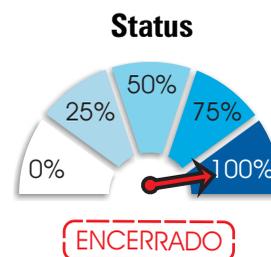
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Pablo Cesário.

Ações realizadas:

- Realização do evento de capacitação de representantes da área de saúde e segurança do trabalho nos temas comunicação e negociação (2010);
- Elaboração do novo processo de gestão das instâncias de representação, com a definição de níveis de prioridades, e estabelecimento de atribuições e responsabilidades para as Unidades Temáticas e representantes (2010);
- Realização de reuniões com gerentes-executivos para priorização das representações (2010);
- Lançamento do novo Guia do Representante (2010);
- Realização de treinamento das Unidades Temáticas para uso do Sistema de Gestão de Defesa de Interesses (SGDI) (2010);
- Adoção do novo processo de indicações para as representações, por meio da avaliação das competências da instância e do currículo dos indicados pelo gabinete (2010);
- Realização das inscrições da CNI para eleição nos Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca e Conselho Nacional de Incentivo a Cultura (2010);
- Envio a todos os representantes externos indicados para representar a CNI em instâncias governamentais do Kit do Representante, contendo orientações sobre o papel de representante, incluindo o

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2010



Guia do Representante CNI, guia de acesso ao Sistema de Gestão de Defesa de Interesses (SGDI), publicações da área de interesse e orientações para contato permanente com as Unidades Temáticas da CNI e constante consulta ao site e produtos da CNI que divulgam posicionamentos de interesse para ações de representação (2009);

- Publicação intitulada “Mecanismos de Consulta da CNI” (dez/2009).
- Realização do 1º e 2º Encontro de Representantes do Sistema CNI, em maio/2005 e maio/2008, respectivamente;
- Lançamento do Guia do Representante (2005);
- Relacionamento e reuniões de alinhamento com representantes da CNI, realizados em casos específicos (Meio Ambiente, Relações do Trabalho, Economia) (2005);
- Aprimoramento do processo de indicação de representantes da CNI para as instâncias de representação, mediante consulta às Federações, identificação de perfil adequado, instrução sobre forma de trabalho da instância, etc (2005);
- Tradução e publicação do Guia da OIT sobre lobby, e distribuição aos representantes da CNI (2005);
- Divulgação do trabalho de gestão e relacionamento com representantes para as Federações de Indústria. Apoio à adoção do sistema e da ferramenta pelas Federações (2005).

Projeto Associado 1-2: Participação da Indústria na Conferência Rio+20

Objetivo: Organizar a participação do setor industrial (federações, associações, empresas e outras instituições representativas) na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio + 20 (junho de 2012).

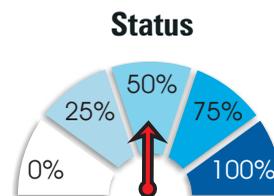
Apresentar os avanços alcançados pela indústria brasileira na área de meio ambiente e sustentabilidade e debater sobre os desafios e as oportunidades que emergem com o amadurecimento dessas temáticas no setor de negócios.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Participação como representante do setor empresarial na Comissão Nacional para a Conferência Rio + 20, criada por Decreto da Presidência da República. Essa comissão é coordenada pelos ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores (2011);
- Contribuição ativa na construção dos documentos do Ministério da Fazenda e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social produzidos para subsidiar a contribuição brasileira na elaboração do Zero Draft da Conferência (2011);
- Produção do documento "A indústria brasileira frente à Rio+20: contribuições à elaboração do Zero Draft", enviado ao MRE para subsidiar as contribuições do Governo Brasileiro ao "Zero Draft" da Conferência que está sendo sistematizado pela ONU (2011);
- Elaboração, em parceria com a Fundação Dom Cabral, do Documento Nacional de Posicionamento da Indústria sobre os temas em pauta na Conferência Rio + 20 (2011);
- Articulação e coordenação do desenvolvimento de dezoito fascículos setoriais e temáticos, a serem anexados ao Documento Nacional, produzidos pelo SENAI, SESI e por instituições representativas dos seguintes setores: alumínio; cimento portland; indústria alimentícia; máquinas e equipamentos; eletroeletrônico; indústria química; indústria têxtil; automobilística; papel e celulose; construção civil; energia; floresta nativa; sucroenergético; siderurgia; mineração; e petróleo e gás (2011);
- Participação no Green Economy Dialogue, projeto de iniciativa da

Início	Fim
Janeiro de 2011	Dezembro de 2012



United States Council Foundation (USCF), United States Council for International Business (USCIB) e USCIB's Environment Committee, bem como pelo Business and Industry Advisory Committee da OECD (BIAC) (2011);

- Participação de reuniões e negociações preparatórias para a Conferência Rio + 20 promovidas pela ONU, na condição de participante do *Major Group – Business and Industry* em estreita articulação com o *Business Action for Sustainable Development 2012 (BASD)* (2011);
- Organização do “Encontro da Indústria para a Sustentabilidade”, evento que será realizado pela CNI na semana anterior à Conferência Rio+20 para promover ações empresariais voltadas à sustentabilidade (2011).

Programas e Projetos Associados:

Programa 4. Uso Adequado de Medidas Provisórias

Objetivo: Apoiar a consolidação no regimento do Congresso Nacional da interpretação no sentido de que as propostas de emenda à Constituição, os projetos de lei complementar, as resoluções e os decretos legislativos possam ser votados em sessões extraordinárias, mesmo com a pauta trancada por Medidas Provisórias.

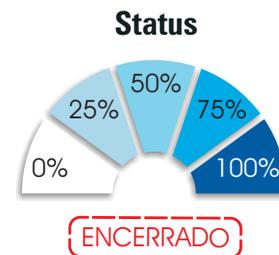
Projeto Associado 4-1: Monitorar as ações da Comissão Mista que trata do rito de tramitação para apreciação de Medidas Provisórias pelo Congresso

Objetivo: Monitorar ações da Comissão Mista que trata do rito de tramitação para apreciação de Medidas Provisórias pelo Congresso, buscando identificar oportunidades de ações para inserir a visão da Indústria no processo.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Vladson Bahia Menezes.

Status do Projeto: Projeto Encerrado. A Comissão Mista constituída para estudar o rito de tramitação das Medidas Provisórias foi dissolvida sem obter consenso sobre a matéria. Diante disso, cada Casa apresentou sua proposta. No Senado, em 6/12/2005, foi apresentada a PEC 72/2005, subscrita pelo senador Antônio Carlos Magalhães e outros. Na Câmara, em 15/12/2005, foi apresentada a PEC 491/2005, pelo Deputado Sigmaringa Seixas e outros. A PEC do Senado tramitou com maior rapidez (aprovada em 1º turno em 7/01/2006 e em 2º turno em 8/01/2006). Remetida à Câmara, onde tramita como PEC 511/2006.

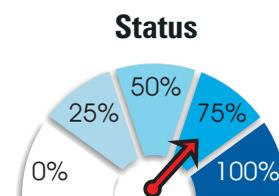
Início	Fim
Julho de 2005	Março 2009



Projeto Associado 4-2: Monitorar e influir na tramitação de Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que disciplinem a edição de Medidas Provisórias

Objetivo: 1. O texto da PEC 511/06 do Senado Federal sofreu alterações substanciais durante apreciação na Câmara dos Deputados. Pretende-se restabelecer o texto original que tem por objetivo instituir novos limites à edição das medidas provisórias de modo a coibir o uso inadequado desse instrumento, que intervêm no conteúdo e ritmo do trabalho legislativo.

Início	Fim
Fevereiro de 2007	Dezembro de 2012



2. Acelerar a criação e instalação da Comissão Especial que analisará o mérito da PEC que proíbe a utilização de Medida Provisória para aumento ou criação de tributos, inclusive com a indicação de membros.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Vladson Bahia Menezes.

Ações realizadas:

PEC 511/2006 (CD) – disciplina edição de Medidas Provisórias:

- 16/04/2008: aprovado substitutivo na Comissão Especial da CD;
- 18/12/2008: aprovado pelo Plenário da CD, em primeiro turno, substitutivo da Comissão Especial;
- 17/02/2009: aprovada pela Comissão Especial a redação para o 2º turno;
- Aguarda votação em 2º turno no Plenário - após aprovação do 2º turno, será devolvida ao Senado, para exame das alterações propostas pela Câmara;
- Essa PEC perdeu força em razão da decisão do então Presidente da Câmara, Michel Temer, que editou resolução no ano de 2009 prevenindo que as medidas provisórias trancam a pauta do Plenário apenas nas sessões ordinárias. Assim, tornou-se viável a votação de propostas de emenda à Constituição, projetos de lei complementar, decretos e resoluções em sessões extraordinárias, mesmo que as medidas provisórias estejam pendentes de votação pelos deputados.

PEC 284/2008 (CD):

- 11/08/2008 - Apresentação da PEC, de autoria do deputado Armando Monteiro Neto (PTB/PE), que proíbe a instituição ou majoração de tributos por meio de medida provisória;
- 25/11/2009 - Apoio na aprovação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

PEC 11/2011(SF):

- 16/08/2011 - O Senado aprovou a PEC 11/11, de autoria principal do senador Aécio Neves (PSDB/MG), cuja motivação central está na reação dos senadores ao exíguo prazo para análise de MPs enviadas pela Câmara já no final do prazo de validade. Fruto de amplas negociações entre oposição e governo no Senado, a PEC promove grandes modificações no rito das MPs. Extingue a prorrogação do prazo de validade das medidas provisórias mantendo sua vigência total em 120 dias; modifica as condições de admissibilidade e os prazos para apreciação em cada Casa Legislativa, sob risco de perda

de eficácia da MP. Além disso, veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de matéria constante de MP que tenha sido inadmitida, que tenha sido rejeitada ou tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. Impede que a MP e o projeto de lei de conversão tenham matéria estranha ou desvinculada de seu objeto; e considera que, caso não seja admitida, a MP será transformada em Projeto de Lei em regime de urgência, com tramitação iniciada na Câmara;

- Remetida à Câmara, onde tramita como PEC 70/11, a proposta aguarda apresentação do parecer do relator na CCJC, dep. Ricardo Berzoini (PT/SP).

Programa 5. Súmula Vinculante e Controle Externo do Judiciário

Objetivo: Apoiar iniciativas que assegurem a implementação adequada da Súmula Vinculante e do Controle Externo do Judiciário.

Projeto Associado 5-1: Desenho e implementação de processo de aprovação, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes

Objetivo: Instituir o processo de monitoramento dos trabalhos do STF para identificar matérias de interesse do setor industrial passíveis de serem sumuladas. Desenhar processo interno para realizar análise jurídica e de efeitos econômicos de matérias da Indústria, fim de elaborar propostas sobre o assunto.

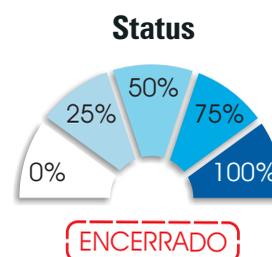
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Cássio Borges.

Status do Projeto: Projeto encerrado. Reavaliação do Programa.

Ações realizadas:

- Participação ativa na elaboração de propostas de súmulas vinculantes (existência de 31 súmulas vinculantes aprovadas no Supremo Tribunal Federal) (2010);
- Desenvolvimento de sistema de acompanhamento pela área jurídica da CNI (existência de 3 súmulas vinculantes aprovadas sendo acompanhadas junto ao Supremo Tribunal Federal) (2009).

Início	Fim
Fevereiro de 2007	Dezembro de 2011



Programa 6. Modernização do Arcabouço Jurídico Processual

Objetivo: Contribuir para o aperfeiçoamento da Legislação processual, especialmente no que se refere à desburocratização de procedimentos e à revisão dos recursos judiciais.

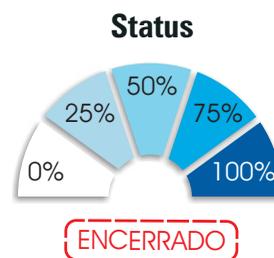
Projeto Associado 6-1: Monitorar a tramitação do conjunto de projetos de lei – derivado da Reforma do Judiciário – que visa conferir maior celeridade ao processo judicial

Objetivo: Monitorar a tramitação de quatorze projetos de lei que propõem uma reforma processual civil e seis que estabelecem regras para agilizar e simplificar os processos na Justiça do Trabalho, buscando oportunidades de ações que atendam a visão da indústria. A tramitação desses projetos – de autoria do Poder Executivo - foi impulsionada pela aprovação da Reforma do Poder Judiciário. Divulgar estas informações por meio de boletins e outros meios de comunicação.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Cássio Borges.

Status do Projeto: Projeto Encerrado. Ações sendo monitoradas pelas Unidades responsáveis da CNI com apoio da área jurídica.

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2009



Programa 8. Redução do Roubo de Cargas

Objetivo: Apoiar uma Política Nacional de Prevenção e Repressão ao Roubo de Cargas com os seguintes fins:

- Implementar mecanismos de capacitação e cooperação entre os órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal em ações conjuntas de combate ao roubo de cargas;
- Incentivar a formação e o aperfeiçoamento do pessoal civil e militar empregado na área de trânsito;
- Empreender a modernização e a adequação tecnológica dos equipamentos e procedimentos utilizados nas atividades de prevenção;
- Fiscalização e repressão ao roubo de cargas;
- Desenvolver campanhas de esclarecimentos e orientação aos transportadores e proprietários de veículos de carga.

Projeto Associado 8-1: Parcerias para redução de roubo de carga

Objetivo: Identificar projetos existentes e acompanhar sua implementação com vistas a verificar sua efetividade. Estabelecer parcerias com entidades privadas e órgãos públicos para estimular a implementação de mecanismos de capacitação e cooperação a fim de inibir o roubo de cargas no País.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Wagner Cardoso.

Status do Projeto: Projeto integrado às ações do Programa 9. Modernização e Integração do Sistema de Segurança.

Início	Fim
Março de 2006	Dezembro de 2006



Programa 9. Modernização e Integração do Sistema de Segurança

Objetivo: Acompanhar e monitorar as iniciativas de modernização do sistema de segurança, com ênfase nos seguintes aspectos:

- i. Integração da atuação das polícias Civil e Militar;
- ii. Modificação das rotinas das ações policiais, com foco no trabalho de inteligência e investigação;
- iii. Criação de banco de dados unificado e capacitação das unidades policiais com os recursos da tecnologia da informação para facilitar o atendimento à população, o mapeamento das ocorrências e o planejamento da atividade policial.

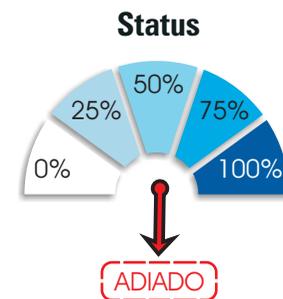
Projeto Associado 9-1: Políticas públicas sobre sistema de segurança

Objetivo: Desenvolver um diagnóstico e um programa de ações para a segurança pública.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Pablo Cesário.

Status do Projeto: Adiado para julho de 2012.

Início	Fim
a definir	a definir



Programa 10: Combate à Concorrência Desleal – Pirataria e Sonegação

Objetivo: Apoiar iniciativas para coibir as práticas de pirataria, adulteração de marcas, contrabando e sonegação de impostos por meio das seguintes medidas:

- i. Informar e sensibilizar a opinião pública sobre as conseqüências da concorrência desleal;
- ii. Mobilizar e apoiar os poderes constituídos e as entidades privadas para combater a concorrência desleal;
- iii. Propor instrumentos legais adicionais para coibir a difusão de práticas de concorrência desleal. Este programa será desenvolvido de forma a complementar ao Programa de Estímulo à Proteção da Propriedade Intelectual das empresas.

Projeto Associado 10-1: Projeto de Combate à Concorrência Desleal e à Pirataria

Objetivo: Promover diagnóstico sobre o impacto econômico da prática da pirataria, a fim de contextualizar o problema e propor ações específicas. Desenvolver um programa de ação – inclusive para as demais entidades do Sistema CNI - para informar e sensibilizar a sociedade sobre as conseqüências da prática de pirataria, sonegação e concorrência desleal. Mobilizar e apoiar o Poder Público no desenvolvimento de políticas públicas sobre o assunto.

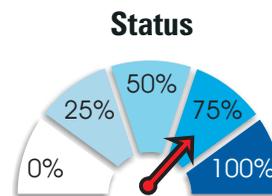
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Paulo Mól/ Diana Jungman.

Ações realizadas:

- Lançamento da Agenda de Propriedade Intelectual da MEI pelos dirigentes empresariais participantes da Mobilização (2011);
- Promoção da discussão sobre a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri com a decisão de que a CNI iria liderar o Manifesto Pró-Adesão ao Protocolo de Madri, que até dezembro de 2011 contava com a adesão de várias empresas e organizações de representação empresarial signatárias (2011);
- Construção de Nota Técnica para o aprimoramento do marco legal sobre o Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios (MP 2.186/2001) pelas equipes de propriedade intelectual e política industrial, meio ambiente, jurídica, econômica e de defesa de interesse,

Início	Fim
Julho de 2007	Dezembro de 2012



- em parceria com lideranças empresarias, ANPEI, ABHIPEC, ABIFINA, ABIPLA, ABIA, Natura, Centroflora, Beraca e Farmabrazil (2011);
- Apoio ao lançamento da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e à Sonegação Fiscal, que tem o objetivo de propor medidas que acabem com a pirataria e sonegação na indústria e no comércio, além de estimular o debate sobre o tema no país (2011);
 - Patrocinadora “ouro” do Congresso Internacional da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, edição de 2011, e responsável pela organização do painel “Propriedade Intelectual para a Inovação Empresarial” (2011);
 - Apresentação dos resultados e avanços das ações da CNI no âmbito da Propriedade Intelectual no encontro “O Olhar do Setor Produtivo”, realizado na Câmara dos Deputados, parte do primeiro do ciclo de debates sobre “A Legislação de Patentes e o Futuro da Inovação Tecnológica no Brasil” (2011);
 - Apresentação do Programa de Propriedade Intelectual para Inovação na Indústria e a Agenda Empresarial de Propriedade Intelectual da MEI para juízes de todo o país durante o I Seminário Internacional de Combate à Pirataria, realizado em outubro de 2011, na cidade de Foz do Iguaçu;
 - Articulação de diversas oportunidades de parcerias de propagação da cultura de propriedade intelectual com a GE, Vale, Embraer, IBM (2011);
 - Preparação de relatório com o levantamento das Indicações Geográficas (IG) dos países membros do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a intenção de dispor de dados e informações estratégicas para contribuir com as rodadas de negociação bi-lateral entre os países do Mercosul e a União Européia (2011);
 - Elaboração de artigo para a publicação: “A Indústria de Biociências Nacional: Caminhos para o Crescimento”, para *PricewaterhouseCooper* (PwC) e Fundação Biominas. A CNI contribuiu com o artigo “Biotecnologia: Um Setor de Futuro para o Brasil” (2011);
 - Premiação do Programa de Propriedade Intelectual do Sistema Indústria no Prêmio de Excelência Gráfica. O box que contém os guias dirigidos a empresários, jornalistas, professores e estudantes foi eleito pelo júri do 12º Prêmio de Excelência Gráfica Jorge Salim como a melhor peça da categoria *Kits Promocionais* (2011);
 - Realização de workshop para identificar projetos e ações estratégicas propostas pelo setor produtivo e alinhar Planejamento Estratégico do CNCP e as oportunidades de atuação identificadas pelo setor privado (2010);

- Realização do 2º Workshop em agosto, com o objetivo de elencar os principais temas que norteiam o combate à pirataria e identificar ações do setor produtivo destinadas ao combate à pirataria, nas esferas federal, estadual e municipal (2010);
- Elaboração da revista educativa SESINHO sobre o tema “combate à pirataria”, que integrou as atividades da Ação Global – uma ação do SESI e da TV Globo – com tiragem de 1.000.000 de exemplares, distribuídos em todo o Brasil (2010);
- 07 eventos de Lançamento do Programa de Propriedade Intelectual para Inovação na Indústria no Brasil, que tem o objetivo de contribuir para a construção da cultura de proteção e negócios com bens de propriedade intelectual no Brasil (2010);
- Realização de 06 eventos em Propriedade Intelectual para técnicos do Sistema Indústria: curso básico em Propriedade Intelectual (parceria IEL-SENAI-SESI)(107 participantes), curso de gestão e negócios com Propriedade Intelectual (IEL)(39 participantes), curso de Propriedade Intelectual para acesso a banco de dados de Propriedade Intelectual (SENAI)(110 participantes), encontro de técnicos do SENAI e IEL sobre Propriedade Intelectual (40 participantes), workshop de Propriedade Intelectual para sistema FIEAM (42 participantes), palestra sobre Inovação e Propriedade Intelectual do sistema FIEPE (20 participantes) (2010);
- Realização de cursos de Propriedade Intelectual para Jovens e Adultos: EAD modalidade curso “on line” e EAD modalidade curso “impresso”, totalizando 15.460 matrículas (2010);
- Prestação de serviços de informação tecnológica em Propriedade Intelectual: bancos, patentes, marcas, desenho industrial (1.850 buscas nos bancos) (2010);
- Desenvolvimento de instrumentos para a difusão da Propriedade Intelectual para empresários, docentes, jovens e adultos, jornalistas, para o Sistema Indústria e para a sociedade, por meio do Blog do Programa de Propriedade Intelectual (2010);
- Realização de cursos sobre Propriedade Intelectual em parceria com a ABINEE nas capitais de suas sedes regionais: SP, MG, PE, RS, PR e RJ (2010);
- Elaboração e divulgação de publicação em parceria com FIESP: Brasil Intelectual – uma agenda positiva (2010);
- Elaboração de 02 relatórios com o levantamento dos ativos de Propriedade Intelectual das entidades do Sistema Indústria no Brasil (2010).

Programa 11. Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência

Objetivo: Influenciar o processo de reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência por meio das seguintes medidas principais:

- Unificação dos órgãos de defesa da concorrência para evitar a sobreposição de funções;
- Análise prévia dos processos de fusão e aquisição;
- Redução dos prazos de análise dos processos;
- Reforço da capacidade do sistema de concorrência em coibir abusos de conduta, não somente nas concentrações industriais, mas também nas de comércio e serviços.

Projeto Associado 11-1: Proposta da Indústria para Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência

Objetivo: Acompanhar e avaliar a proposta do governo de reestruturação do sistema de defesa da concorrência, promovendo o alinhamento do setor industrial.

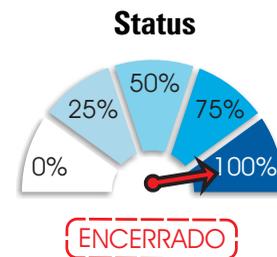
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Flávio Castelo Branco.

Ações realizadas:

- Notas técnicas de avaliação de emendas no Senado e outros temas de interesse (2011);
- Reunião com Dep. Pedro Eugênio, relator do projeto na Câmara dos Deputados após emendas do Senado (2011);
- Reunião com Vinícius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico, e Fernando Furlan, então Presidente do CADE (2011);
- Projeto sancionado pela Presidente Dilma Rousseff dia 30 de novembro de 2011 (novo sistema entra em vigência em maio de 2012);
- Reunião com o senador Francisco Dornelles para tratar das proposições e emendas do PLC 06/2009;
- Reunião com diversos empresários industriais interessados na discussão sobre a reestruturação do SBDC;
- Série de notas técnicas sobre diversos aspectos do Projeto de Lei de alteração do SBDC, como "Análise Prévia e Critério de Faturamento para Submissões";

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2011



Situação dos Programas e Projetos

- Parecer sobre o PLC 06/2009 (Reforma do SBDC);
- Ação de influência junto à Comissão da Câmara dos Deputados com sucesso na aceitação de emendas que foram incorporadas ao texto;
- Interação com outras organizações empresariais de modo a buscar posicionamento harmônico nas ações de influência.

Programa 12. Desburocratização do Estado

Objetivo: Elaborar sugestões voltadas para a implementação de ações que simplifiquem a relação do Estado com o cidadão e as empresas, a fim de reduzir ou eliminar formalidades e exigências burocráticas excessivas.

Projeto Associado 12-1: Projeto Corte a Burocracia

Objetivo: Elaborar, enviar ao governo e acompanhar a implementação de propostas de instrumentos normativos com o objetivo de reduzir o excesso de burocracia no Estado.

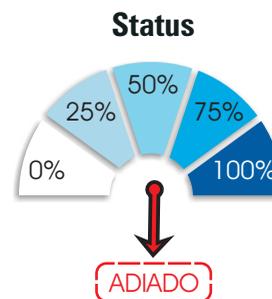
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Renato da Fonseca.

Ações realizadas:

- Reavaliação das propostas (2011);
- Realização do I Seminário Regional sobre Burocracia e Competitividade, em 5 de março de 2010, na sede da FIEG, em Goiânia (2010);
- Realização de pesquisa de opinião com empresários sobre burocracia e seus efeitos nas empresas (Março/2010);
- Contratação de consultoria, Aliança Procomex, para identificação de propostas de entraves burocráticos na área de comércio exterior (2010);
- Identificação de 17 propostas em temas, como despacho fracionado, fiscalização ininterrupta, multas cumulativas, entre outros (2010);
- Realização de Sondagem sobre Burocracia com empresas industriais sobre o excesso de burocracia no cumprimento das obrigações legais, complexidade das leis e da alta frequência de mudança e temas prioritários para a redução da burocracia (2010);

Início	Fim
Março de 2008	–



- Redefinição do projeto devido ao pequeno número de sugestões recebido (previsão de contratação de especialistas para construir as propostas para avaliação da CNI);
- Coleta de sugestões de propostas de redução da burocracia: 98 sugestões que resultaram na construção de oito propostas.

Projeto Associado 12-2: Guia para modernização de procedimentos para licenciamento de empresas a nível municipal – Convênio CNI e IFC/World Bank

Objetivo: Estimular e facilitar a simplificação dos procedimentos de licenciamento de empresas.

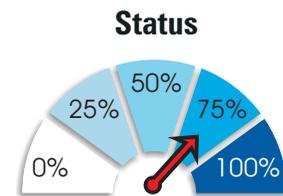
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Renato da Fonseca.

Ações realizadas:

- Elaboração do Guia, do sumário executivo do Guia e de uma versão resumida (2011);
- Previsão de divulgação do Guia no 1º trimestre de 2012 por meio de seminários e com sua distribuição às prefeituras.

Início	Fim
Fevereiro de 2011	Março de 2012



Programa 13. Redução do Déficit Público

Objetivo: Atuar para a redução do déficit público e para a definição de mecanismos de limitação dos gastos públicos e desburocratização do Estado.

Projeto Associado 13-1: Proposta da Indústria para Redução do Déficit Público

Objetivo: Consolidar o posicionamento do setor industrial por meio da realização de seminários e reuniões com empresas e associações industriais.

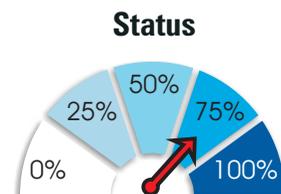
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Flávio Castelo Branco.

Ações realizadas:

- Participação no Projeto Brasil Eficiente (2011);
- Elaboração da proposta de Novo Regime Fiscal (2011);
- Elaboração da seção de Tributação e Gasto Público do documento

Início	Fim
Novembro de 2005	Dezembro de 2012



Situação dos Programas e Projetos

“A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor”, entregue aos candidatos ao novo governo (2010);

- Análise e acompanhamento sistemático da evolução do gasto público (2010, 2009, 2008);
- Publicação de estudo sobre gastos públicos elaborado por Raul Velloso e patrocinado pela Ação Empresarial na Revista da Indústria (CNI) (2007);
- Elaboração de estudos e propostas sobre a Previdência Social (2007);
- Participação no Fórum Nacional da Previdência Social (2007).

Projeto Associado 13-2: Gestão do Estado e Eficiência e Produtividade

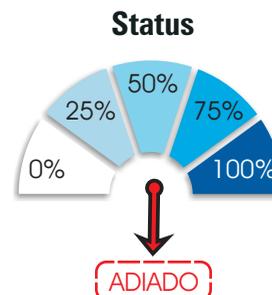
Objetivo: Consolidar e apresentar proposta de choque de gestão do Estado visando maior eficiência e produtividade.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Flávio Castelo Branco.

Ações realizadas:

- Projeto adiado.

Início	Fim
a definir	a definir



Programa 16. Reforma Política

Objetivo: Desenvolver iniciativas que estimulem o debate sobre o aprimoramento das instituições políticas com vistas à realização de reformas dos sistemas partidário e eleitoral que contemplem:

- Financiamento de campanhas;
- Fidelidade partidária;
- Voto distrital.

Projeto Associado 16-1: Consolidação do Posicionamento da Indústria com relação à Reforma Política

Objetivo: Consolidar o posicionamento da Indústria, com participação do Fórum Nacional da Indústria, Diretoria da CNI e Unidade de Assuntos Legislativos (COAL), em relação aos principais pontos que caracterizam

uma reforma política (sistema eleitoral, financiamento público de campanhas, fidelidade partidária, regras relativas a coligações e regime de governo), por meio de seminários e estudos.

Início	Fim
Janeiro de 2007	Dezembro de 2012

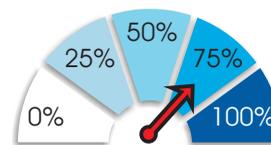
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Vladson Bahia Menezes

Ações realizadas:

- Realização da pesquisa com Federações de Indústria e membros do Conselho de Assuntos Legislativos dos principais pontos da reforma política e divulgado o resultado consolidado em reunião do Conselho. Entre os resultados destaca-se o tema financiamento público de campanha: 42,86% entendem que a regra atual deve ser mantida e 36,73% que o financiamento deve ser exclusivamente público (2011);
- No início da nova legislatura em 2011 foi retomada a discussão do tema, tendo em vista a necessidade da reestruturação dos sistemas político e eleitoral. As duas Casas do Congresso Nacional constituíram comissões temporárias para discutir e elaborar propostas sobre o assunto:
 - » Presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP/RJ), a comissão do Senado elaborou alguns projetos de lei e propostas de emenda constitucional que conseguiram avançar no ano de 2011 na CCJ, entre elas a PEC 37/11, que altera o regime de suplência de senador; e a PEC 40/11, que permite as coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. A CCJ do Senado rejeitou algumas matérias, entre elas a PEC 39/11, que estabelece o fim da reeleição para presidente da República, governador e prefeito.
 - » Na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial instalada desde março de 2011 realizou diversas audiências públicas, mas não conseguiu avançar no tema. Não há acordo entre os partidos para votar o parecer do relator, deputado Henrique Fontana (PT/RS), que já foi reformulado diversas vezes. Entre os pontos mais polêmicos estão o financiamento público das campanhas e o sistema de eleição de vereadores e deputados (voto proporcional misto, cf. proposto pelo relator).
- Em fevereiro de 2009, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional nova proposta de reforma política formalizada em 1 proposta de emenda constitucional e 5 projetos de lei, que tratam de: cláusula de desempenho eleitoral; inelegibilidade; financiamento público de campanha; fidelidade partidária; sistema de listas fechadas; e coligações eleitorais. Aprovado e sancionado apenas o projeto que regulamenta o uso da internet para fins eleitorais;

Status



Situação dos Programas e Projetos

- Em 2007 algumas propostas foram objeto de avanço: a) PL 1210/2007: está aguardando deliberação do Plenário da Câmara. Propõe, entre outras regras, o financiamento público das campanhas eleitorais. Foi rejeitado dispositivo do projeto que pretendia o voto em listas fechadas. Os demais pontos estão pendentes de deliberação; b) PLP 35/2007: concluída a votação na Câmara, aguarda deliberação da CCJ do Senado desde 2007. Trata da fidelidade partidária; c) PEC 23/2007: concluída a votação no Senado, aguarda deliberação da CCJC da Câmara desde 2008.

Programa 17. Desoneração das Exportações e Investimentos

Objetivo: Atuar na construção, mobilização e convergência de propostas voltadas à desoneração tributária total das exportações e investimentos.

Projeto Associado 17-1: Desoneração de Exportações

Objetivo: Elaborar e apresentar ao Governo Federal - Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - proposta(s) de desoneração tributária de exportações.

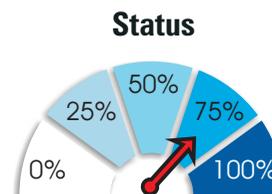
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Flávio Castelo Branco.

Ações realizadas:

- Elaboração de propostas apresentadas pelo Fórum Nacional da Indústria ao Governo Federal para inclusão no Plano Brasil Maior (2011);
- Elaboração da seção de Tributação e Gasto Público de proposta de eliminação da tributação sobre exportações no documento "A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor", entregue aos candidatos ao novo governo (2010);
- Avaliação de propostas para resolver o problema de acúmulo de créditos tributários nas exportações e elaboração de exposição de motivos e de apresentação sobre o tema (2010);
- Avaliação das medidas econômicas para incentivos às exportações divulgadas pelo Governo Federal, bem como a evolução de tais medidas (2010);

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2012



- Apresentação à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) da nova proposta para evitar o acúmulo de saldos credores de tributos federais elaborada por seus membros, sendo a CNI indicada como porta-voz do Conselho Consultivo do Setor Privado da Câmara de Comércio Exterior (CONEX). A proposta consiste em permitir que as empresas compensem créditos de tributos federais com débitos próprios de contribuições previdenciárias e foi apresentada na reunião do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX) (2010);
- Desenvolvimento de nova proposta para ressarcimento de créditos de ICMS a partir de estudo contratado a FUNCEX, relatório final concluído (2009);
- Ação junto ao Executivo e CAMEX para criação de mecanismos automáticos no uso de créditos de tributos federais (2009);
- Ação junto ao Grupo de Acompanhamento da Competitividade (GAC), no âmbito do Ministério da Fazenda, para priorizar os estímulos às exportações e viabilizar solução à questão do acúmulo de créditos tributários (2009);
- Participação na elaboração de propostas desenvolvidas pela Ação Empresarial (2008);
- Discussões com governo e parlamentares sobre o problema do ressarcimento dos créditos de ICMS nas exportações (“Lei Kandir”), com apresentação de propostas de solução (sem avanços) (2007).

Projeto Associado 17-2: Desoneração de Investimentos

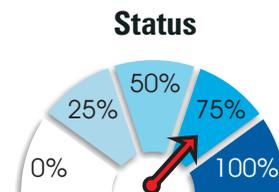
Objetivo: Elaborar e apresentar ao Governo Federal - Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, proposta(s) de desoneração tributária de investimentos.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Flávio Castelo Branco.

Ações realizadas:

- Elaboração de propostas apresentadas pelo Fórum Nacional da Indústria ao Governo Federal para inclusão no Plano Brasil Maior (2011);
- Apresentação no Grupo de Avanço da Competitividade (GAC-MF) de proposta de eliminação da tributação federal sobre os bens destinados ao ativo fixo por meio da adoção de crédito imediato de PIS/Cofins sobre aquisição desses bens (atualmente em 12 meses);

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2012



bem como criar condições para implementação de um cronograma de redução dos prazos de utilização dos créditos no caso do ICMS (atualmente em 48 meses) (2010);

- Elaboração da seção de Tributação e Gasto Público de proposta de eliminação da tributação sobre investimentos no documento “A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor”, entregue aos candidatos ao novo governo (2010);
- Nota Técnica para subsidiar o Presidente da CNI em reunião com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, sobre os investimentos em infraestrutura e o orçamento da União para 2011 (2010);
- Ação junto ao Grupo de Acompanhamento da Competitividade (GAC), no âmbito do Ministério da Fazenda, para acelerar a desoneração tributária total dos investimentos, priorizando os tributos federais (2009);
- Apresentação de propostas de aprofundamento da desoneração dos investimentos no âmbito das medidas emergenciais de combate à crise (2008);
- Apresentação de um conjunto de propostas de desoneração tributária dos investimentos no âmbito da nova política industrial (2007);
- Apresentação de contribuições ao projeto de reforma tributária do executivo (2007).

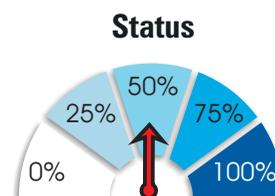
Programa 18. Ampla Reforma Tributária para Competitividade e Eficiência

Objetivo: Formular propostas e influenciar a aprovação de uma reforma tributária que simplifique o sistema tributário e proporcione aumento da competitividade e eficiência dos produtos brasileiros.

Projeto Associado 18-1: Elaborar Proposta da Reforma do Sistema Tributário Brasileiro

Objetivo: Acompanhar e avaliar a evolução das emendas constitucionais em tramitação que alteram o sistema tributário brasileiro e consolidar o posicionamento do setor industrial, por meio de reuniões e seminários com empresas e associações. Consolidar e apresentar proposta do setor empresarial em conjunto com a Ação Empresarial.

Início	Fim
Novembro de 2005	Dezembro de 2012



Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Flávio Castelo Branco.

Ações realizadas:

- Discussão de ampla reforma tributária substituída por mudanças localizadas com exame de oportunidade de avanços na esfera do ICMS e operações interestaduais, na desoneração de investimentos, e simplificação de tributos federais (2011);
- Projeto de Reforma Tributária não avançou no Congresso durante o ano (2010);
- Realização de Seminário Internacional sobre a reforma em março de 2009, pela CNI e CESP (da Câmara) (2009);
- Apresentação de emendas ao projeto de Reforma Tributária (2009);
- Discussão da reforma paralisada na Câmara em meio a dificuldades na esfera federativa e devido à priorização das ações anti-crise; projeto de reforma deve aguardar o novo governo (2009);
- Aprovação da proposta na Comissão Especial em dezembro de 2009. Discussão no plenário transferida para março de 2009 (2008);
- Conjunto de ações pró-ativas (2007):
 - » Reuniões com governadores de Estados para superar entraves federativos;
 - » Série de workshops temáticos com segmentos industriais visando harmonizar posicionamento (publicação da memória das discussões);
 - » Interação permanente com o Ministério da Fazenda para acompanhar evolução da proposta do Executivo e influenciar em sua elaboração;
 - » Publicação do livro "O Dilema Fiscal: Remendar ou Reformar?" sobre a reforma ampla e a questão fiscal.

Programa 20: Regulação Ambiental

Objetivo: Formular propostas destinadas ao aperfeiçoamento da regulamentação ambiental, de modo a:

- i. Reduzir a superposição de funções dos entes federativos;
- ii. Elevar a qualidade do processo de formulação de políticas ambientais;
- iii. Encaminhar novas proposições para garantir o desenvolvimento sustentável do País.

Projeto Associado 20-1: Compensação Ambiental

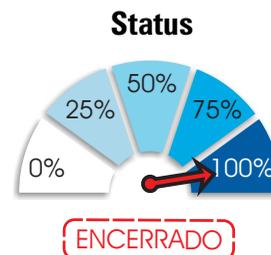
Objetivo: Influenciar o tema para que haja regulamentação que estabeleça a metodologia e a base de cálculo da compensação e que defina o limite máximo de 0,5% a ser pago pelo empreendedor a título de compensação ambiental. Contexto: A Lei n.º 9.985/00, em seu art. 36, determina a obrigatoriedade dos empreendedores em apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação (UC's) do grupo de Proteção Integral, em um montante não inferior a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Contribuição para aprovação do Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que regulamenta a compensação ambiental e fixa como teto 0,5% do valor de investimento como compensação para os impactos não mitigáveis de empreendimentos de significativo impacto ambiental (2009);
- Reunião com o deputado Luiz Carreira, acompanhada de representantes do Instituto Ação Brasil e FIESP. A proposta de estabelecer o limite máximo da compensação ambiental em 0,5% foi acatada e o PL 266/07 foi colocado na pauta da CMADS em abril de 2008 e retirada em seguida, devido à decisão do STF (2008);
- Reunião para análise da decisão do STF. Após a publicação do acórdão pelo STF, em junho de 2008, a CNI encaminhou embargos de declaração solicitando que a declaração de inconstitucionalidade só surta efeitos a partir de um ano do julgamento da ADIn ou até que se estabeleça uma metodologia de cálculo da compensação por instrumento legal (2008);

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2009



- Indicação de representantes para a Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA), recriada por portaria do MMA, com sua primeira reunião realizada em agosto (2008);
- Duas reuniões para discussão dos documentos apresentados na CFCA e proposta de metodologia para o cálculo da compensação, baseada naquela apresentada pelo próprio Ministério do Meio Ambiente. Em reunião com a Subchefia Adjunta de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, a CNI foi informada que a versão apresentada pelo MMA seria aprimorada para publicação do decreto (2008);
- Contribuições à minuta de Projeto de Lei 266/07 – Substitutivo do deputado Luiz Carreira – teto máximo de 0,5% de compensação (2007).

Projeto Associado 20-2: Licenciamento Ambiental

Objetivo: 1- Contribuir com os detalhamentos e aprovação do PLP 388/2007 (PLP 12/2003) que, ao regulamentar o artigo 23 da Constituição Federal, define as competências dos entes federados para o licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras de poluição.

2 - Contribuir com as discussões do PL 3729/04, que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental (prazos de licenças, estudos ambientais, etc.).

Contexto: Os problemas nessa área têm se constituído em obstáculo às decisões de novos investimentos no país ou na manutenção dos já existentes. Dirimir os potenciais conflitos de competência entre os entes federados é essencial para garantir segurança jurídica aos investimentos do setor produtivo. Além disso, é necessário aperfeiçoar o procedimento sistêmico do licenciamento ambiental, tornando-o mais ágil e objetivo.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Aprovação do PLC 1/10 no Senado, sancionado pela Presidente da República em dezembro de 2011 (Lei Complementar 140/11). A CNI esteve presente em todo o processo de discussão e construção da norma, tendo participado de inúmeras audiências públicas e em reuniões específicas com órgãos do governo e lideranças partidárias (2011);
- Publicação da Lei Complementar 140/11 no Senado: Regulamenta o art. 23 da CF e define as competências dos entes federados para o

Início	Fim
Fevereiro de 2003	Dezembro de 2011



licenciamento ambiental. A lei foi editada sem vetos, conforme pleito da CNI (2011);

- Aprovação do PLC 1/10, em maio de 2010, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, na forma do texto aprovado na Câmara e apoiado pela CNI (2010);
- Participação da CNI em audiência pública no Senado, realizada em dezembro de 2010 pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, onde o projeto encontra-se para votação (2010);
- Aprovação, em abril de 2009, de substitutivo ao PLP 388/07 na CCJC, com as contribuições encaminhadas pela CNI acatadas (2009);
- Reuniões com o Ministério do Meio Ambiente (Secretaria Executiva e Consultoria Jurídica) e com a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil para discussão de pontos do substitutivo aprovado (2009);
- Aprovação do PLP 388/07, na forma de emenda global de Plenário, com as propostas da CNI mantidas, em dezembro de 2009. O PLP foi encaminhado ao Senado, onde recebeu o número de PLC 1/10 (2009);
- Participação das reuniões do Grupo de Trabalho na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados para discutir o PL 3729/04, que disciplina o licenciamento ambiental (2009);
- Reunião com o relator da CMADS na CNI para apresentar impressões sobre o substitutivo ao PL 3729/04 em discussão (2009);
- Apresentação de relatório com substitutivo ao PL 3729/04 em dezembro de 2009 na CMADS, com algumas contribuições da CNI acatadas (2009);
- Reunião com relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara para apresentar suas impressões preliminares sobre o texto substitutivo ao PLP 388/07 aprovado. Encaminhamento de sugestões de aprimoramento ao substitutivo em discussão (2008);
- Reunião com a Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na CNI, com a presença de representantes de diversos setores da indústria (2008);
- Negociações com a SECEX/MMA e encaminhamento de comentários sobre a última versão proposta para o PLP (2008);
- Aprovação do PLP 388/07 na forma de substitutivo na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) em maio de 2007 e na Comissão de Meio Ambiente e Desen-

volvimento Sustentável – Câmara dos Deputados, em dezembro de 2007: as sugestões da CNI foram substancialmente acatadas (2007).

Status do Projeto: Os temas relacionados a este projeto estão integrados no projeto 20-8: Instrumentos de Planejamento Ambiental.

Projeto Associado 20-3: Resíduos Sólidos

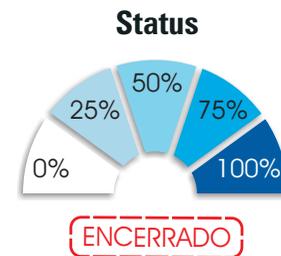
Objetivo: Estabelecer legislação que consolide uma política nacional de resíduos sólidos, por meio da definição da responsabilidade do setor público e do estímulo à redução da geração de resíduos. Contexto: Acompanhamento do PL 203/91 e de todos os PLs a respeito do tema a ele apensado.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Apresentação de propostas de emendas ao texto ao substitutivo global de plenário ao PL 203/91 na Câmara (2010);
- Apresentação de propostas de emendas ao texto no plenário do Senado Federal (2010);
- Realização de 8 oficinas técnicas de esclarecimento sobre a PNRS e seu regulamento na FIESP, FIESC, FIRJAN, FIERGS, ABRE, ABINEE e na FIEG (2010);
- Participação na reunião da Casa Civil para discussão da proposta do Decreto Regulamentador (2010);
- Envio de 54 propostas de emendas ao texto do decreto à Casa Civil, em que 31 emendas foram aceitas parcialmente ou totalmente (2010);
- Realização de 4 reuniões com os setores industriais na CNI e na FIESP para definição de pontos importantes de modificação da proposta de subemenda global (2009);
- Modificações importantes foram feitas na última versão do texto que incluem a alteração do conceito de responsabilidade compartilhada, de forma a observar a atribuição individualizada e encadeada de cada um dos atores envolvidos na utilização de um bem, inclusive os consumidores e o Poder Público e a manutenção dos dispositivos suprimidos no capítulo dos instrumentos econômicos e financeiros (2009);
- Reunião com o relator da subemenda global ao substitutivo do PL 203/91 Arnaldo Jardim e seus assessores (2008);

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2010



Situação dos Programas e Projetos

- Conclusão do estudo sobre “Responsabilidade Pós Consumo” (2008);
- Elaboração e aprovação junto ao COEMA dos Conceitos Estruturantes da PNRS (2008);
- Preparação de posicionamento/proposta da indústria sobre a subemenda global ao substitutivo do PL 203/91 e realização de 5 novas reuniões com os assessores do relator da subemenda (2008);
- Reunião com Secretário de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano, Luciano Zica (MMA) (2007);
- Preparação de posicionamento/proposta da indústria sobre o PL 1991/07 e realização de novas reuniões com o Secretário Luciano Zica e ações junto ao Congresso Nacional (2007);
- Duas reuniões de alinhamento do setor produtivo em torno da minuta de PL de Política Nacional de Resíduos Sólidos (PL do Executivo 1991/07, apensado ao 203/91 do Senador Francisco Rollemberg) (2007).

NOTA: Com a aprovação da Lei 12305, de 2 de Agosto de 2010 da PNRS e do Decreto 7.404/2010 de 23 de dezembro de 2010 que a regulamenta, os objetivos da CNI quanto ao tema deverão ser modificados para incluir a sua participação de outras regulamentações complementares da Lei, assim como da articulação com os diversos setores que visam a implementação da Lei. O ponto mais sensível será a implementação da Logística reversa para produtos e embalagens pós-consumo na qual a indústria está obrigada a fazer por meio de acordos setoriais.

Projeto Associado 20-4: Resíduos Sólidos II

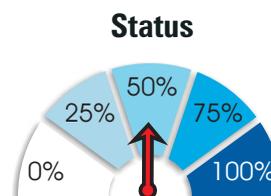
Objetivo: Participar das regulamentações complementares da Lei 12305/2010 e do Decreto 7.404/2010 e liderar as discussões com os setores industriais sobre a implementação da PNRS em todo o seu escopo que inclui os Planos de Gerenciamento, a Logística Reversa, os sistemas de informação, os instrumentos econômicos, dentre outros.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Criação e realização de reuniões da Rede de Resíduos da CNI, composta por federações de indústria e associações setoriais, com o objetivo de organizar a participação do setor industrial nos Grupos de Trabalho dos Comitês Interministerial e Orientador da Logística

Início	Fim
Janeiro de 2011	Dezembro de 2012



Reversa; informar federações e associações setoriais sobre dados relevantes da implementação da PNRS; e realizar alinhamento dos setores sobre temas relevantes (2011);

- Participação nos grupos de trabalho técnicos da Logística Reversa sobre os temas: embalagens em geral; lâmpadas; embalagens de óleos lubrificantes e eletroeletrônicos (2011);
- Participação nos grupos de trabalho do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos: GT1- Investimentos e Planos; GT2- Recuperação Energética; e GT3- Desoneração e Incentivos Econômicos (2011).

Projeto Associado 20-5: Biodiversidade

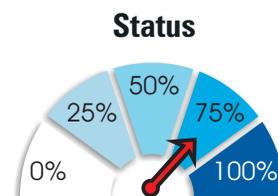
Objetivo: Participar na formulação de políticas de uso sustentável da biodiversidade em seus vários aspectos: acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios deles derivados, áreas de preservação permanente, reserva legal, transferência de tecnologia, dentre outros. **Contexto:** vários processos industriais dependem de regras claras que possibilitem e incentivem investimentos em negócios sustentáveis em biodiversidade.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Construção de propostas para a elaboração de submetas nacionais no âmbito do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), por meio da Iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: Construindo a Estratégia Brasileira para 2020”. O resultado desse trabalho será apresentado na Conferência Rio+20 e subsidiará as negociações na COP 11 da CDB (2012, Índia) (2011);
- Lançamento da iniciativa TEEB (A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade) para o setor de negócios, que conta com o apoio da CNI (2011);
- Criação e realização de 3 reuniões da Rede de Biodiversidade da CNI, composta por representantes de empresas, associações setoriais e federações de indústria e com o objetivo de promover um engajamento cada vez maior da indústria na temática da biodiversidade. Principais assuntos discutidos pela Rede em 2011: alteração do marco legal que trata do acesso ao patrimônio genético; contribuições à iniciativa Diálogos sobre Biodiversidade; discussão e construção de posicionamentos sobre proposições legislativas (serviços

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2012



ambientais, rotulagem de produtos da biodiversidade, gestão do licenciamento de pesquisa e acesso a biodiversidade, etc)(2011);

- Assinatura de Protocolo de Intenções entre CNI e Ministério do Meio Ambiente para intensificar e ampliar a cooperação entre a CNI e o MMA por meio da identificação de oportunidades e da realização de atividades de interesse mútuo, em especial para uma melhor divulgação e tratamento do tema Biodiversidade na comunidade empresarial brasileira (2011);
- Acompanhamento do Debate sobre o Novo Código Florestal por meio de reuniões com o Ministério de Minas e Energia (debate sobre o impacto da proposta aprovada na Câmara dos Deputados na atividade minerária e envio da Nota Técnica do MME – SGM para compor o posicionamento da CNI), o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e outras instituições (2011);
- Participação de audiências conjuntas das Comissões de Meio Ambiente, de Agricultura, de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia do Senado Federal para tratar sobre o Novo Código Florestal (2011);
- Assinatura de Memorando de Entendimentos com a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), com o objetivo de intensificar e ampliar a cooperação técnica, científica e tecnológica, entre ambas as partes, aproveitando as sinergias no tema Biodiversidade, dentre outros (2010);
- Participação nas reuniões da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, para tratar da proposta de modificações no atual Código Florestal Brasileiro (2010);
- Elaboração de parecer técnico sobre o relatório apresentado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados (2010);
- Participação de reuniões no Ministério de Relações Exteriores para acompanhar as discussões sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (2009);
- Reuniões com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA para discutir parceria para o Ano Internacional da Biodiversidade celebrado em 2010 (2009);
- Contratação de consultoria para levantamento das legislações estaduais que guardam relação com o Código Florestal (lei 4.771/65) para subsidiar as discussões acerca das alterações ao Código Florestal (2009);

- Elaboração de posicionamento em resposta à consulta pública sobre o APL quanto ao acesso e repartição de benefícios e encaminhamento à Casa Civil (2008);
- Indicação de representante no GT criado no âmbito do CGEN para discutir a abrangência do conceito de “derivados” no APL (2008);
- Protagonismo no processo de consulta pública (APL sobre acesso e repartição de benefícios): realização de duas reuniões de alinhamento do setor – elaboração de minuta de resposta à Casa Civil em andamento (2007).

Projeto Associado 20-6: Mudança do Clima

Objetivo:

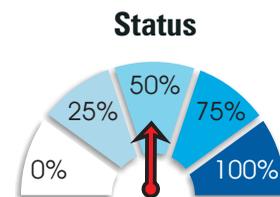
- Influenciar a formulação das políticas públicas voltadas à regulamentação em temas relacionados à Mudança do Clima, de forma a permitir a implementação de compromissos industriais voluntários e um cenário normativo apto a possibilitar oportunidades de negócios para o setor, particularmente na implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
- Dar continuidade às ações de capacitação em Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em parceria com as federações de indústria, associações setoriais, e cooperação técnica alemã - GTZ;
- Dar continuidade às ações desenvolvidas em parceria com a Embaixada Britânica com o objetivo de aumentar o conhecimento e capacidade de líderes industriais para compreender mecanismos e formular estratégias corporativas para evoluir para ambientes de produção de baixo carbono;
- Participar das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudança do Clima (COP-Clima).

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Finalização do Programa de Capacitação em Mercado de Carbono, iniciado em 2006 a partir de uma parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Durante sua existência o Programa de Capacitação treinou 1.782 técnicos em 57 atividades de capacitação, sendo 41 realizadas nas federações estaduais das indústrias e 16 em diversas associações setoriais (2011);

Início	Fim
Janeiro de 2008	Dezembro de 2013



- Realização de 6 reuniões do Grupo de Mobilização Empresarial para Mudança do Clima, coordenado pela CNI, com o objetivo de definir o posicionamento e a Estratégia Macro de Atuação do Setor Produtivo quanto à implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima – encaminhada ao Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx). Participam do Grupo: associações setoriais, federações e empresas (2011);
- Participação efetiva no GT criado pelo Ministério de Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), para elaboração do Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, no âmbito da PNMC (2011);
- Participação no GT criado pelo Ministério de Minas e Energia, referente ao processo de elaboração do Plano Setorial de Redução de Emissão de GEE do setor de Mineração (3 reuniões gerais e 2 bilaterais) (2011);
- Participação nas reuniões do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, do Comitê Gestor do Fundo Clima (5 reuniões) e do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (regulamentação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, em especial a construção do Plano Indústria) (2011);
- Participação de reuniões com atores importantes e estratégicos na implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, como órgãos governamentais (destaque para ministérios do Meio Ambiente e Minas e Energia), CEBDS, Instituto Ethos, CES/FGV, Abrace e outros (2011);
- Elaboração e publicação do documento preliminar “Contribuições da Indústria Brasileira para o Plano Indústria”, que apresenta o posicionamento geral da indústria com relação à Política Nacional sobre Mudança do Clima, o qual envolve o debate acerca da imposição de eventuais metas de redução de GEE para o setor (2011);
- Lançamento da publicação “Estratégias Corporativas de Baixo Carbono: Gestão de Riscos e Oportunidades”, desenvolvido em parceria com a Embaixada Britânica (2011);
- Criação e realização da 1ª reunião da Rede Clima da Indústria Brasileira, composta por federações das indústrias dos estados, associações setoriais e empresas e CNI, com os objetivos de: circular a informação e qualificar o debate; melhorar articulação e coordenar a diversidade do setor; alinhar posicionamentos; defender os interesses da indústria juntos aos demais atores; identificar temas prioritários, tendências, riscos e oportunidades na agenda de mudança do clima; promover práticas de baixo carbono; e melhorar imagem do setor (2011);

- Palestras em vários fóruns, com destaque para: Conferência Ethos 2011 (SP); Evento anual do Programa Brasileiro GHG Protocol (SP); FIMAI (SP); Sustentar (MG); Semana Ciência e Tecnologia FIEG (GO); GT Eficiência Energética na ABRACE; e Seminário de Economia Verde do Distrito Federal (2011);
- Contratação de estudos que visam auxiliar a indústria na tomada de decisões no âmbito da regulamentação da Política Nacional sobre Mudança do Clima. O objetivo central de tais estudos é identificar as melhores práticas e barreiras que o setor enfrenta para gerenciar suas emissões de GEE, lançando um olhar para políticas públicas de sucesso em outros países e dando início à elaboração de um portfólio de medidas de mitigação que podem ser desenvolvidas pelo setor (2011);
- Realização de eventos e publicação de material pré COP com a intenção de preparar o empresariado brasileiro para participação no evento, tendo destaque as seguintes atividades: reuniões do grupo Iniciativas Empresarias em Clima (IEC); Workshop Empresarial para a COP-17, organizado pelo IEC; reunião preparatória no MRE; atualização e publicação do Guia de Orientação para o Empresário Brasileiro na COP-17 (2011);
- Participação da 17ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima, em Durban, África do Sul (dez/11), com destaque para as atividades:
 - » Lançamento do documento “COP-17: a contribuição da indústria brasileira”;
 - » *Side Event* (evento paralelo) no dia 02/12;
 - » Blog Empresas na COP;
 - » Reuniões Bilaterais com congêneres da CNI, em especial ABDI (Alemanha) e IIC (Índia);
 - » 6 reuniões com empresários brasileiros presentes na COP;
 - » 2 reuniões lideradas pela CNI com delegação brasileira;
 - » Participação em press briefings do Brasil;
 - » Participação em reuniões de negociação, em especial o Fundo Verde do Clima (Green Climate Change Fund), MDL e NAMAs.
- Elaboração, publicação e lançamento do documento “Estratégias Corporativas de Baixo Carbono: Gestão de Riscos e Oportunidades”, desenvolvido em parceria com a Embaixada Britânica (3 reimpressões e 2 reedições) (2011);

- Formação do “Grupo de Mobilização Empresarial” para discussão de questões relacionadas às mudanças climáticas (2010);
- Realização de 10 reuniões do “Grupo de Mobilização Empresarial” para discussão de questões relacionadas à Política Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC (2010);
- Realização do Seminário “Levantamento e Divulgação das Experiências Estaduais em Mudanças Climáticas” (2010);
- Visita a Londres, patrocinada pelo governo Inglês, para conhecer a experiência do Reino Unido em Mudanças Climáticas (2010);
- Conclusão do conteúdo técnico do guia de referência “Estratégias Corporativas de Baixo Carbono: Gestão de Riscos e Oportunidades”, realizado em parceria com a Embaixada Britânica (2010);
- Elaboração e publicação (versão em português e inglês) do documento de posicionamento da Indústria Brasileira para COP-16 (2010);
- Participação na 16ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima (COP-16) em Cancun, México (dez/2010);
- Realização de reuniões com órgãos do Governo Federal sobre a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (2010):
 - » Ministério do Meio Ambiente (Secretária Branca Americano);
 - » Ministério de Minas e Energia (Secretário Altino Arantes);
 - » Ministério da Fazenda (Secretário Executivo Francisco de Assis Leme Franco);
 - » Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secretário Armando Meziat);
 - » Ministério da Ciência e Tecnologia (Coordenador em exercício Adriano Santhiago);
 - » Casa Civil (Tereza Campello e Leiza Dubugras).
- Indicação de interlocutores técnicos para atuação junto aos coordenadores dos Planos Setoriais de Energia e Siderurgia (2010);
- Estudos contratados pela CNI (2010):
 - » “Impactos dos mercados de carbono para a indústria brasileira”, elaborado pela FGV (publicação em 2012);
 - » “Políticas Industriais Comparadas para Incentivos à Economia de Baixo Carbono”, elaborado pela COPPE/UFRJ;

- » Relatório de “Gestão de Riscos e Oportunidades Corporativas na Nova Economia de Baixo Carbono”, elaborado pela ICF Consultoria (publicado em 2011).
- Publicação do Manual de Capacitação “Mudança do Clima e Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”, concebido como material de apoio aos cursos do Programa de Capacitação em Mercado de Carbono, fruto da parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) (1ª versão publicada em 2008 e 2ª versão atualizada em 2010);
- Parceria fortalecida com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ), formalizada por meio de “Memorando de Entendimentos”, assinado em março de 2010. Como produtos desta parceria, destacam-se a edição de Vídeo de Capacitação em MDL (material didático complementar dos cursos) e a elaboração de “Manual de MDL para empresários” (em linhagem mais direta e simplificada). A GIZ também apoiou técnica e financeiramente o desenvolvimento das atividades de capacitação voltadas às Associações Setoriais, dentro do Programa de Capacitação organizado pela CNI (2010);
- Apoio à iniciativa “Programa Mercado de Carbono FIESC/CNI”, efetivada pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), com o objetivo difundir as oportunidades e contribuir para a inserção das indústrias catarinenses no mercado global de carbono. Dentre os produtos da iniciativa, voltada às indústrias e outras entidades ligadas ao setor industrial de Santa Catarina, destaca-se a criação do portal eletrônico “Balcão MDL” (2010);
- Publicação do livro “150 MDL / BRASIL”, com o registro dos 150 primeiros projetos brasileiros no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (2010);
- Apoio à realização do seminário sobre “Oportunidades e Desafios na Economia do Baixo Carbono”, realizado em São Paulo, como parte da parceria com a BM&F BOVESPA (2010);
- Participação na 15ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima (COP-15) em Copenhague, Dinamarca (dez/2009);
- Elaboração e publicação (versão em português e inglês) do documento de posicionamento da Indústria Brasileira quanto às Mudanças Climáticas (2009);
- Realização do “Balanço Industrial de Bali”, com a presença do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado e do Embaixador Sérgio Serra, durante a reunião inaugural do COEMA (2008);

Situação dos Programas e Projetos

- Reunião com a Secretária de Mudanças Climáticas do MMA e com o Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), na CNI, para apresentação da estrutura do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, proposta pelo governo (2008);
- Realização de duas reuniões de alinhamento a respeito das contribuições da indústria à construção do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008);
- Processo de consolidação das contribuições dos setores ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008);
- Reunião para apresentação das contribuições da indústria à construção do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (na CNI), com a participação do MMA e FBMC (2008);
- Elaboração de artigo para a Revista do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC, para divulgação durante a COP-14 (2008);
- Participação na 14ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima (COP-14) em Poznan, Polônia (dez/2008);
- Participação ativa em 3 reuniões do FBMC, sendo 2 realizadas durante a COP-14 (2008);
- Realização de duas reuniões de alinhamento do setor a respeito da minuta de Política Nacional de Mudança do Clima (PL 265/08) e reunião com o deputado Mendes Thame, autor da minuta, para a entrega de contribuições (2007);
- Participação na 13ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima (UNFCCC) em Bali (2007).

Projeto Associado 20-7: Biotecnologia

Objetivo: Incentivar essa nova tecnologia, que possui um elevado potencial de desenvolvimento no Brasil devido à vasta biodiversidade do seu território. Os objetivos da iniciativa são:

- i. Identificar oportunidades de negócios para empresas brasileiras nesse setor;
- ii. Divulgar experiências de sucesso;
- iii. Influenciar políticas públicas que viabilizem o uso dessa tecnologia;
- iv. Criar alternativas de financiamento.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Shelley Carneiro

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2012



Ações realizadas:

- Reuniões com o setor empresarial para alinhamento do posicionamento quanto ao artigo 27 do Protocolo de Cartagena, que trata da responsabilidade e compensação por danos causados à biodiversidade por Organismos Vivos Modificados pelo movimento transfronteiriço (2007);
- Realização de reuniões com membros do governo (MAPA, MDIC, Casa Civil, MRE) para expor posicionamento do setor empresarial quanto ao tema (2007);
- Envio de correspondência a autoridades do setor público para expor posicionamento do setor industrial (2007);
- Elaboração de artigos, notas à imprensa e entrevistas para difundir o posicionamento do setor empresarial (2007).

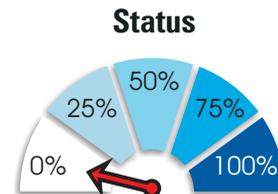
Status do projeto: Integrado. Os temas relacionados a este projeto estão inseridos no âmbito do projeto 20-5: Biodiversidade.

Projeto 20-8: Instrumentos de Planejamento Ambiental

Objetivo: Fomentar o uso de instrumentos de planejamento na implementação de políticas públicas e capacitar os representantes da indústria em colegiados ambientais para a discussão, negociação e acompanhamento da aplicação desses instrumentos.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Shelley Carneiro

Início	Fim
Janeiro de 2012	Dezembro de 2013



Programa 21: Modernização do setor de saneamento básico

Objetivo: Desenvolver propostas com o objetivo de reformar o setor de Saneamento Básico.

Projeto Associado 21-1: Projeto de Reforma do Marco Regulatório de Saneamento Básico (PL 5296/2005)

Objetivo: Elaborar e apresentar emenda(s) a projetos de lei sobre a matéria, em tramitação no Congresso, visando a reforma do marco regulatório de saneamento básico. Publicar documento técnico com referências mundiais e sugestões para o caso brasileiro. Realizar reuniões com as Federações de Indústria e associações setoriais para harmonizar o posicionamento e a visão da Indústria e do setor privado. Promover seminário internacional com a presença de autoridades do Governo e representantes do setor privado.

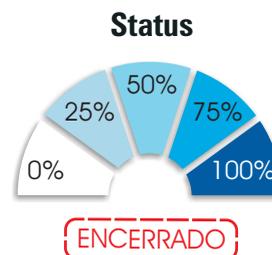
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Wagner Cardoso.

Ações realizadas:

- Projeto encerrado. O papel da CNI tem se voltado neste momento para o acompanhamento dos investimentos no setor. Apesar do marco regulatório ter sido aprovado com sucesso, ainda existem problemas no setor, como a ausência de estudos e de projetos de boa qualidade para captar os investimentos;
- Publicação do documento "Saneamento: Desafios para expansão dos investimentos". A divulgação do documento foi realizada por meio de veiculação de notícia em jornal de grande circulação (2011).

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2007



Programa 22: Autonomia das Agências Reguladoras

Objetivo: Atuar junto a Executivo e Congresso de modo a garantir a independência das agências reguladoras, assegurando a efetiva preservação da totalidade dos mandatos dos seus gestores, transparência, delimitação precisa de suas funções, autonomia financeira e excelência técnica.

Projeto Associado 22-1: Desenvolver ações para que as propostas publicadas no documento da CNI "Agências Reguladoras: A Experiência Internacional e a Avaliação da proposta de Lei Geral Brasileira" sejam implementadas

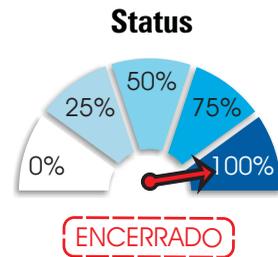
Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2010

Objetivo: Desenvolver ações para que as propostas publicadas no documento da CNI “Agências Reguladoras: A Experiência Internacional e a Avaliação da proposta de Lei Geral Brasileira” sejam implementadas.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Wagner Cardoso.

Ações realizadas:

- Não houve movimentação do projeto no Congresso (2010);
- Realização de reuniões com o novo relator do projeto, Dep. Ricardo Barros, para apresentação de propostas de alterações no projeto elaboradas pela CNI (2009);
- Participação de discussões e eventos no âmbito do PRO-REG (2008/2009);
- Reuniões internas de alinhamento com Associações Empresariais e interlocutores do governo e setor privado (2007);
- Mapeamento do novo substitutivo ao PL 3337/2004 e elaboração de parecer interno (2007);
- Realização de reunião do COINFRA com o relator do projeto, Deputado Leonardo Picciani (PMBD/RJ) (2007);
- Realização de reunião com o relator do projeto, Dep. Leonardo Picciani, para apresentação de propostas de alterações no projeto elaboradas pela CNI (2007);
- Realização de três reuniões técnicas com representantes de Agências Reguladoras (2007);
- Realização de reunião com Dep. Leonardo Picciani (PMBD/RJ), CNI e representantes do setor empresarial da área de petróleo e gás natural (2007).



Programa 23: Boas Práticas de Relações do Trabalho

Objetivo: Promover e difundir a auto-regulação do mercado de trabalho. O programa se baseia na capacitação de negociadores, na ampliação de sua representatividade e na promoção de um modelo negocial descentralizado e flexível.

Projeto Associado 23-1: Elaborar a visão da Indústria sobre boas práticas de relações de trabalho e desenvolver mecanismos de difusão

Objetivo: Desenvolver um documento de referência sobre as boas práticas de relações de trabalho, com informações baseadas em casos nacionais e internacionais, que deverá ser difundido através das Federações e de Sindicatos. Criar uma categoria específica dentro do Premio CNI de Competitividade, para as empresas que aplicarem as melhores práticas.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali.

Status do Projeto: A partir de 2011, as ações deste projeto foram integradas ao projeto 23-3 (revisão deste projeto, mas com objetivos que refletem melhor a atuação da CNI).

Ações realizadas:

- Consolidação do Blog como principal fonte de notícias para área empresarial e como instrumento de mobilização e defesa de interesses do setor: quase 4.000 membros cadastrados, divulgação de 3.570 notícias e total de 304.844 visitas ao Blog (2010);
- Capacitação de 1.790 participantes em módulos sobre o papel e os desafios do líder sindical, temas da agenda de defesa de interesses (relações do trabalho, inovação, meio ambiente e política tributária) e em oficinas sobre negociação sindical e comunicação e oratória (2010);
- Formulação de 286 planejamentos estratégicos de sindicatos, definindo objetivos estratégicos, com elaboração de planos de ação e implantação de software de gestão (2010);
- Capacitação de membros da Rede de Segurança e Saúde no Trabalho em "Posturas e Estilos de Negociação" (2010);
- Criação do blog Relações do Trabalho para difundir notícias, posicionamentos e orientações para as empresas sobre temas trabalhistas e sindicais (2009);

Início	Fim
Março de 2008	Dezembro de 2015



- Seleção, publicação e gravação do DVD sobre as melhores práticas do Programa de Desenvolvimento Associativo (2009);
- Estruturação do Programa de Desenvolvimento Associativo (2008);
- Capacitação de 800 líderes sindicais (2008);
- Produção de estudo comparativo entre as Relações de Trabalho no Brasil e na Inglaterra, através de parceria com a Confederação Britânica da Indústria – CBI (2008).

Projeto Associado 23-2: Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas de Relações do Trabalho

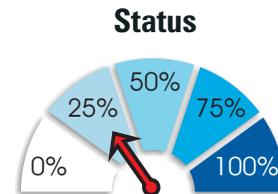
Objetivo: Elaborar guia prático sobre gestão de recursos humanos para as empresas. Este guia será colocado à disposição das Federações e Sindicatos para divulgação.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali.

Ações realizadas:

- Elaboração de conteúdo para curso sobre rotinas trabalhistas – desde a admissão até a rescisão do contrato de trabalho –, a ser ministrado para empresários em 2012 (2011).

Início	Fim
Agosto de 2011	Dezembro de 2014



Projeto Associado 23-3: Formular e disseminar a visão da Indústria sobre temas da área Relações do Trabalho

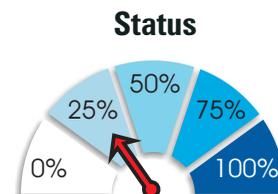
Objetivo: Utilizar e fortalecer o Blog RT como principal instrumento de disseminação de informações e de sensibilização e mobilização de empresários, atores interessados e sociedade sobre temas relevantes da área trabalhista e sindical. Consolidar a criação de rede empresarial sobre relações do trabalho. Estabelecer canal de diálogo com instituições que representam os trabalhadores no processo de formulação de políticas públicas na área trabalhista. Capacitar sindicatos e empresários sobre temas relevantes da agenda de defesa de interesses em relações do trabalho.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali.

Ações realizadas:

- Produção e sistematização de conteúdos diários para o Blog RT, totalizando 3.784 notícias e 351.611 visitas no ano (2011);
- Envio de 59 boletins do Blog RT e de comunicados especiais (2011);

Início	Fim
Janeiro de 2011	Dezembro de 2015



Situação dos Programas e Projetos

- Ampliação dos membros do Blog para 6.541 e dos seguidores no Twitter para 1.576 (2011);
- Utilização do Blog como principal instrumento de apoio à ação de influência da CNI perante MTE e Casa Civil contra a obrigatoriedade do novo ponto eletrônico (2011);
- Realização de reuniões com representantes de grandes empresas para discutir temas relevantes da agenda de relações do trabalho, resultando na formação da rede empresarial de relações do trabalho e em maior mobilização das empresas para ações de influência (2011);
- Realização de reuniões com Centrais Sindicais sobre assuntos como contribuição assistencial e segurança e saúde no trabalho, resultando na abertura de um canal de diálogo com vistas a reduzir divergências e estabelecer consensos (2011);
- Realização de 22 módulos temáticos de Relações do Trabalho – capacitação de líderes sindicais (2011).

Programa 24. Garantia da Segurança Jurídica para os Acordos Negociados

Objetivo: Propor ações voltadas para a redução da rigidez da CLT e diminuição do poder normativo da Justiça do Trabalho, de modo a garantir que na relação entre empregadores e trabalhadores prevaleça a vontade das partes, pois a negociação produz resultados melhores do que os obtidos por força de dispositivos legais alheios às circunstâncias.

Projeto Associado 24-1: Elaborar e promover anteprojeto de lei de reforma trabalhista que contemple a visão da Indústria

Objetivo: Elaborar anteprojeto(s) de lei com temas importantes da reforma trabalhista, que contemple(m) a visão da indústria brasileira, a partir de ampla consulta às federações, associações setoriais e outras entidades, e promovê-lo(s) nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali

Status do Projeto: A partir de 2011, as ações deste projeto foram integradas ao projeto 24-4 (revisão deste projeto, mas com objetivos que refletem melhor a atuação da CNI).

Início	Fim
Agosto de 2005	Junho de 2012



Ações realizadas:

- Análise de proposta apresentada pelo Ministério da Justiça para modernização trabalhista, apresentação de argumentos contrários - em especial quanto à obrigatoriedade da participação nos lucros e resultados - e formulação de propostas que contemplem a visão da Indústria (2010);
- Análise da Portaria MTE nº 1.510/2010, que institui o “Novo Ponto Eletrônico”, formulação de argumentos contrários, mobilização do setor empresarial contra a Portaria e negociação com o governo (MTE e Casa Civil), evitando a entrada em vigor das novas regras para registro eletrônico do ponto (2010);
- Atuação perante o Poder Legislativo quanto ao tema terceirização, com resultados positivos como a apresentação de duas proposições legislativas convergentes com a visão da CNI (PLS 87/2010 e PL 6.832/10) e a paralisação de projeto de lei defendido pelas Centrais Sindicais e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2010);
- Negociação com o Ministério da Previdência Social para revisão da metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), conseguindo ganho real para as empresas no FAP 2011 em relação a 2010: 75% das empresas obtiveram redução pela metade de sua contribuição do SAT (2010);
- Negociação, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, do texto da Agenda Nacional de Trabalho Decente, da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude e do Regimento Interno da Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, promovendo modificações de forma a reduzir riscos (2010);
- Formulação de proposta empresarial sobre a ampliação da licença maternidade, priorizando a liberdade de escolha da mãe e desonerando as empresas (2010);
- Aproximação institucional com a CUT com o objetivo comum de defender o tripartismo e o diálogo social efetivo (2010);
- Negociação com os Ministérios da Previdência Social e da Fazenda para revisão da Portaria MPS/MF 333/210 (2010), que regulamentava novos valores para o teto dos recolhimentos previdenciários, resultando na eliminação da retroatividade dos recolhimentos previdenciários e da exigência de retificação das GFIPs (2010);
- Outras ações de defesa de interesses que evitaram retrocessos na legislação, tais como a redução da jornada de trabalho, a ampliação das cotas de aprendizagem e a ratificação da Convenção 158 da OIT (demissão imotivada) (2010);

- Mobilização do setor industrial para manifestação contra pré-projeto do Ministério do Trabalho e Emprego que previa a ampliação na base de cálculo da cota de aprendizes (2009);
- Mobilização empresarial contra a PEC 231/95, sobre a redução da jornada de trabalho, com conquistas como a criação de comissão para negociar consenso sobre a matéria e a redução da pressão exercida pelas Centrais Sindicais para aprovação do projeto (2009);
- Realização do 2º Seminário Cenário e Tendências das Relações do Trabalho no Brasil, cujo tema principal foi “a Regulamentação e a Insegurança Jurídica nas Relações do Trabalho” (2009);
- Realização do painel “Fortalecimento Institucional e Segurança Jurídica como bases para o desenvolvimento” durante o 4º Encontro Nacional da Indústria, com debatedores como os presidentes do STF, Gilmar Mendes, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer (2009);
- Ações perante os Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Casa Civil para rever a entrada em vigor da nova metodologia do Seguro Acidente de Trabalho e retomar as negociações (2009);
- Ações de Defesa de Interesses que evitaram retrocessos na legislação, tais como na OIT 158 e na redução da jornada de trabalho (2008);
- Ações no Judiciário que evitaram grandes passivos e aumento de custos para as empresas, como no caso do adicional e insalubridade (2008);
- Realização do I Seminário “Cenário e Tendências das Relações do Trabalho no Brasil”, abordando os temas terceirização, OIT 158 e redução de jornada, bem como as pautas de Defesa de Interesses em RT no Legislativo, Executivo e Judiciário (2008);
- Elaboração de minuta de Proposta da Emenda à Constituição para os capítulos sobre os direitos individuais do trabalho passíveis de negociação e sobre a organização sindical (2007);
- Reunião com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para discutir retomada do tema. Foco: terceirização e substituição processual (2007);
- Desenvolvimento de Negociações com MTE com conquistas relacionadas a compreensão da distinção entre os temas terceirização e intermediação de mão-de-obra (2007);

- Negociação de projeto de Lei com o MTE para regulamentar a terceirização dentro das premissas defendidas pelas unidades empresariais (2007).

Projeto Associado 24-2: Adequar a proposta de reforma sindical aos objetivos da Indústria

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2012

Objetivo: Elaborar anteprojeto(s) de lei de reforma sindical, que contemple(m) a visão da indústria brasileira, a partir de ampla consulta às federações, associações setoriais e outras entidades, e promovê-lo(s) nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali

Status do Projeto: A partir de 2011, as ações deste projeto foram integradas ao projeto 24-5 (revisão deste projeto, mas com objetivos que refletem melhor nossa atuação).



Ações realizadas:

- Criação da Rede de Especialistas em Negociação Coletiva, com vistas a pesquisar, compartilhar e difundir informações sobre conteúdos e tendências na negociação sindical (2010);
- Formulação e início da execução de projeto para construção do Sistema de Inteligência em Negociação Coletiva (2010);
- Atuação perante o Poder Legislativo para evitar a votação do projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de recolhimento da Contribuição Assistencial, de até 1% do salário, para as entidades de trabalhadores (2010);
- Atuação para evitar a fragmentação da base de representação da Indústria, possibilitada pela Portaria MTE 186/2008, por meio do acompanhamento e divulgação de publicações relativas à criação de entidades sindicais de grau superior no Diário Oficial da União, da realização de reuniões e da impugnação administrativa de registros (2010);
- Identificação e análise da Portaria MTE 982/2010, que altera o critério de distribuição da contribuição sindical compulsória de categoria econômica para filiação (conforme informado no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais), e atuação para caracterizar a inconstitucionalidade da Portaria e evitar sua aplicação, por meio da mobilização das Federações e da interposição de Mandados de Segurança, com obtenção de diversas liminares favoráveis (2010);

Situação dos Programas e Projetos

- Planejamento de projetos voltados à modernização da estrutura sindical: Sindicato Legal, Condomínio Sindical e Tendências em Negociações Coletivas (2009);
- Elaboração de proposta para aprimoramento jurídico do financiamento sindical e posterior encerramento das negociações com o MTE e Centrais, devido à inconstitucionalidade das propostas (2008);
- Interposição de ADIN no STF contra a portaria 186 do MTE que cria condições para “reforma sindical por portaria”, contrariando o Estado de Direito (2008);
- Formação de Grupo de Trabalho com o MTE para tratar de financiamento sindical das entidades patronais, em paralelo a negociação dos trabalhadores com o TEM (2007);
- Elaboração de minuta de Proposta da Emenda à Constituição para os capítulos sobre os direitos individuais do trabalho passíveis de negociação e sobre a organização sindical (2006);
- Reunião com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para discutir retomada do tema. Foco: terceirização e substituição processual (2006).

Projeto Associado 24-3: Elaborar estudos e propostas sobre temas específicos de regulação do mercado de trabalho

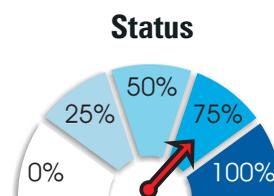
Objetivo: Elaborar estudos e propostas, com a visão da indústria sobre a regulação do mercado de trabalho, redução da informalidade, fixação de jornada de trabalho, formas alternativas de contratação de trabalhadores etc.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Emerson Casali

Ações realizadas:

- Criação e validação de proposta de metodologia para aferição dos custos do trabalho sobre as empresas, a ser aplicada em parceria com associações setoriais para mensuração dos custos do trabalho e de seus impactos sobre a competitividade (2011);
- Discussão e elaboração de parecer técnico sobre o Projeto de Lei 951/2011, que prevê a criação do Simples Trabalhista com vistas à redução da informalidade, resultando na incorporação de melhorias ao texto do projeto (2011);
- Revisão, produção e realização de seminário para divulgação do estudo “Crises Econômicas e Flexibilidade no Trabalho – os casos da

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2012



Alemanha e do Brasil”, que comprova que a adoção de medidas flexibilizadoras em períodos de crise econômica é benéfica à viabilidade das empresas e à manutenção dos empregos (2011);

- Elaboração de textos para discussão sobre rotatividade e produtividade (2010);
- Contratação da Escola de Economia de São Paulo da FGV para execução de projeto para criação de metodologia para aferição dos custos do trabalho sobre as empresas (2010);
- Publicação de estudos sobre: participação do salário na renda, participação em lucros e resultados, estrutura sindical, terceirização e jornada de trabalho (2009);
- Criação de grupo de especialistas para estudos de aprimoramento do NTEP e FAP (2008);
- Elaboração de estudo sobre: novas formas de trabalho, jornada de trabalho, informalidade, terceirização, crescimento do emprego formal (2007).

Projeto Associado 24-4: Elaborar e promover ações que contemplem a visão da Indústria quanto à modernização das relações de trabalho

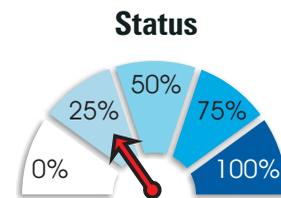
Objetivo: Elaborar propostas e posicionamentos, realizar ações de influência, participar ativamente de fóruns de discussão e deliberação e promover reuniões e eventos a fim de disseminar e defender a modernização das relações de trabalho, com o envolvimento das federações, associações setoriais e outros atores interessados.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali

Ações realizadas:

- Negociação com MTE e Casa Civil contra a obrigatoriedade de utilização do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) pelas empresas, resultando no adiamento do uso obrigatório para 2012, na definição de um processo de certificação adequado e na continuidade do diálogo quanto à possibilidade de autorização do uso de outras formas seguras de registro eletrônico de ponto (2011);
- Atuação para minimizar o impacto negativo das conferências municipais e estaduais de emprego e trabalho decente sobre a formulação de políticas públicas em relações do trabalho, por meio das seguintes ações: i) articulação com demais confederações empre-

Início	Fim
Janeiro de 2011	Dezembro de 2015



sariais e com federações de Indústria para participação nas conferências municipais e estaduais de emprego e trabalho decente; ii) elaboração da cartilha “Trabalho Decente – um conceito produtivo para o País” e de outros materiais de posição, e realização de evento com representantes de todos os setores empresariais para orientação sobre conteúdo e metodologia das conferências; iii) orientação e acompanhamento da participação empresarial nas conferências municipais e estaduais; e iv) participação ativa na Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD) e na Comissão de Sistematização (2011);

- Atuação na Câmara dos Deputados quanto ao tema terceirização, com resultados positivos como a aprovação do PL 4.330/2004 pela Comissão do Trabalho (CTASP) e a inclusão de alguns dos aspectos defendidos no parecer da Comissão Especial sobre o tema (2011);
- Divulgação, mobilização de instituições empresariais e empresas para participação, e realização de apresentação durante Audiência Pública sobre Terceirização realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), difundindo a visão empresarial aos magistrados da Justiça do Trabalho (2011);
- Coordenação da representação empresarial em segurança e saúde no trabalho (SST), com atuação direta em fóruns estratégicos, resultando, entre outras ações, no adiamento pela ABNT do início da vigência de NBR sobre sistema de gestão de SST por três anos e na elaboração texto consensual da Política Nacional de SST (2011);
- Coordenação do processo de formulação, em conjunto com demais confederações empresariais, de estudos e propostas para aprimorar a metodologia de aferição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) e do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), e apresentação dos trabalhos ao presidente do INSS e ao Ministério da Previdência Social (MPS) (2011).

Projeto Associado 24-5: Elaborar e promover ações que contemplem a visão da Indústria quanto ao sistema sindical brasileiro

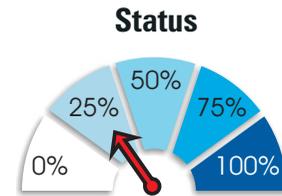
Início	Fim
Janeiro de 2011	Dezembro de 2015

Objetivo: Elaborar propostas que contemplem a visão da indústria e defender a observação dos princípios constitucionais quanto à estrutura e ao funcionamento do sistema sindical brasileiro, com o envolvimento das federações, demais confederações empresariais e outros atores interessados.

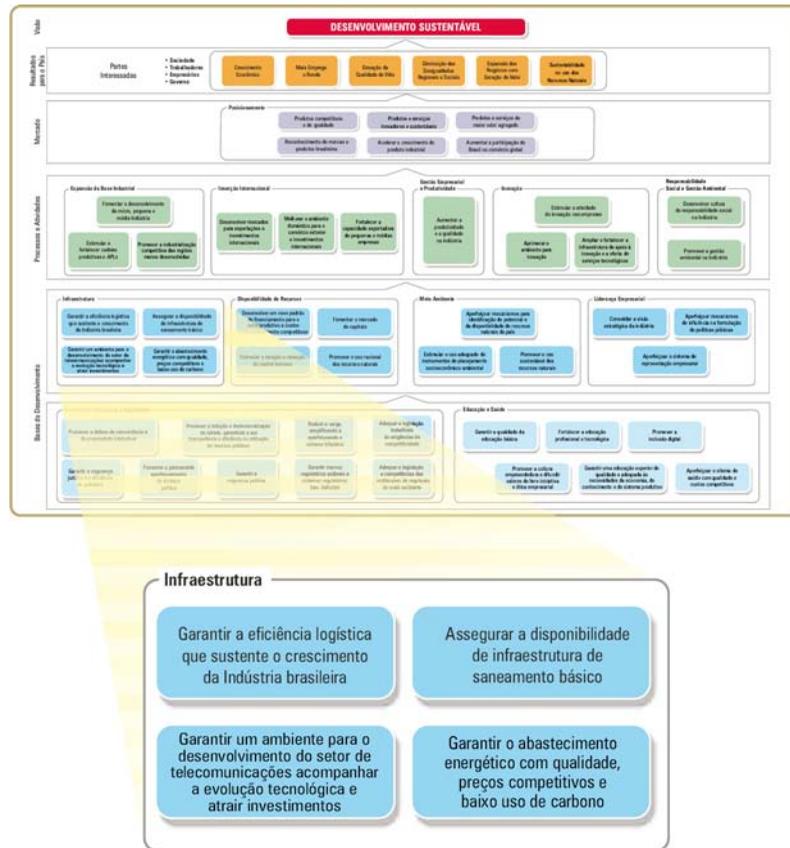
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Emerson Casali

Ações realizadas:

- Acompanhamento do processo adotado pela Caixa Econômica para distribuição da contribuição sindical compulsória, a fim de verificar o cumprimento das liminares concedidas aos mandados de segurança contrários à Portaria MTE 982/2010, interpostos em 2010; julgamento de ação judicial proposta pela CNI, tornando sem efeito o conteúdo da Portaria 982/2010 (2011);
- Atuação para evitar a fragmentação da base de representação da Indústria, possibilitada pela Portaria MTE 186/2008, com resultados positivos como a impugnação à tentativa de criação da Central Geral de Empresas no Brasil (Cegebras), do Sindicato Nacional dos Microempreendedores Individuais e, por meio das federações de Indústria, de sindicatos estaduais (2011);
- Aproximação com a equipe técnica da Coordenadoria Geral de Registro Sindical do Ministério do Trabalho e Emprego a fim discutir possibilidades de tornar mais eficiente o processo de registro sindical, resultando na realização de oficina para apresentar ao Ministério a visão e as rotinas do Sistema Confederativo de Representação da Indústria no que tange à criação e a alterações estatutárias de sindicatos (2011).



INFRAESTRUTURA



Oferta, qualidade e custos de operação da infraestrutura são determinantes da competitividade. O impacto da insuficiente expansão, manutenção e modernização destes serviços tem sido elevado e representa uma desvantagem competitiva para o País. Esses problemas são também oportunidades de investimentos. Marcos regulatórios adequados são a chave para a atração do capital privado.

■ **Programas e Projetos Associados:**

Programa 31: Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos

Objetivo: Garantir a disponibilidade de energia a preços competitivos por meio das seguintes ações:

- Acompanhar o processo de implementação do novo modelo do setor elétrico e identificar os principais entraves à expansão do parque produtor e das redes de transporte e distribuição de energia;
- Mapear, identificar dos principais encargos sobre a tarifa de energia e propor soluções para sua redução;
- Elaboração de diagnósticos sobre os principais problemas identificados e tomar medidas para solução desses problemas;
- Identificar os principais entraves à maior participação do gás natural na matriz energética nacional: atuar para que os grandes e os médios consumidores de gás natural tenham a opção de contornar os esquemas tradicionais de distribuição e se conectar diretamente aos produtores e transportadores de gás. Agir, de forma articulada com Federações de Indústrias e Associações Empresariais, para elaboração de propostas para o marco regulatório de gás natural.

Projeto Associado 31-1: Identificar encargos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica e propor soluções para a sua redução

Objetivo: Mapear e identificar os principais encargos sobre a tarifa de energia e elaborar diagnósticos sobre os principais problemas identificados. A partir do diagnóstico, propor soluções para a redução de encargos.

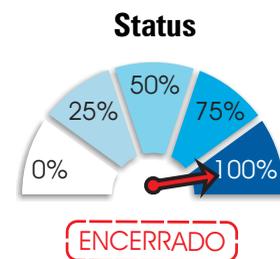
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Wagner Cardoso.

Ações realizadas:

- A CNI, em parceria com diversas associações, atuou de forma coordenada tentando barrar a prorrogação da cobrança da RGR até 2035 (Medida Provisória 517/2010). O movimento de mobilização social quanto ao aumento do custo da energia culminou com a realização de seminário (31/03/2011) para apresentar os impactos dos encargos na competitividade das indústrias. Apesar da RGR ter sido prorrogada o tema custo da energia elétrica ganhou maior relevância nacional (2011);

Início	Fim
Janeiro de 2008	Dezembro de 2011



- Publicação do livro “Energia e Competitividade na era do baixo carbono.” Essa publicação reúne um conjunto de propostas da CNI para que a geração nacional de energia continue com o seu perfil renovável e aponta caminhos para que o custo da energia elétrica volte a se tornar competitivo (2011);
- Criação da Rede “Indústria e Energia”, que reúne representantes das entidades estaduais do Sistema Indústria, com o objetivo de discutir e alinhar posicionamentos permitindo uma atuação conjunta na defesa dos interesses na área de energia (2009);
- Lançamento da cartilha “Encargos Setoriais”, em parceria com a ABRACE, que detalha a origem e a finalidade dos nove principais encargos do setor elétrico cobrados no país (2009);
- Realização do Seminário “Energia: fator de competitividade para o Brasil”, em 21/10/2009, em parceria com a ABRACE, com o objetivo de reunir o setor industrial e agentes do setor energético para discutir os impactos dos encargos setoriais sobre a tarifa de energia elétrica e as formas de diversificação da matriz elétrica sem prejuízo à competitividade da indústria (2009);
- Avaliação das propostas elaboradas pela ABCE para reduzir o volume de encargos sobre a tarifa de energia elétrica do setor industrial (2008);
- Contribuição ao aperfeiçoamento da Resolução ANEEL nº 395/1998, que trata dos procedimentos gerais para a autorização de pequenas centrais hidrelétricas – PCH (Audiência Pública nº 38/2008) (2008);
- Publicação do documento “Energia Eólica: panorama mundial e perspectivas no Brasil”, ressaltando a importância da diversificação da matriz energética na busca de um suprimento energético de qualidade e com modicidade tarifária (2008);
- Posicionamento na Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em 19 de junho de 2008;
- Posicionamento na Audiência Pública realizada pela Comissão Especial de Fontes Renováveis de Energia da Câmara dos Deputados, em 6 de agosto de 2008;
- Apresentação no TCU sobre a visão da indústria no setor energético, em novembro de 2008.

Projeto Associado 31-2: Posicionamento do setor industrial com relação ao marco regulatório para o setor de gás natural

Início	Fim
Março de 2006	Dezembro de 2011

Objetivo: Consolidar o posicionamento do setor privado, a fim de elaborar e apresentar de projeto(s) de lei para o marco regulatório do setor de gás natural. Elaborar documento técnico sobre modelos existentes para o setor, com referências mundiais.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Wagner Cardoso.

Ações realizadas:

- Publicação do livro “Gás Natural: Uma proposta de política para o País”. Essa publicação apresentou de forma clara os autos custos do gás natural no Brasil frente aos valores praticados internacionalmente e impacto desses custos para a competitividade da indústria nacional. O estudo também apresentou algumas propostas para redução dos custos do gás natural no Brasil (2011);
- Publicação da portaria ANP nº 52 em dezembro de 2011, que regulamenta a atividade de comercialização de gás natural, obriga o registro de contratos de compra e venda de gás natural na ANP, com a separação obrigatória dos custos de transporte (regulado) e molécula (livre negociação). Para a CNI, a regulamentação ainda não é o ideal, mas é muito bem-vinda porque fixa diretrizes e organiza o mercado do gás (2011);
- Publicação do Decreto 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei 11.909 (2010);
- Aprovação da Lei do Gás pelo Congresso Nacional, sancionada em março de 2009; o projeto aprovado é fruto de negociação que envolveu governo e setores produtivos interessados na regulamentação, entre os quais a CNI (2009);
- Inclusão dos conceitos de consumidor livre, auto-produtor e auto-importador na nova regulamentação do setor. O texto aprovado manteve o atual regime de consumo e exploração de gasodutos em refinarias de petróleo e unidades de produção de fertilizantes (2008);
- Realização de reunião com o relator, Deputado João Maia (PR/RN), precedida de discussões no COINFRA (2007);
- Realização, em 13 de junho de 2007, de seminário internacional sobre o tema, que contou com a presença do relator do Projeto na Câmara dos Deputados e todos os atores da cadeia produtiva do gás natural, além de representantes de todos os segmentos do gás natural (2007);



Situação dos Programas e Projetos

- Aprovação do projeto na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, com sucesso em vários dos pontos defendidos pela Indústria(2007);
- Apresentação de emendas acordadas com a ABRACE (2006).

Programa 35: Aumento da eficiência do sistema de transporte e logística

Objetivo: Identificar os entraves à maior eficiência do sistema nacional de transportes e logística, a fim de elaborar diagnósticos sobre os principais problemas identificados e propor soluções.

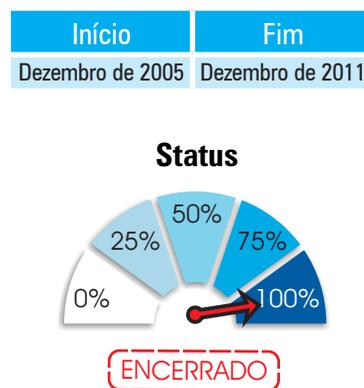
Projeto Associado 35-1: Projeto de reforma institucional do setor de transportes

Objetivo: Promover a reforma institucional do setor de transportes, por meio de elaboração de diagnóstico sobre o arranjo institucional do setor, incluindo funções de órgãos, autarquias e práticas de gestão). Organizar debate com associações setoriais e Federações das Indústria, a fim de alinhar o posicionamento da indústria para este setor.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Wagner Cardoso.

Ações realizadas:

- Realização de seminários nas Federações para apresentar o posicionamento da CNI em relação à reforma institucional do setor de transporte (2011);
- Publicação do estudo “Transporte de cargas: agenda para um Brasil competitivo”, pela CNI, em dezembro de 2010;
- Promoção de diversas ações visando maior competitividade no transporte ferroviário, a simplificação do processo de outorgas de portos secos e a efetivação do transporte multimodal (2010);
- Discussão dos problemas e possíveis soluções com dirigentes do DNIT, ANTAQ, ANTT e do próprio Ministério dos Transportes, o que inclui a falta de uma estrutura de planejamento de longo prazo no setor (2008/2009);
- Estudos e propostas encerrados. A próxima etapa é a viabilização da aprovação das propostas (2007).



Projeto Associado 35-3: Aumento da eficiência das administrações portuárias

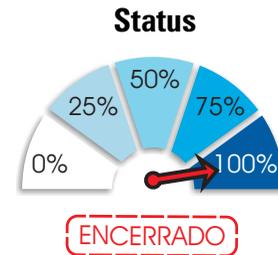
Objetivo: Encaminhar aos órgãos governamentais proposta(s) de um novo modelo de administração de portos públicos baseado em contribuições de associações setoriais e Federações de Indústria, a fim de aumentar a eficiência das administrações portuárias.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Wagner Cardoso.

Ações realizadas:

- Organização de um seminário sobre o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP (Abril de 2011);
- Implementação de ações contínuas junto à SEP e à ANTAQ para propor indicadores de eficiência para as administrações dos portos públicos brasileiros, em comparação com padrões internacionais (2009/2010);
- Encerramento da primeira fase do projeto, após diversas discussões com dirigentes da Secretaria Especial de Portos e da ANTAQ, além de participação de eventos sobre o tema no TCU (2008);
- Divulgação do documento da CNI “Reforma Portuária: o que falta fazer” (2007);
- Reuniões para apresentação e debate do estudo no COINFRA e Associações Setoriais (2007).

Início	Fim
Junho de 2006	Dezembro de 2011



Projeto Associado 35-4: Projeto de aumento da oferta e da qualidade dos serviços no transporte marítimo de longo curso (internacional) e cabotagem, com destaque para dinamização do transporte de contêineres

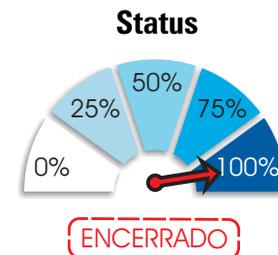
Objetivo: Formular e encaminhar aos órgãos governamentais propostas visando aumento da oferta e da qualidade dos serviços no transporte marítimo de cabotagem de cargas.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Wagner Cardoso.

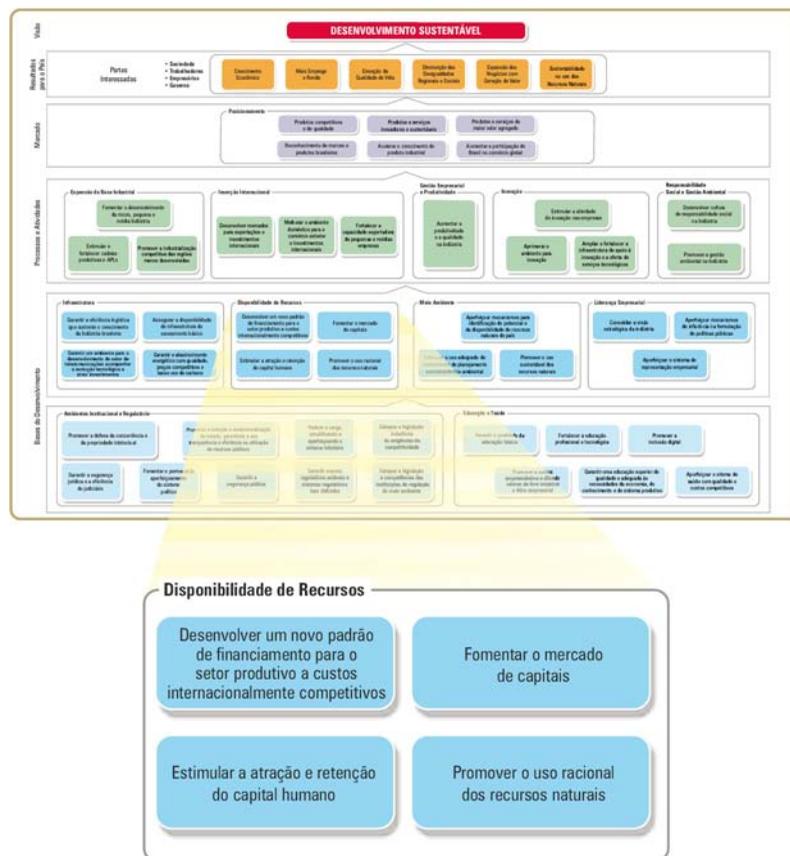
Ações realizadas:

- Conclusão do estudo contratado pela CNI sobre “Competitividade no Transporte Marítimo de Cabotagem de Cargas” (2009).

Início	Fim
Março de 2008	Outubro de 2009



DISPONIBILIDADE DE RECURSOS



A disponibilidade de recursos financeiros, de recursos humanos e a capacidade do aproveitamento racional dos recursos naturais são elementos críticos da estratégia competitiva da indústria brasileira.

Novos padrões de financiamento para o Setor Produtivo são necessários a fim de viabilizar o desenvolvimento das empresas, particularmente das Micros, Pequenas e Médias Indústrias.

A criação de novos mecanismos de acesso ao crédito - com taxas adequadas à capacidade de cada organização -, e de mecanismos não bancários de financiamento e desoneração dos investimentos são desafios a vencer, com ações junto ao Governo para viabilizar estes projetos.

■ **Programas e Projetos Associados:**

Programa 37: Plano Diretor do Mercado de Capitais

Objetivo: Atuar em sintonia com as entidades empresariais na implementação e aprimoramento das diretrizes do “Plano Diretor” do Mercado de Capitais.

Projeto Associado 37-1: Implementar o Plano Diretor do Mercado de Capitais

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2012

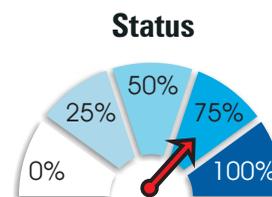
Objetivo: Atuar em conjunto com o CODEMEC para agilizar a implementação do Plano Diretor e efetuar ajustes.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Flávio Castelo Branco.

Responsável no Plano Diretor: Thomas Tosta (CODEMEC).

Ações realizadas:

- Acompanhamento da conversão da MP 517/2010 na Lei nº 12,431, de 24 de junho de 2011, garantindo a manutenção dos benefícios previstos pela MP (2011);
- Apresentação do Decreto nº 7.487, em 23 de maio de 2011, com novas regras para o IOF incidente sobre debêntures. A principal alteração constante no Decreto é a extensão da alíquota zero de IOF para operações relativas a títulos e valores mobiliários com debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Letras Financeiras (LI). Até então, o IOF era cobrado de forma decrescente até 30 dias, até zerar. A alíquota zero independente do prazo era restrita apenas a operações de valores mobiliários de titularidade de instituições financeiras, de fundos de investimento e do mercado de renda variável (2011);
- Avaliação das medidas de crédito de longo prazo anunciadas pelo Ministério da Fazenda em 15 de dezembro de 2010;
- Apresentação da MP 517/2010, em 30 de dezembro de 2010, que determina novas regras para debêntures e para títulos privados destinados a projetos de infraestrutura. As medidas em questão têm como objetivo viabilizar o mercado secundário de títulos privados, de forma a gerar demanda por tais e expandir o financiamento de longo prazo, de acordo com as premissas do Plano Diretor do CODEMEC (2010);



Situação dos Programas e Projetos

- Preparação da Agenda 2011 do Plano Diretor a ser apresentada a nova equipe do Novo Governo (2010);
- Implementação do projeto inicial em mais de 90% de suas propostas. O comitê gestor elaborou uma segunda etapa do plano diretor, que se encontra em estágio inicial de implementação (2009);
- Conclusão da segunda fase do Plano Diretor e iniciação da ação de implementação no âmbito do CODEMEC (2008);
- Primeira e segunda fase concluídas (2007/2008).

Programa 38. Elevação do Crédito de Fontes Não Bancárias

Objetivo: Criar instâncias de discussão e atuar para a criação, desenvolvimento e implementação de novos mecanismos não bancários de financiamento visando a elevação do crédito e do financiamento nas fontes não-bancárias.

Projeto Associado 38-1: Desenvolver Novos Mecanismos de Financiamento de Fontes Não-Bancárias

Objetivo: Avaliar mecanismos disponíveis e elaborar sugestões de novos mecanismos para financiamento de fontes não bancárias para a Indústria.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Flávio Castelo Branco.

Status do Projeto: Projeto integrado a um programa mais amplo sobre financiamento, resultando em um novo projeto.

Início	Fim
Abril de 2006	Dezembro de 2007



Projeto Associado 38-2: Financiamento

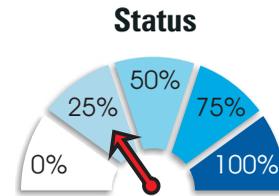
Objetivo: Estimular e ampliar o uso do financiamento não bancário pelas empresas industriais em dois canais principais: dívida privada e abertura de capital (*Venture Capital* e Emissão de Ações). Elaborar estudos sobre o cooperativismo de crédito na indústria, bem como acompanhar e divulgar os custos de financiamentos efetivamente praticados pelos principais bancos no país em linhas de crédito de interesse da indústria (capital de giro, desconto de duplicatas, conta-garantida, etc).

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Flávio Castelo Branco.

Ações realizadas:

- Articulação e aprovação de isenção de IOF nas negociações de derivativos para empresas exportadoras, quando sua operação se restringe ao hedge, no âmbito da MP 539/2011 (2011);
- Elaboração e consolidação de propostas da indústria com relação a financiamento para nova política de desenvolvimento produtivo, resultante no Plano Brasil Maior (MP 540 e MP 541 de 2011);
- Avaliação de metas e medidas de financiamento divulgadas do Plano Brasil Maior, bem como acompanhamento de sua implementação (2011);
- Em 1º de dezembro de 2011 foram anunciadas medidas de estímulo à economia. Entre elas, a alíquota de IOF de 2% cobrada sobre o investimento externo em ações, investimento externo em venture capital e o cancelamento de recebíveis de ações de empresas brasileiras negociadas no exterior foi reduzida a zero. Além disso, a alíquota de 6% de aplicações de não-residentes em debêntures de longo prazo (superior a quatro anos) também foi reduzida a zero (2011);
- Acompanhamento das reuniões do Centro de Estudos do Mercado de Capitais (CEMEC), com reuniões bimestrais em São Paulo – SP (2010);
- Participação em workshops e eventos variados sobre financiamento de longo prazo, alternativas de financiamento e mercado de capitais (2010);
- Elaboração de nota sobre medidas de financiamento de longo prazo (2010);
- Termo de referência para contratação de consultoria elaborada (2009).

Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2012



Programa 39. Redução da Taxa Básica de Juros e do *Spread* Bancário

Objetivo: Criar propostas e atuar para a redução do *spread* bancário e das taxas de juros.

Projeto Associado 39-1: Redução da Taxa Básica e do *Spread* Bancário

Objetivo: Desenvolver estudos para elaborar proposta(s) e alternativas de política voltada à redução da taxa básica, do *spread* bancário e do custo do financiamento, a serem validadas pelo Conselho de Política Econômica da CNI.

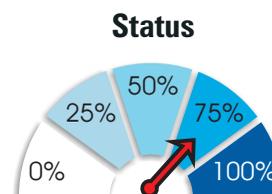
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Flávio Castelo Branco.

Ações realizadas:

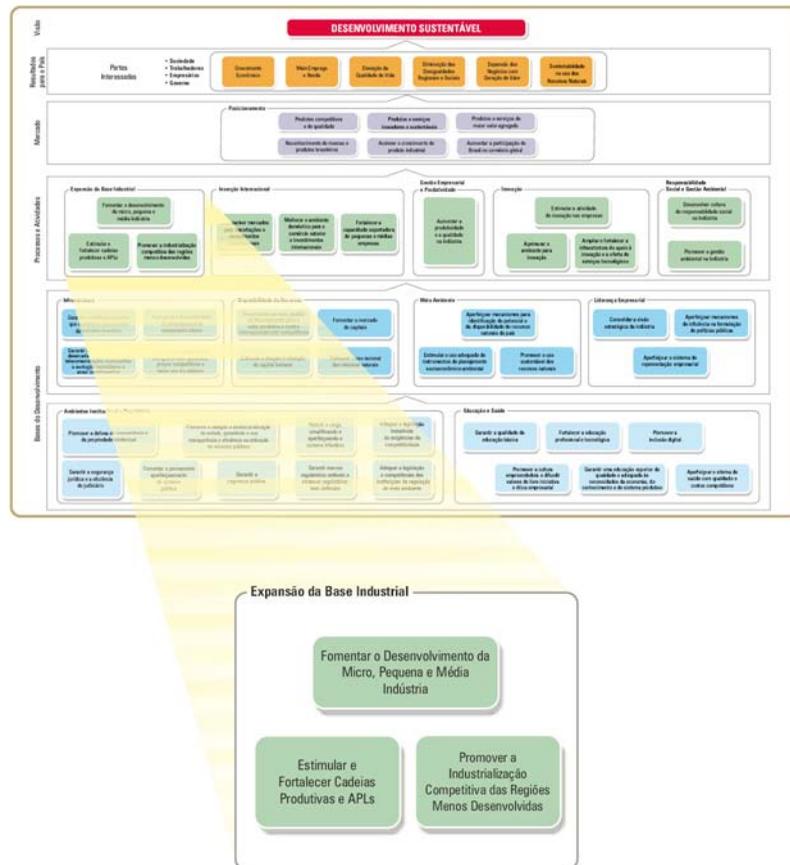
- Elaboração de nota sobre pressões sobre custo de capital e financiamento (2011);
- Articulação e aprovação da obrigatoriedade da divulgação do Custo Efetivo Total (CET) para micro e pequenas empresas pelo Banco Central do Brasil (2011);
- Elaboração da cartilha “FNO, FNE e FCO (Fundos Constitucionais de Financiamento) – Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar” (2011);
- Ação no legislativo para influenciar positivamente e aprovação de projeto de criação do Cadastro Positivo (já aprovado) (2010);
- Articulação no âmbito do Fórum das MPEs do MDIC, na área de Financiamento, pela aprovação da obrigatoriedade de divulgação da CET para empréstimos às MPEs, com elaboração da proposta encaminhada ao Banco Central (2010);
- Acompanhamento e desenvolvimento dos fundos garantidores de crédito FGI e FGO (2010);
- Elaboração da seção de Financiamento do documento “A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor”, entregue aos candidatos ao novo governo (2010);
- Elaboração da cartilha “FGO e FGI (Fundos Garantidores de risco de Crédito) – Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar”, já alcançando a 3ª edição com mais de 10 mil exemplares distribuídos (2010);

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2012



- Atualização da cartilha “Cartão BNDES – Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar” para a 4ª edição (2010);
- Avaliação das medidas econômicas para criação do EXIM Brasil (2010);
- Subsídios para workshop “Financiamento da Economia Brasileira” (2010);
- Avaliação sobre reativação da linha FAT Giro Setorial (2010);
- Ação junto ao Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), no âmbito do Ministério da Fazenda, voltada à redução dos compulsórios bancários e à criação e operacionalização de fundos garantidores e de aval (2009);
- Ação no legislativo para influenciar positivamente e aprovação de projeto de criação do Cadastro Positivo, ainda em tramitação (2009);
- Apresentação de propostas de redução do *spread* no âmbito das medidas emergenciais de combate à crise (2008);
- Diagnóstico sobre o problema do *Spread* Bancário (2007);
- Elaboração de documento sobre ausência de ações efetivas para a redução do *spread*, com sugestões para agilização da agenda de redução que se encontra paralisada (2007).

EXPANSÃO DA BASE INDUSTRIAL



A expansão da base industrial é um elemento vital do Mapa Estratégico da Indústria.

Essa expansão depende do conjunto de ações que compõem o Mapa, mas especialmente de iniciativas que promovam o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e a industrialização competitiva das regiões menos favorecidas, e que fortaleçam as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais (APLs).

■ **Programas e Projetos Associados:**

Programa 42: Fomento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) com Potencial Competitivo

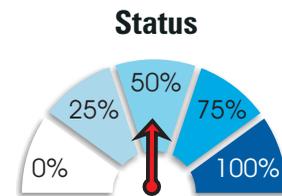
Objetivo: Articular as iniciativas de apoio aos APLs a fim de elevar seus resultados e maximizar as oportunidades de ações convergentes.

Projeto Associado 42-1: Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI 2010-2013)

Início	Fim
Maio de 2010	Outubro de 2013

Objetivo: Apoiar as empresas industriais que se organizam em seus setores ou em arranjos produtivos locais, com o objetivo de aumentar a competitividade por meio da identificação e enfrentamento dos problemas comuns, por meio de ações coletivas. Foco nos seguintes temas estratégicos: inovação, meio-ambiente e associativismo.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Renato da Fonseca.



Ações realizadas:

- Atendimento, pelos projetos, a cerca de 2.500 empresas (2011);
- Lançamento da 2ª chamada de projetos: 20 projetos selecionados (outubro/2011);
- Lançamento da 1ª chamada de projetos: 84 projetos selecionados (julho/2010);
- Assinatura do novo convênio 2010-2013 com SEBRAE (maio/2010);
- 92 projetos executados e encerrados (2009);
- Capacitação dos gestores dos projetos das federações das indústrias (2008);
- Acompanhamento e assistência técnica aos projetos (2008).

Programa 43. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPes)

Objetivo: Criar um marco legal adequado para o desenvolvimento das MPes, que estabeleça tratamento diferenciado em questões tributárias e trabalhistas, entre outros temas.

Projeto Associado 43-1: Projeto de melhoria e aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

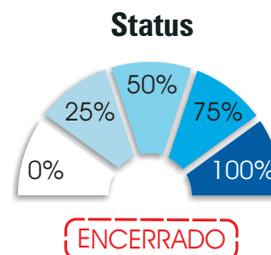
Objetivo: Avaliar o anteprojeto de Lei Geral da Micro e Pequena empresa e formular propostas de melhoria para atender à visão da Indústria.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Renato da Fonseca.

Ações realizadas:

- Projeto encerrado. Lei promulgada em dezembro de 2006.

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2006



Projeto Associado 43-3: Projeto de aperfeiçoamento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

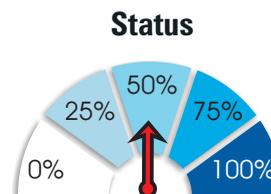
Objetivo: Avaliar projetos de lei no Congresso e formular propostas de melhoria na Lei Geral de Micro e Pequena Empresa para atender à visão da Indústria.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Renato da Fonseca.

Ações realizadas:

- Articulação com a Frente Parlamentar Mista de Micro e Pequena Empresa (2011);
- Revisão das propostas de modificação da Lei Geral (PLP 591/2010, PLP 77/2011, PLC 87/2011 e outros apensados), que se transformou na Lei Complementar 139/2011 alterando a Lei Complementar 123/2006 (2011);
- Realização da Mobilização Nacional com as Federações das Indústrias e demais entidades de representação de apoio contra a adoção de sublimites estaduais no Simples Nacional. Esse é um movimento que se repetirá, enquanto a legislação federal não for mudada (2011);
- Elaboração de proposta de um Simples Trabalhista para as Micro e Pequenas Empresas (2011);

Início	Fim
Janeiro de 2007	Dezembro de 2012



- Avaliação do PLP 591/2010 do Deputado Vignatti (PT/SC) (2010);
- Atuação no Congresso para apoio à aprovação das modificações da Lei Complementar nº 127 (2008);
- Envio de propostas ao PLP nº 126 do Deputado Haully, que visa aperfeiçoar alguns aspectos da Lei (transferência de crédito e consórcio) (2008);
- Participação na elaboração de proposta de projeto de regulamentação do Consórcio do Simples (para vendas internas e externas) no âmbito do grupo de trabalho do Fórum Permanente. A proposta foi enviada à Casa Civil (2008);
- Lei Complementar 128/2008, com aperfeiçoamentos da Lei Geral, sancionada pelo presidente da República em 19 de dezembro de 2008;
- Ação da CNI no Senado Federal foi decisiva para a manutenção do artigo que permite que os estados “exclusiva e unilateralmente, concedam aos não-optantes crédito relativo ao ICMS incidente nos insumos utilizados nas mercadorias adquiridas de indústria optante”, principal demanda do setor industrial (2008);
- Participação da aprovação do Projeto de Lei de Melhoria (2008).

Projeto Associado 43-4: Portal do Observatório da Lei Geral

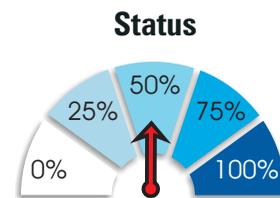
Objetivo: Construir o Portal do Observatório da Lei Geral com o objetivo mobilizar a sociedade em prol do tratamento diferenciado e favorecido devido às MPEs e monitorar a efetiva implementação da Lei Geral (Lei complementar 123/2006) em todos os níveis de governo.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Renato da Fonseca.

Ações realizadas:

- O lançamento do Portal do Observatório da Lei Geral está previsto para abril de 2012;
- Planejamento de nova parceria a ser firmada com o SEBRAE (2010/2011);
- Desenvolvimento e melhoria da ferramenta do Portal (2010/2011);
- Planejamento e desenvolvimento da ferramenta do Ranking da carga tributária (2010/2011);
- Revisão da metodologia do ranking da carga tributária (2010/2011);
- Alimentação de conteúdo (2010/2011).

Início	Fim
Janeiro de 2010	Janeiro de 2014



Situação dos Programas e Projetos

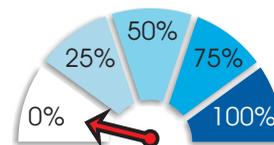
Projeto Associado 43-5: Projeto de aperfeiçoamento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa 2012

Objetivo: Avaliar projetos de lei no Congresso e formular propostas de melhoria na Lei Geral de Micro e Pequena Empresa para atender à visão da indústria.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Renato da Fonseca.

Início	Fim
Janeiro de 2012	Dezembro de 2012

Status



Programa 44. Financiamento para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

Objetivo: Divulgar os mecanismos existentes e propor novos mecanismos de financiamento, voltados para as MPEs.

Projeto Associado 44-1: Estudo sobre o mecanismo de financiamentos para as micro e pequenas empresas

Objetivo: Elaborar estudo com a avaliação da situação atual dos mecanismos de financiamento para as micro e pequenas empresas no Brasil e no mundo e proposta(s) que atendam à Micro e Pequena Indústria.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Renato da Fonseca.

Status do Projeto: Projeto Integrado - ações incorporadas ao novo projeto sobre financiamento (projeto 38.2)

Início	Fim
Abril de 2006	Setembro de 2006



Projeto Associado 44-2: Cartilhas sobre linhas de financiamento para as micro e pequenas empresas

Objetivo: Elaborar cartilhas voltadas aos empresários, sobre as diferentes oportunidades e linhas de financiamento para as micro e pequenas empresas.

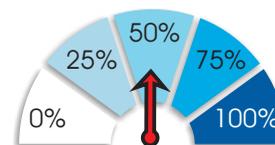
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Renato da Fonseca.

Ações realizadas:

- Elaboração e divulgação da cartilha "FCO, FNE e FNO - Fundos Constitucionais de Financiamento – Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar" (2011);

Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2012

Status



- Elaboração, divulgação e atualização da cartilha “FGO e FGI – Fundos Garantidores de crédito – como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar” (2010);
- Elaboração, divulgação e atualização da cartilha “Cartão BNDES - como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar” (2009).

Projeto Associado 44-3: Núcleo de Acesso ao Crédito

Objetivo: Instalar núcleos de acesso ao crédito nas federações estaduais de indústrias, para prestar informações, apoiar a elaboração de projetos e articular melhorias nas condições de crédito com instituições financeiras por meio de uma rede coordenada pela CNI.

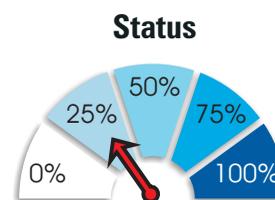
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Renato da Fonseca.

Ações realizadas:

- Elaboração de diagnósticos da atuação das federações estaduais de indústrias, visando identificar as boas práticas e conhecer os produtos e serviços já ofertados pelo Sistema Indústria (2011).

Início	Fim
Agosto de 2011	Dezembro de 2013



Projeto Associado 44-4: FINPYME – Projeto Financiamento Inovador para Pequenas e Médias Empresas

Objetivo: Realizar diagnósticos em 120 pequenas empresas industriais, de modo a prepará-las e qualificá-las para a obtenção de financiamentos junto ao sistema financeiro. Este projeto é financiado pela Corporação Interamericana de Investimentos e beneficiará, inicialmente, os estados de CE, PB e PE – podendo estender-se para o resto do país.

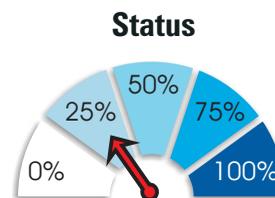
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Renato da Fonseca.

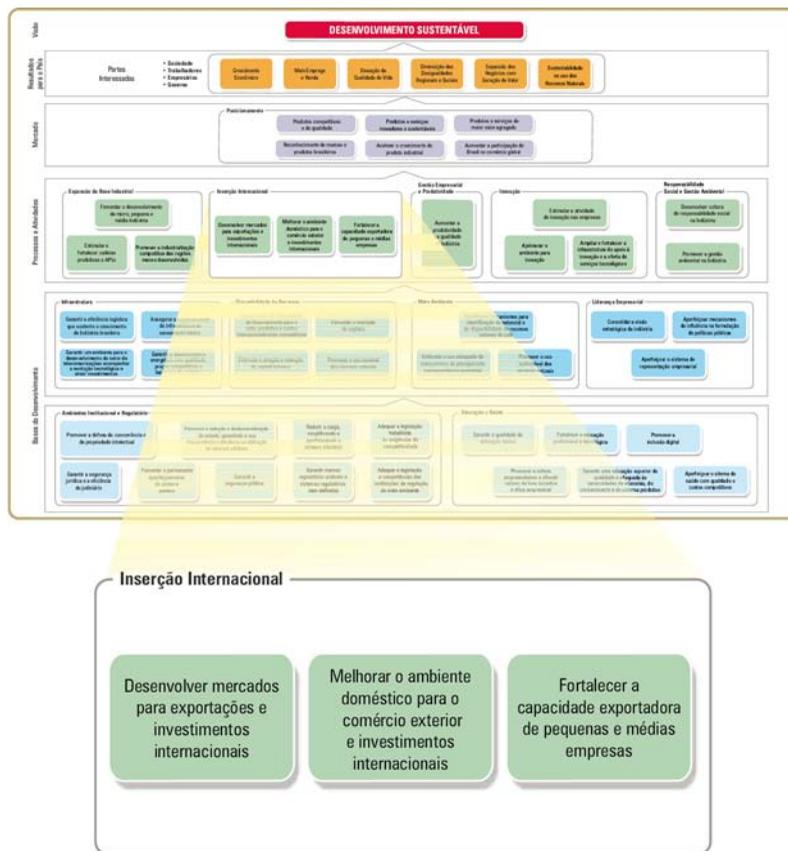
Ações realizadas:

- Parceria firmada com a Corporação Interamericana de Investimentos – CII (2011);
- Construção do cronograma do projeto (2011).

Início	Fim
Setembro de 2011	Outubro de 2013



INSERÇÃO INTERNACIONAL



A maior inserção do Brasil no comércio internacional de bens e serviços é estratégica para alavancar o potencial de crescimento do País e indispensável para a estabilidade dos fundamentos macroeconômicos e para o bom desempenho das empresas.

A expansão do fluxo de comércio e de investimentos eleva a capacidade de adaptação da economia a choques econômicos e incentiva a competitividade das empresas, gerando ganhos de qualidade, aumento da produtividade e agregação de valor aos produtos.

■ **Programas e Projetos Associados:**

Programa 46. Promoção Comercial e Desenvolvimento de Imagem e Marcas

Objetivo: Estabelecer parcerias do setor privado com órgãos públicos com objetivo de coordenar e priorizar iniciativas conjuntas de promoção comercial voltadas para:

- i. Internacionalização de empresas de pequeno porte;
- i. Prospecção de mercados externos de produtos;
- i. Desenvolvimento da imagem e marcas de produtos brasileiros;
- i. Participação em eventos e organização de missões ao exterior;
- i. Inteligência comercial.

As atividades de promoção comercial serão desenvolvidas inclusive pela Rede Brasileira de Centros Internacionais – Rede CIN.

Projeto Associado 46-1: Fortalecimento dos mecanismos de promoção comercial

Objetivo: Propor, em parceria com entidades públicas e privadas, novas formas de atuação conjunta de promoção comercial que estimulem resultados mais expressivos no esforço de promoção comercial dos produtos brasileiros e no desenvolvimento da imagem do Brasil no exterior.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Tatiana Martins Porto

Status do Projeto: Projeto integrado às ações do projeto 46-4: Implantação de Unidades de Atendimento da APEX-Brasil em Federações de Indústrias.

Início	Fim
Julho de 2007	Dezembro de 2010



Projeto Associado 46-2: Base de dados em comércio exterior

Objetivo: Apoiar o processo de inteligência comercial por meio do desenvolvimento do sistema “Consolidação das Bases de Conhecimento em Comércio Exterior”. O Sistema é uma ferramenta de uso dos Centros Internacionais de Negócios (CINs) das Federações de Indústrias utilizada para a preparação de perfis e prospecção de mercados.

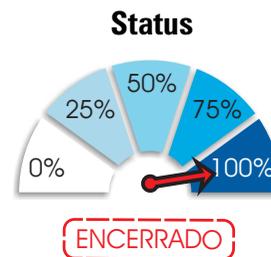
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Bases de Conhecimento em Comércio Exterior implantadas em julho de 2007;
- Equipes da Rede CIN treinadas para uso da ferramenta (2007).

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2007



Projeto Associado 46-3: Ações de Promoção Comercial no Exterior

Objetivo: Desenvolver programas nacionais de promoção comercial e prospecção de mercados internacionais, através de metodologias específicas, com objetivo de viabilizar a inserção competitiva de pequenas e médias empresas brasileiras e seus produtos em mercados externos estratégicos. As atividades são coordenadas pela Unidade de Comércio Exterior da CNI e implementadas pelos Centros Internacionais de Negócios das federações de indústrias.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Realização de 12 Missões Prospectivas no exterior: Fruit Logistic, Expocomer, Salone, Hannover, Alimentaria, Cosmoprof, CPD Body Look, ANUGA, FIHAV, MACEF, Expocruz, Canton Fair, Big Five e EMO. Participação de 400 empresas dos segmentos de alimentos/bebidas, têxtil/confecção, móveis/madeira, metal-mecânico, eletro-eletrônico, biotecnologia e Construção Civil (2009);
- Realização de 7 missões prospectivas que contaram com a participação de 260 empresas de todo o Brasil sob articulação e colaboração dos 27 Centros Internacionais de Negócios. A implementação Programa contou com parcerias de instituições como a APEX, o China Trade Center, o Departamento de Comércio dos EUA, além do SEBRAE e do SENAI Nacional (2008);
- Realização de 8 missões empresariais: Fruit Logística (Agronegócio/Alemanha); Hannover (Metal Mecânico/Alemanha); FOODEX

Início	Fim
Março de 2008	Dezembro de 2009



(Alimentos, Japão); SIAL (Alimentos/França); Canton Fair (Multisetorial/China); Big 5 (Construção Civil/Emirados Árabes); e Pollutec (Meio Ambiente/França) (2007).

Status do Projeto: Projeto integrado às ações do projeto 46-8: Missões Empresariais Prospectivas no Exterior.

Projeto Associado 46-4: Implantação de Unidades de Atendimento da APEX-Brasil em Federações de Indústrias

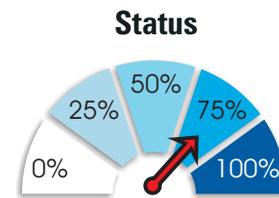
Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2012

Objetivo: Promover aproximação estratégica do Sistema CNI com a APEX Brasil, facilitando o desenvolvimento de ações conjuntas de promoção comercial e internacionalização, voltado às características regionais das empresas.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Continuidade às ações das Unidades de Atendimento APEX em Federações de Indústrias. A continuidade da parceria visou o desenvolvimento de ações conjuntas, de promoção comercial e internacionalização, voltadas às características regionais das empresas por meio de produtos, serviços e ferramentas da CNI, da Rede CIN e da Apex-Brasil. Além da continuidade, monitoramento e manutenção das dez Unidades de Atendimento já existentes, durante o ano de 2011, foram inauguradas três novas Unidades de Atendimento Apex na FIEB, FINDES e FIEPA, e ampliada a Unidade de Atendimento implantada na FIESP (2011);
- Realização de cerca de 4500 atendimentos pelas Unidades de Atendimento em Federações de Indústrias. Algumas das principais atividades, projetos e atividades desenvolvidos pela CNI em cooperação com a Apex-Brasil e com as federações beneficiadas pelo convênio estão a seguir listadas (2011):
 - » Capacitações Empresariais: Workshop “Mercado Internacional: Oportunidades para a expansão de negócios”, Curso de Formação de Preço de Exportação no CIETEP, Wokshop “A experiência da Nova Zelândia e do Brasil: estratégias de competitividade e o desafio da concorrência com a Ásia”;
 - » Eventos de Divulgação: Missão Empresarial Brasileira aos EAU – BIG 5, Missão Prospectiva e a Rodada de Negócios Expocruz 2011, Seminário “Oportunidades de Negócios entre Brasil e China” da 110ª Edição da CANTON FAIR 2011, Missão Mercado



- Foco Oriente Médio: Arábia Saudita e Emirados Árabes, Divulgação da FILDA – Angola, Divulgação da Expocomer, Participação da Feira da Indústria e Inovação Tecnológica – Sergipe Export;
- » Missões Empresariais: Participação do Projeto Indy – Etapas de Las Vegas e Toronto, Missão Pólo Moda: França e Itália como países de destino, Missão à República Dominicana, Missão ao México, Missão Empresarial Feira OTC – Houston-Texas, Missão Prospect à Lisboa, Missão Inversa do setor de ferragens e máquinas na Argentina, Mercado Foco EUA, Missão Apex para América do Sul, Missão Empresarial para a África do Sul e Moçambique;
 - » Rodadas de Negócios: I e II Rodada de Negócios Tradings em Fortaleza, Seminário e rodada de negócios Brasil-Holanda de Comércio Exterior e Logística, SINDIVEST-PE do Projeto comprador da 12ª rodada de Moda de Pernambuco, Rodada de Negócios de Pernambuco Coreia do Sul, Rodada de Negócios da Região da Lombardia - Itália, Encontro de Negócios com a Polônia;
 - » Receptivo de Missões Estrangeiras: Receptivo da delegação de embaixadores da Liga Árabe sobre oportunidades de negócios do Amazonas, VI Feira Internacional da Amazônia, Receptivo do embaixador da Polônia Sr. Jacek Kisielewski – sobre “União Europeia hoje e as perspectivas para o futuro”;
 - » Treinamentos: Seminário “Propriedade Intelectual como ferramenta de competitividade empresarial”, Seminário de Produção Orgânica, Treinamento com os Correios “Exporta Fácil”, Seminário de Alimentos e Bebidas – Anuga – Alemanha, Seminário: Mercado Foco Angola, Seminário Minas Exporta Mais, ENCOMEX MERCOSUL.
- Conclusão de negociação da CNI com a APEX-Brasil para a renovação de parceria entre as entidades para manutenção das Unidades de Atendimento APEX nas instalações dos Centros Internacionais de Negócios ligados às Federações de Indústrias. Além da manutenção das Unidades de Atendimento nos estados de Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, foi negociada a implantação de mais quatro Unidades APEX-Brasil, que em princípio serão instaladas nos estados da Bahia, Espírito Santo, Pará e Rio de Janeiro. O convênio terá vigência até dezembro de 2012 (novembro/2010);
 - Realização de ações conjuntas de promoção comercial com a Apex Brasil (2010);

- Feiras internacionais FILDA (Angola, Multisetorial), Big 5 (Dubai, Construção Civil), SIAL (França, Alimentos) e Expocomer (Panamá, Multisetorial). Arregimentação conjunta e preparação de 194 empresas brasileiras;
- Seminários de Inteligência de mercado para alimentos, construção civil e países em 19 Estados Brasileiros;
- Elaboração e divulgação do estudo “Estado Exportador” para os Estados de Santa Catarina, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul;
- Celebração de convênios entre APEX, CNI e Federações visando a implantação de Unidades de Atendimento nos Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (2009);
- Definição conjunta de Planos Operacionais das Unidades de Atendimento entre APEX-CNI-Federações (2009);
- As Unidades de Atendimento objetivam, principalmente:
 - » Fortalecimento as ações de promoção comercial para às empresas brasileiras;
 - » Desenvolvimento de ações conjuntas de promoção comercial nos mercados-alvo de interesse das entidades;
 - » Formulação à APEX de propostas de setores industriais ainda não atendidos em projetos APEX (PSIs).

Projeto Associado 46-5: Gerenciamento do Programa Al-Invest IV

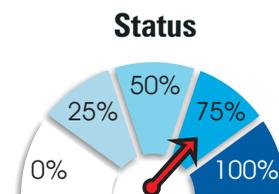
Objetivo: Gerenciar a implementação do Programa Al-Invest IV no âmbito dos países do Mercosul (Argentina, Paraguai, Uruguai), Chile e Venezuela por meio de Consorcio de instituições de apoio empresarial. O Programa AL-Invest é financiado pela Comissão Européia e tem como objetivo apoiar o fortalecimento e internacionalização das pequenas e médias empresas latino-americanas, o intercâmbio de inovações e conhecimento e a promoção de negócios com empresas européias.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Manutenção da liderança da CNI no Consórcio de instituições que executa o Programa AL-INVEST no Mercosul, Chile e Venezuela, contemplando 12 sócios nos outros cinco países da sub-região (2011);

Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2012



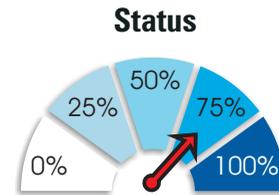
- Realização de diversas atividades de gestão, monitoramento e acompanhamento da execução de projetos voltados à internacionalização e competitividade empresarial nos países-alvo, com os seguintes resultados alcançados por este projeto (2011):
 - » PMES beneficiadas ou que participaram das atividades do Programa: 4.850;
 - » Total de projetos executados na região (exceto Brasil): 126;
 - » Total de missões a Feiras, Encontros de Negócios: 37;
 - » Total de capacitações e assistências técnicas realizadas: 408;
 - » Setores produtivos atendidos: agroindústria, alimentos e bebidas, energia e meio ambiente, biotecnologia, metal-mecânico, TIC'S, turismo, serviços, indústria: indumentária, madeira e móveis, maquinaria agrícola, auto-peças, artes gráficas.
- Consolidação da gestão financeira e administrativa do Consórcio Mercosul, Chile e Venezuela do Programa AI-Invest pela CNI: realização de capacitações dos sócios executores em temas financeiros e de prestação de contas; a revisão de manuais gerenciais e de procedimentos e a implantação do Sistema Informático de Gestão, visando melhor acompanhamento e gestão da execução física e financeira do Programa na sub-região (2010);
- Implantação do Escritório de Gestão da Ação (UGA) em Brasília para gerenciamento dos projetos nos países do Consórcio (2009);
- Realização de evento de lançamento do Programa AI-Invest – Fase IV em São Paulo, com a participação de representantes da Comissão Européia, Consórcio Mercosul-Chile-Venezuela (MCV) e Consorcios Andino e Centro-America – liderados respectivamente pela CAINCO (Bolívia) e NAFIN (México) (2009);
- Realização de Curso sobre Normas Financeiras e Contratuais (2009);
- Desenvolvimento e treinamento dos parceiros no uso do software de gerenciamento do Programa AI-Invest (2009).

Projeto Associado 46-6: Execução Nacional do Programa AI-Invest IV

Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2012

Objetivo: Promover e fortalecer a internacionalização de pequenas e médias empresas brasileiras no mercado internacional principalmente por meio da oferta de serviços de prospecção comercial e tecnológicas, rodadas de negócios, missões empresariais e intercâmbio de experiências. No Brasil, o Programa conta com o apoio dos Centros Internacionais de Negócios ligados às Federações de Indústrias.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Tatiana Martins Porto.



Ações realizadas:

- Realização de 04 Encontros de Negócios e Projetos Compradores no âmbito do Programa AI-Invest IV. Os eventos contaram com a participação de 302 empresas brasileiras e 79 empresas da América Latina e Europa, e com articulação e colaboração dos 27 Centros Internacionais de Negócios. Durante os eventos foram realizados cerca de 880 encontros de negócios entre empresas brasileiras e estrangeiras. Como exemplo, as empresas participantes dos eventos BITs e Feiron, indicaram como expectativa de geração de negócios para um período de 12 meses um valor aproximado de US\$ 18 milhões (2011);
- Foram realizadas as seguintes ações de Capacitação Empresarial e Assistência Técnica:
 - i. Projeto Integrado de Refrigeração, realizado no período de Janeiro a Março de 2011, com Articulação do CIN-PE;
 - ii. Programa Brasileiro de Simbiose Industrial para o setor de meio ambiente, realizado no período de Janeiro a dezembro de 2011, com Articulação do CIN-MG;
 - iii. Centro de Atendimento em Produtos Orgânicos, realizado no período de Julho a Dezembro de 2011, com Articulação do CIN-PR;
 - iv. Prospect setor Cosméticos, realizado no período de Janeiro a Agosto de 2011, com Articulação do CIN-CE;
 - v. Projeto Integrado de Produção Orgânica do Vale do São Francisco, realizado no período de Março a Novembro de 2011, com Articulação do CIN-PR;
 - vi. Projeto Tecendo Tendências, realizado no período de Abril a Dezembro de 2011, com Articulação do CIN-PR;

- vii. Projeto Estruturante Multisetorial-Euroshare, realizado no período de Janeiro a Dezembro de 2011, com Articulação do CIN-SC;
- viii. Reforço de capacidade institucional-capacitação em negociações, realizado no período de Outubro a Novembro de 2011, com Articulação do CIN-PR.
- Os projetos foram concebidos e contaram com etapas de planeamento, diagnóstico empresarial, capacitação e assistência técnica/apoio para implementação de melhores práticas. As empresas foram previamente contactadas pelos Centros Internacionais de Negócios e convidadas a participar dos projetos, mediante a realização de diagnóstico. Durante toda a duração dos projetos, as empresas participantes receberam apoio técnico de consultorias especializadas brasileiras e/ou europeias (2011);
- Atendimento, pelo programa Al-Invest IV, de 1153 empresas em 24 projetos estruturantes para os setores de alimentos e bebidas, metal-mecânico, móveis e madeira, construção civil, meio ambiente e energia e complexo indumentário. A seguir, estão apresentados números consolidados do Programa em 2009/2010, conforme metas definidas pela Comissão Europeia (2010):
 - » 5653 pequenas e médias beneficiadas (104% superior a meta aprovada pela CE);
 - » 64 projetos realizados em 2009 e 2010;
 - » 119 cursos de curta duração (8h à 24h) realizados com foco em processo aduaneiro e de comércio exterior;
 - » 17 encontros de negócios em feiras internacionais de referência realizadas no Brasil;
 - » 22 Missões empresariais de carácter prospectivo viabilizadas durante feiras internacionais setoriais no exterior;
 - » 06 Assistências técnicas realizadas (marcação CE, Design, Embalagem e outros temas transversais);
 - » 03 metodologias de internacionalização de empresas implementadas e aplicadas em carácter piloto.
- Apoio pelo Programa AL-INVEST IV, executado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, à inserção internacional de pelo menos 4600 empresas por meio de 30 atividades com foco em assistência técnica especializada, cursos em comércio exterior, rodadas de negócios, prospecção de mercados e participação em feiras internacionais (2009):

- » 119 cursos de curta duração com foco em processos do comércio exterior, realizados em 26 Estados brasileiros, com carga horária total de 1097 horas/aula;
- » 8 encontros de negócios no Brasil realizados durante feiras nacionais de referência para os setores empresariais contemplados no projeto;
- » 10 missões empresariais de caráter prospectivo em feiras internacionais realizadas na Europa e América Latina, conforme metodologia de promoção comercial desenvolvida e implementada pela CNI;
- » 4 formações especializadas dirigidas a pequenas e médias e médias empresas dos segmentos de alimentos processados, bebidas e fruticultura.

Projeto Associado 46-7: Inteligência Comercial

Objetivo: Fortalecer a prestação de serviços de Inteligência comercial às empresas brasileiras, favorecendo a tomada de decisão estratégica e maior conhecimento sobre as demandas das empresas em relação a atuação internacional. O projeto prevê a estruturação de áreas de inteligência comercial nos Centros Internacionais de Negócios das Federações de indústrias.

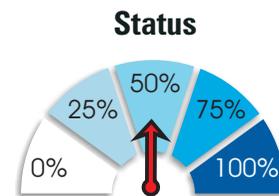
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Tatiana Martins Porto.

Ação realizada:

- Em andamento a modelagem do novo serviço de Inteligência Comercial da Rede CIN que tem como objetivo central a oferta de estudos e pesquisas qualificadas para atender demandas de empresas atualmente assistidas pela Rede CIN. Igualmente, no âmbito da execução da Estratégia da Rede CIN 2010-2015 foi definido, em parceria com a FUNCEX, o Diagnóstico de Internacionalização de empresas para aplicação nos 27 Centros Internacionais de Negócios em atividade nas federações de indústrias estaduais. A ferramenta visa implementar a mesma metodologia de avaliação de capacidade de internacionalização das empresas e garantir melhor alinhamento da oferta de produtos e serviços conforme perfil das empresas atendidas (2011);
- Elaboração do Planejamento Estratégico Rede CIN 2010-2015, lançado em agosto de 2010, para todos os integrantes da Rede com objetivo de ampliar o atendimento da Rede CIN às pequenas e mé-

Início	Fim
Janeiro de 2010	Dezembro de 2012



dias empresas e apoiar de forma efetiva a internacionalização destas. A Consolidação do Mapa Estratégico servirá como “plano de vôo” para orientar a Rede quanto às adequações, investimentos e projetos que precisam ser implementados para melhor atender às demandas dos industriais em relação ao mercado externo (2010).

Projeto Associado 46-8: Missões Empresariais Prospectivas no Exterior

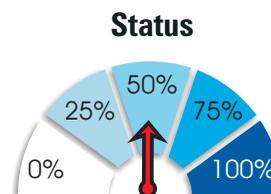
Objetivo: Realizar missões empresariais de caráter prospectivo em feiras internacionais de referência para a indústria nacional, com objetivo de identificar tendências de consumo, canais de distribuição, mapeamento de concorrência e outras informações de mercado relevantes para contribuir com a inserção competitiva de pequenas e médias empresas brasileiras e seus produtos em mercados externos estratégicos. As atividades são coordenadas pela Unidade de Comércio Exterior da CNI e implementadas pelos Centros Internacionais de Negócios das Federações de Indústrias.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Realização de 15 missões prospectivas que contaram com a participação de 352 empresas de todo o Brasil sob articulação e colaboração dos 27 Centros Internacionais de Negócios. Para a realização das Missões, a CNI contou com a parceria de instituições como a APEX-Brasil e o China Trade Center, bem como o co-financiamento de 7 Missões pelo Programa AL-Invest IV, iniciativa da Comissão Europeia para a internacionalização de pequenas e médias empresas da América Latina. A participação das PMEs brasileiras nessas missões foi promovida pela CNI, por meio da Rede Brasileira dos Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN). Durante as Missões, os empresários puderam se beneficiar de diversos serviços disponibilizados pela Rede, como visitas técnicas guiadas à Feira, ponto de encontro (estande de apoio), bem como participação em encontros de negócios. O objetivo das Missões é permitir que as empresas tenham contato com outros mercados, visando ampliar o seu processo de internacionalização, por meio do contato com novas tendências e tecnologias, possibilitando assim a realização de parcerias estratégicas (2011);
- Realização de 15 missões prospectivas que contaram com a participação de 455 empresas de todo o Brasil sob articulação e colaboração dos 27 Centros Internacionais de Negócios. Para a realização

Início	Fim
Janeiro de 2010	Dezembro de 2013



das Missões, a CNI contou com a parceria de instituições como a APEX-Brasil e o China Trade Center, bem como o co-financiamento de 11 Missões pelo Programa AL-Invest IV, iniciativa da Comissão Europeia para a internacionalização de pequenas e médias empresas da América Latina. Um exemplo para mensurar a importância de iniciativas desta natureza: a expectativa de geração de negócios indicada pelas empresas para um período de 12 meses na Missão SIAL Paris foi de US\$ 5 milhões (2010);

- Realização de missões prospectivas em pelo menos 10 feiras internacionais, prioritariamente para os setores de alimentos/bebidas, têxtil/confeção, móveis/madeira, metal-mecânico, eletro-eletrônico, biotecnologia e Construção Civil. A meta é viabilizar a participação de 230 empresas e atuar em parceria com entidades com a APEX e o SENAI (2010).

Projeto Associado 46-9: Organização da participação empresarial nas missões presidenciais

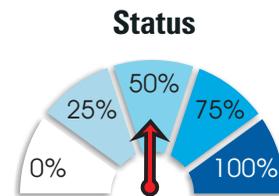
Objetivo: Organizar, em apoio ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), delegações empresariais integrantes das Missões Presidenciais ao exterior. Estas iniciativas constituem oportunidades de realizar ações concretas de promoção comercial e defesa de interesses das indústrias brasileiras em mercados externos estratégicos.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Missão Empresarial à China, liderada pela CNI, no período de 12 a 15 de abril de 2011. Realizada durante a visita oficial da Presidente Dilma Rousseff ao país, a missão teve como objetivo realizar prospecção e estimular o aprofundamento das relações comerciais e o potencial dos investimentos existente nos dois países. Reuniu ainda, 309 participantes de 183 segmentos de importantes empresas nacionais. Esta adesão demonstrou o interesse dos principais setores produtivos nacionais em manter alinhamento com a estratégia do governo brasileiro em relação à China (2011);
- Delegação empresarial chefiada pela CNI à Ancara (Turquia), no dia 07 de outubro de 2011, a convite da Presidente Dilma Rousseff. Na ocasião foi realizado seminário para apresentar as oportunidades de negócios no Brasil para o empresariado turco. O Dr. Robson de Andrade apresentou a indústria brasileira e sua inserção no contexto internacional para um público de mais de 600 pessoas. Com o

Início	Fim
Janeiro de 2011	Dezembro de 2012



intuito de reforçar o relacionamento comercial com aquele país, a CNI assinou Acordo de Cooperação Técnica com a sua congênera local, a TUSKON – Confederação de Empresários e Industriais da Turquia (2011);

- Delegação empresarial chefiada pela CNI à Sófia (Bulgária), no dia 05 de outubro de 2011, a convite da Presidente Dilma Rousseff. Na ocasião foi organizado workshop para apresentar ao empresariado local as oportunidades de incremento do comércio e dos investimentos no Brasil. A pauta das discussões teve foco nas questões relacionadas à energia e infraestrutura. Na cerimônia de abertura do referido evento, o Dr. Robson de Andrade assinou um acordo de cooperação técnica com a Câmara de Comércio e Indústria da Bulgária com o objetivo de estreitar as relações comerciais entre os dois países (2011).

Programa 47. Mecanismos de Apoio a Exportação

Objetivo: Aperfeiçoar os programas governamentais de apoio às exportações.

Projeto Associado 47-1: Avaliação do sistema de financiamento às exportações

Objetivo: Avaliar e acompanhar permanentemente, em conjunto com outras entidades, os mecanismos de apoio financeiro e o seguro de crédito às exportações, com vistas a formular propostas de aperfeiçoamento. Serão estudadas propostas para fortalecer o seguro de crédito e sua operacionalidade será revista para ter seu alcance expandido, por exemplo, beneficiando as PMEs e acrescentando outras formas de garantias ao programa.

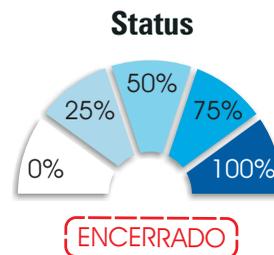
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Legislação aprovada pela CAMEX amplia o escopo do SCE, viabilizando a participação das empresas de pequeno e médio portes (2007).

Início	Fim
Julho de 2007	Dezembro de 2009



Projeto Associado 47-2: Certificação de Origem Digital

Objetivo: Implantar solução on-line para geração de certificados de origem, para uso dos emissores ligados ao Sistema Indústria, conferindo maior eficiência no processo de emissão do documento e agregação de competitividade à prestação de serviços ofertados pelas federações de indústrias. Na Fase II do projeto está prevista o uso de Assinatura Digital pelos emissores.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Implantação do Sistema COD Brasil em 20 Federações de Indústria. O Sistema está em operação nos seguintes Estados: AL, AM, BA, CE, DF, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, SC. Registrada evolução do volume de emissão de certificados de origem através do Sistema COD, conforme quadro demonstrativo a seguir (2011):

Ano	Nº de Certificados
2009	3.083
2010	12.312
2011	16.245

- Estruturação de equipe técnica dedicada para atendimento às demandas das federações acerca de normas de origem. O número de atendimentos realizados pela CNI/Comex aumentou de 200 (2010) para 1087 (2011). Visando divulgar o serviço de emissão de certificados de origem e potencializar sua utilização pelas empresas foram realizados 18 Workshops regionais de divulgação do COD e definida nova campanha de publicidade para o Sistema (2011);
- Dedicção ao relacionamento com o MDIC no que se refere às normas de origem. Por meio da Portaria SECEX Nº 45/2011 o MDIC divulgou a nova lista de entidades autorizadas a emitir certificados de origem, na qual foram descredenciadas 31 entidades ao todo - nenhuma do Sistema Indústria. Com a nova lista, o Sistema Indústria confirma sua atuação em 25 Estados e aguarda o envio dos processos de credenciamento dos 2 Estados que ainda não atuavam na emissão de Certificados de Origem, mas que também alcançaram habilitação através do COD: Amapá e Tocantins (2011);
- Atraso na assinatura dos termos de adesão ao Sistema COD pelas Federações, impactando na geração de receitas e no plano de implantação da ferramenta nos Estados. Plano de contingência em andamento, com acompanhamento diário de status (2010);

Início	Fim
Janeiro de 2008	Dezembro de 2011



Situação dos Programas e Projetos

- Desenvolvimento e homologação de ferramenta por 27 Estados (2009);
- Treinamento de 27 Estados para utilização da ferramenta (2009);
- Implantação da ferramenta COD em 9 Estados. COD com operação estabilizada nestas localidades, com emissões de certificado origem regulares (2009);
- Avaliação das soluções existentes, no âmbito do Sistema Indústria; desenvolvimento do Plano de Negócios do novo produto e alinhamento com a Rede CIN sobre as fases previstas do projeto (2008).

Projeto Associado 47-3: Definição de Agenda de Defesa de Interesses no Exterior

Objetivo: Realizar o monitoramento permanente de políticas comerciais e financeiras adotadas ou em discussão pela União Européia e Estados Unidos, buscando identificar obstáculos e oportunidades para atuação da indústria nacional.

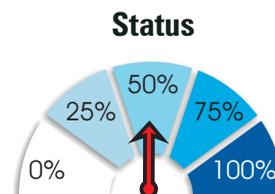
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Acompanhamento pelo BBA de uma série de assuntos de interesse da indústria brasileira, tais como: acordo MERCOSUL / UE; REACH; Política de Mudança Climática; Propriedade Intelectual; reforma do SGP; reforma das regras de origem; matriz energética e acesso a mercados, entre outros. Cabe destacar também, que continua a ser produzido mensalmente o "Informativo BBA", material dirigido às entidades de classe que fazem parte da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), sobre temas que constam da lista de monitoramento (2011);
- Monitoramento, pelo BIC, de temas centrais da agenda bilateral e de interesse da indústria brasileira, como o contencioso do algodão, as novas políticas ambientais norte-americanas, os desdobramentos da Rodada Doha e as questões relacionadas à propriedade intelectual entre outros. Os informes periódicos produzidos pelo BIC subsidiaram ações específicas da CNI, como o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU) (2011);
- Inauguração do Brazilian Business Affairs (BBA) resultado do convênio de cooperação entre CNI e APEX Brasil (junho, 2010). O BBA foi criado para contribuir com o avanço da relação comercial e de investimento entre o Brasil e a União Européia. Localizado em Bruxe-

Início	Fim
Novembro de 2009	Novembro de 2012



las, na cidade-sede da União Européia, o escritório atua como base para as ações de relacionamento político-econômico e também acompanha as tendências e deliberações da UE (2010);

- Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica entre CNI e APEX para implantação de Escritório de Monitoramento em Bruxelas, Bélgica (2009);
- Associação da CNI ao Brazil Industries Coalition – BIC. O BIC é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2000, com sede em Washington - DC, detendo autorização para realizar atividades de lobby nos Estados Unidos (2009).

Programa 48. Estrutura Regulatória do Comércio Exterior

Objetivo: Reduzir a burocracia que envolve os processos de comércio exterior. O programa prevê a coleta de sugestões e propostas de desburocratização a serem encaminhadas ao Governo. Estão previstas parcerias com as entidades empresariais da indústria, além da participação dos Centros Internacionais de Negócios.

Projeto Associado 48-1: Redução da burocracia no comércio exterior

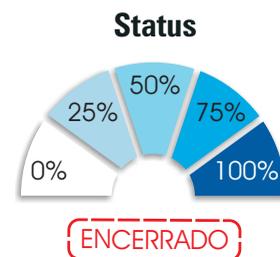
Objetivo: Simplificar os procedimentos existentes, a fim de reduzir custos e agilizar processos para as empresas brasileiras. Estará em foco a adoção de medidas de facilitação do comércio, segundo convenções e normas internacionais.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Divulgação da Pesquisa sobre os Problemas das Empresas Exportadoras (2008);
- Proposto à CAMEX um conjunto de temas que merecem, na visão da indústria, um tratamento prioritário: facilitação do comércio, em especial a agilização dos processos de emissão de licenças prévias; a negociação de tratados para evitar a dupla tributação, em especial com os EUA; conclusão dos entendimentos no âmbito do Executivo, sobre a negociação dos Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos e; ajustes nos normativos que regulam os preços de transferência (2008);

Início	Fim
Março de 2006	Dezembro de 2010



- Elaboração de propostas para a PITCE: para alterar a legislação aduaneira visando incluir regra de interpretação que favoreça o empresário e de Desoneração do investimento reduzindo o índice aplicável para que as empresas se beneficiem da isenção do PIS e da COFINS (2008);

Status do Projeto: Projeto encerrado. Terá um novo impulso através do projeto 12.1 Corte a Burocracia.

Projeto Associado 48-2: Política de Comércio Exterior

Objetivo: Desenvolver, validar e implantar metodologia de acompanhamento das políticas públicas que afetam o comércio exterior brasileiro, contemplando como macro-temas: defesa comercial, ampliação do comércio e acesso a mercados, facilitação de comércio e promoção das exportações; bem como estruturar, validar e implantar processos de mobilização do setor produtivo para influenciar a formulação e a implementação de políticas nacionais que afetam o comércio exterior brasileiro.

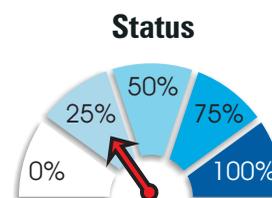
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- Levantamento de medidas de proteção à indústria nos principais parceiros comerciais do Brasil – consulta aos relatórios enviados ao comitê de subsídios da Organização Mundial do Comércio para identificação das principais medidas de proteção à indústria nos principais parceiros comerciais do Brasil (2011);
- Redação de pareceres técnicos sobre projetos de lei afetos ao comércio exterior – PLP 90/2011 do deputado Zeca Dirceu (PT/PR), que “Autoriza o Poder Executivo a divulgar, diariamente, os dados relativos a operações de importação e de exportação” (2011);
- Mapeamento de processos de exportação – processos de exportação e levantamento dos entraves burocráticos mapeados para efetivação dos trâmites necessários, com o intuito de relacionar prioridades de demandas a serem encaminhadas à Secretaria da Receita Federal para simplificação dos fluxos administrativos e operacionais (2011);
- Manifestação de interesse para que CNI seja entidade emissora e garantidora do Ata Carnê no Brasil – reunião de articulação com Receita Federal e STTAS (entidade avaliadora) para apresentação do pleito e da estrutura institucional da CNI; participação de reunião do World Ata Council, em Oslo/Noruega, promovida pela ICC para nova apresentação do pleito (2011).

Início	Fim
Junho de 2011	Dezembro de 2012



Programa 49: Formulação Estratégica para Grandes Negociações Comerciais Internacionais

Objetivo: Consolidar o posicionamento estratégico da Indústria sobre as negociações comerciais internacionais pela identificação de suas prioridades, tanto em termos de iniciativas regionais, quanto da agenda multilateral. Esta etapa é fundamental para aumentar a influência do setor empresarial na formulação das estratégias brasileiras para as negociações comerciais internacionais.

Projeto Associado 49-1: Mapeamento dos interesses da indústria com relação à agenda de acordos comerciais

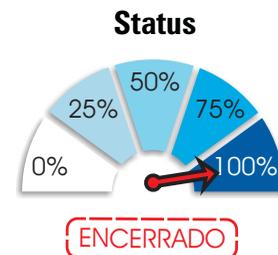
Objetivo: Elaborar estudos e avaliação dos interesses comerciais brasileiros em 20 mercados selecionados. Os resultados serão apresentados a Federações de Indústria, associações setoriais e empresários como insumos ao debate e posicionamento da Indústria para tomada de decisões estratégicas relacionadas à agenda de acordos comerciais.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Soraya Rosar.

Ações realizadas:

- Divulgação formal dos trabalhos no Seminário “Os interesses dos empresários brasileiros na América do Sul” realizado no dia 28 de fevereiro de 2008, na sede da Abimaq, em São Paulo (2008);
- Apresentação, em dezembro de 2007, dos estudos para a equipe do Itamaraty responsável pela América do Sul e, em março de 2008, para a equipe do MDIC;
- Realização de seminários de divulgação dos estudos nas federações de Minas Gerais, Rio de Janeiro e em associações que demonstraram interesse pelos estudos (2008);
- Três estudos sobre os interesses brasileiros na América do Sul e o Sumário Executivo finalizados e impressos (quatro volumes / tiragem de 1200 exemplares) (2007).

Início	Fim
Julho de 2005	Janeiro de 2009



Programa 50. Consolidação e Aperfeiçoamento do Sistema Empresarial da Influência em Negociações Internacionais - Coalizão Empresarial Brasileira

Objetivo: Reforçar a capacidade de operação e influência da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), a partir da revisão do seu sistema de funcionamento - tanto em termos de definição da representação quanto de atribuições de responsabilidades -, buscando mais eficiência nas negociações internacionais.

Projeto Associado 50-1. Consolidação e aperfeiçoamento do sistema empresarial de influência em Negociações Internacionais (CEB)

Objetivo: Consolidar e aperfeiçoar o sistema empresarial de influência em Negociações Internacionais, de modo a reforçar a capacidade de influência da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB).

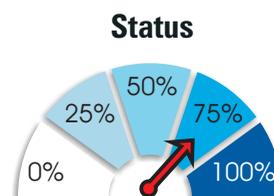
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Soraya Rosar.

Ações realizadas:

- A reestruturação do site “Negociações Internacionais” está praticamente pronta, o site já está em fase de homologação. Encontra-se em fase definição a melhor data de lançamento do site (2010/2011);
- Realização do Seminário Internacional sobre Organização Empresarial para Negociações Internacionais com participação de representantes de organizações empresariais dos Estados Unidos, União Européia e México, para a avaliação da experiência internacional. O resultado deixou claro que os problemas enfrentados por estas instituições são muito parecidos com os nossos, mas não há uma fórmula mágica e única para resolvê-los; (maio/2007).

Início	Fim
Julho de 2005	Junho de 2012



Programa 51. Aperfeiçoamento do Modelo Institucional de Consultas Governo-Setor Privado em Negociações Internacionais

Objetivo: Implementar os procedimentos sugeridos no documento “Aperfeiçoamento do processo de consultas entre governo e setor empresarial nas negociações comerciais internacionais” que visam o aprimoramento do processo de consultas governo-setor privado.

Projeto Associado 51-1: Aperfeiçoamento do modelo institucional de comércio exterior e negociações internacionais

Objetivo: Com base nas sugestões do documento “Aperfeiçoamento do processo de consultas entre governo e setor empresarial nas negociações comerciais internacionais” e nos melhores práticas internacionais, elaborar propostas para o aperfeiçoamento do modelo institucional de comércio exterior e negociações internacionais, buscando a construção do consenso junto a organizações empresariais.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Soraya Rosar.

Status do Projeto: Projeto integrado ao Programa 50.

Início	Fim
Junho de 2006	Março de 2007



Programa 52: Capacitação das Empresas para Exportação

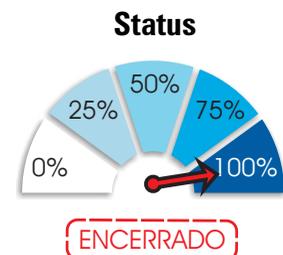
Objetivo: Fortalecer e ampliar as ações de preparação da empresa brasileira visando sua inserção competitiva no mercado internacional. O Programa prevê um diagnóstico das ações atualmente em execução por diversos órgãos e entidades governamentais com o intuito de aperfeiçoá-las. Caberá à Rede de Centros Internacionais de Negócios, pela capilaridade que dispõe, um importante papel no desenvolvimento de projetos buscando, inclusive, apoiar empresas integrantes de APLs.

Projeto Associado 52-1: Assessorar as Empresas para o processo de exportação (EXPORTA CIN - Individual)

Objetivo: Assessorar empresas, previamente selecionadas, na participação de processo de operação de exportação. Serão elaborados perfis de mercado, planos de exportação, prospecção de mercados externos, além de ser conferida assistência técnica especializada por um agente comercial para a realização de uma venda externa.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Tatiana Martins Porto.

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2010



Ações realizadas:

- 2º Ciclo do Programa Exporta CIN concluído em dezembro de 2009. Participação de 17 Estados e 32 empresas e realização de 43 prospecções de mercados. Ampliação do número de agentes comerciais especializados para atendimento às empresas (2009);
- Metodologia disponibilizada como produto de prateleira para uso da Rede CIN. A CNI continua apoiando a implementação do Programa por meio da seleção, alinhamento e capacitação de agentes comerciais na metodologia Exporta CIN Individual (2009);
- Levantamento de número de federações interessadas em implantar a metodologia Exporta CIN e planejamento das etapas previstas para atendimento empresarial em 2008 (2º ciclo) (2007/2008);
- Conclusão do 1º Ciclo do Programa Exporta em março. Do total das empresas participantes 19 fecharam negócios e 11 estão com negócios em andamento. A metodologia foi premiada pela FIA-USP como a melhor prática de apoio ao exportador do ano (2007).

Projeto Associado 52-3: Capacitação Empresarial em Comércio Exterior

Objetivo: Promover programa de capacitação empresarial com foco em processo de comércio exterior dirigido às pequenas e médias empresas, contribuindo para consolidação de cultura exportadora e sustentabilidade de suas operações no exterior. Adicionalmente aos módulos relacionados à processos em comercio exterior, o Programa agregará também módulo dirigido à gestão de negócios internacionais, inovação, negociação internacional e acesso a mercados.

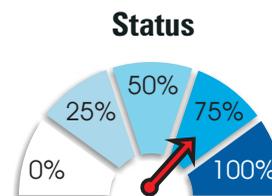
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Tatiana Martins Porto.

Ações realizadas:

- A nova metodologia proposta para oferta de capacitações empresariais está em modelagem no âmbito da execução da Estratégia da Rede CIN 2010-2015. Os gestores dos CINs, apoiados por consultoria especializada na formação/educação de adultos, estão trabalhando na implementação de conteúdos exclusivos da Rede CIN para empresas com potencial de internacionalização ou internacionalizadas. A conclusão do reprojeto de cursos tem conclusão prevista para junho de 2012 e deverá contemplar uma oferta inovadora de capacitações nos 27 Estados brasileiros (2011);

Início	Fim
Janeiro de 2008	Dezembro de 2012



- Realização de 05 programas de capacitação e assistências técnicas com foco no planejamento, diagnóstico das empresas e assistência técnica/apoio para implementação das melhorias. As empresas foram previamente convidadas a participar, mediante a realização de diagnóstico. Durante o período de realização dos projetos as empresas participantes receberam apoio técnico de consultorias especializadas. Foram abordados os seguintes temas: sistema de embalagens, homologação de produtos e marcação CE, Fair Trade e certificação de produtos (2010);
- Realização de 109 cursos, com a participação de 2387 empresas e 997 horas/aula. Os cursos foram realizados em todo país, de forma presencial, exceto nos Estados do Amapá, Piauí e Santa Catarina (2009);
- Realização de 213 cursos voltados à temas de processo de comércio exterior em 24 estados brasileiros por meio dos Centros Internacionais de Negócios (2008).

Projeto Associado 52-4: Programas de Prospecção de Mercado Externo

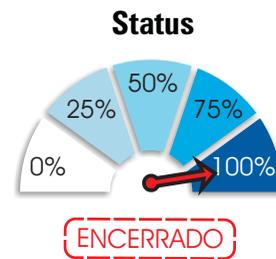
Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2011

Objetivo: Promover prospecção de oportunidades comerciais e tecnológicas para empresas nacionais visando a sustentabilidade dos negócios internacionais das empresas brasileiras. Este projeto é integrado pelas metodologias Exporta CIN Coletivo e Prospect e são desenvolvidos por meio da Rede CIN.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Tatiana Martins Porto.

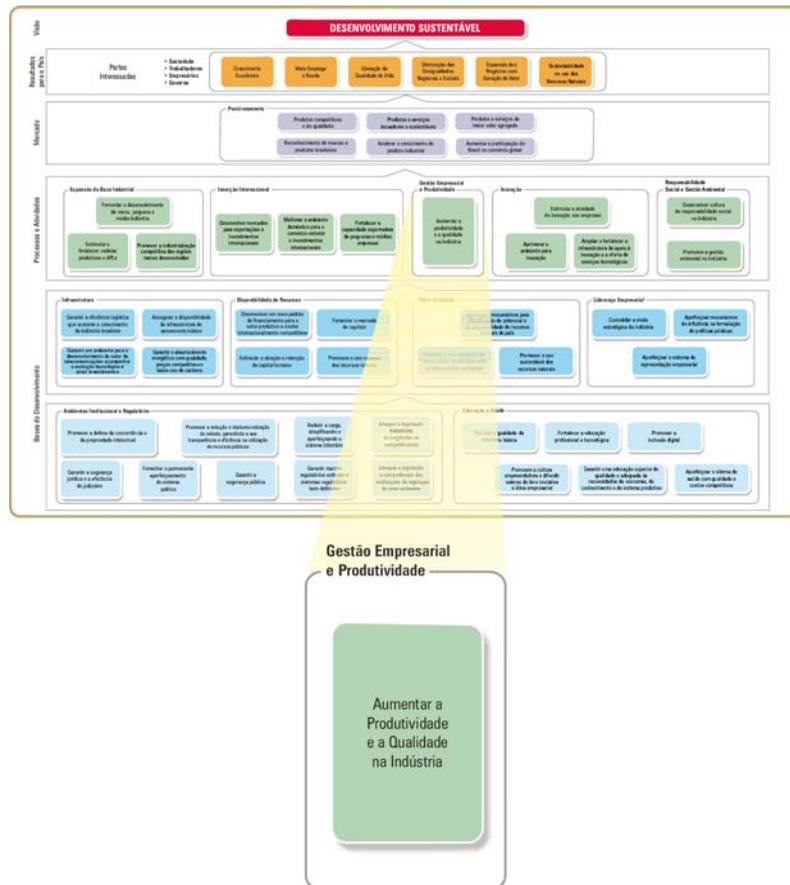
Ações realizadas:

- A conclusão com êxito do Programa Exporta CIN Coletivo constituiu espaços para geração de negócios das empresas participantes no exterior. Como exemplo, cita-se o Pólo de eletro-eletrônicos de Santa Rita do Sapucaí (MG) que incrementou suas operações de exportações e as empresas integrantes iniciaram diversas parcerias estratégicas no exterior (2011);
- A segunda edição do Programa Prospect contribuiu para o aprofundamento de informações e geração de negócios para 10 empresas do setor de cosméticos em Portugal. O projeto foi implementado com a importante parceria da Apex-Brasil e ABIPHEC e poderá ser replicado em outros setores estratégicos da indústria nacional. O produto passa a integrar o portfólio de produtos da Rede CIN a partir de 2012 (2011);



- O Programa Exporta CIN teve sua continuidade com a metodologia individual e a implementação da metodologia do Exporta CIN Coletivo, desenvolvido com recursos do Programa AI-Invest. Participaram do Programa 5 estados e 19 empresas. Devido à demanda por atendimento empresarial, o número de agentes comerciais especializados para atendimento às empresas foi ampliado (2010);
- Participação dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul, perfazendo um total de 19 empresas atendidas. Foram realizadas 16 prospecções de mercados e negócios. A conclusão desta etapa do Projeto está prevista para Junho de 2012 (2010);
- Definição da metodologia Exporta CIN – Grupos Empresariais para desenvolvimento pela Rede CIN. Está sendo implementada a metodologia, em caráter piloto, nos estados de Goiás, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (2009);
- Realização de piloto do Prospect na Polônia dirigido ao setor de confecções com a participação de 18 empresas de seis Estados (2009).

GESTÃO EMPRESARIAL E PRODUTIVIDADE



A produtividade é uma variável chave do processo de crescimento.

Elevar a produtividade é a única forma sustentável de expandir a renda e a qualidade de vida da população.

Programas e Projetos Associados:

Programa 53. Fomentar as Melhores Práticas de Gestão na Indústria

Objetivo: Desenvolver e apoiar iniciativas - empresariais e públicas voltadas para a difusão das melhores práticas de gestão na indústria.

Projeto Associado 53-1: Iniciativas de apoio à Competitividade Empresarial

Objetivo: Realizar iniciativas de apoio às Micro e Pequenas Indústria, em particular, para que participem de projetos e programas voltados à melhoria da competitividade empresarial.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Renato da Fonseca.

Status do Projeto: Integração com o projeto 42-1 – Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI).

Início	Fim
Dezembro de 2005	Março de 2010

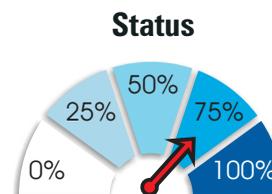


Projeto Associado 53-2: Programa de Mobilização Empresarial para a Competitividade

Objetivo: Incentivar as indústrias a participar de prêmios que privilegiam melhores práticas em gestão, melhoria de processos e busca contínua de melhoria de competitividade e qualidade. A participação nos prêmios pressupõe uma decisão das organizações no sentido de buscar as melhores práticas vigentes que promovam a sua competitividade.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Paulo Mól.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2013



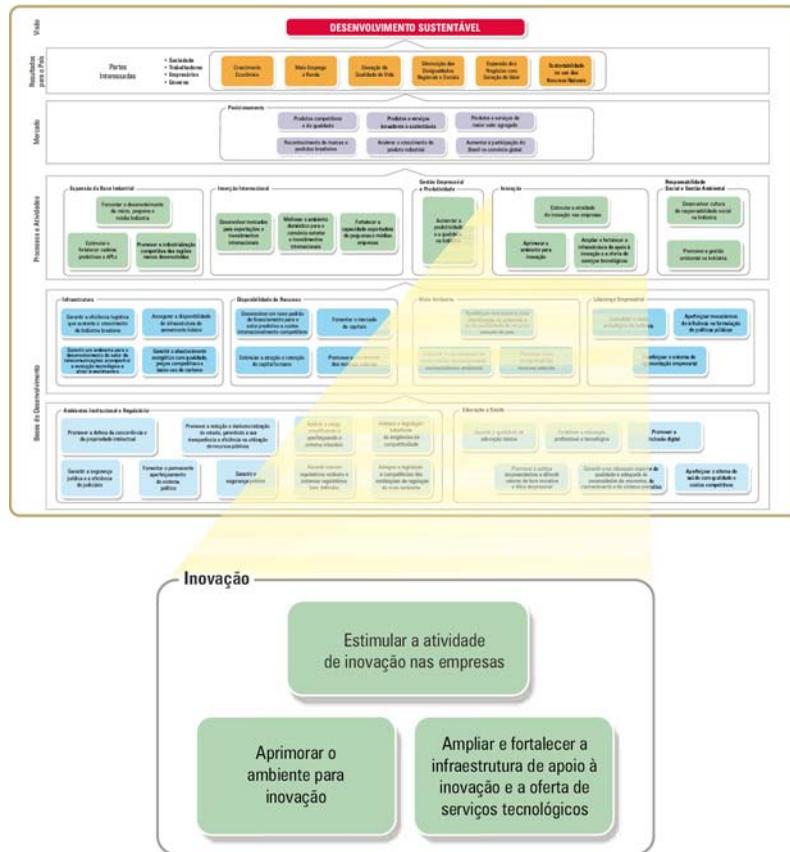
Ações realizadas:

- Realização do Prêmio Nacional de Inovação, em 02 de agosto de 2011, antigo Prêmio CNI, reconhecimento de 24 experiências como finalistas, sendo 08 as premiadas, nas modalidades micro-pequena e média-grande empresa, em 04 categorias: Competitividade, Design, Desenvolvimento Sustentável e Gestão da Inovação (2011);
- Parceria do Movimento Brasil Competitivo (MBC), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (2011);
- Alcance da marca de 427 inscrições superando a meta estabelecida e atingindo todas as regiões do Brasil. Todas as empresas partici-

pantes da edição 2011 receberam, após a cerimônia de premiação, um relatório de avaliação com a identificação dos pontos fortes e oportunidades de melhorias de cada proposta (2011);

- Realização das seguintes ações: planejamento e desenvolvimento de regulamento, metodologia de avaliação, implementação do sistema de inscrições e avaliação e plano de comunicação e mídia (2010);
- Realização do Prêmio CNI 2009, com participação de 589 empresas provenientes de 24 federações de indústria; 178 projetos selecionados e premiação de 18 projetos nas categorias Inovação, Design e Desenvolvimento Sustentável (2009);
- Realização do Prêmio CNI 2008, com participação de 438 empresas provenientes de 18 federações de indústria; premiação de 18 projetos nas categorias Inovação, Design e Desenvolvimento Sustentável (2008).

INOVAÇÃO



A inovação é fundamental para a estratégia industrial brasileira.

Criar um ambiente favorável à inovação, dispor de uma adequada infraestrutura tecnológica e de centros de conhecimento com capacidade de transformar pesquisas em resultados são imprescindíveis para o sucesso da indústria nos próximos dez anos.

Programas e Projetos Associados:

Programa 54. Integração Empresa / Centros de Conhecimento

Objetivo: Ampliar a interação entre empresas e instituições de pesquisa, de forma a propiciar maior cooperação na análise e desenvolvimento de produtos e processos. O programa parte de um conjunto de ações pré-existentis, tais como os Fundos Setoriais de C&T, as atividades promovidas pelas fundações estaduais de apoio à pesquisa, entre outras.

Projeto Associado 54-1: Projeto: Criação de redes de instituições de apoio à inovação nas empresas

Objetivo: Propor a criação de redes de instituições de apoio à inovação através da participação de Universidades e centros de pesquisa, atuando junto às empresas industriais. Fomentar iniciativas na área de Nanotecnologias aplicadas a indústria, buscando ampliar a pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Paulo Mól.

Status do Projeto: Integrado. As ações previstas nesse projeto foram, em parte, transferidas para o projeto 60-2: Programa de Mobilização Empresarial Pró- Inovação.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2008



Projeto Associado 54-2: Programa de Mobilização Empresarial para a Pesquisa Cooperativa

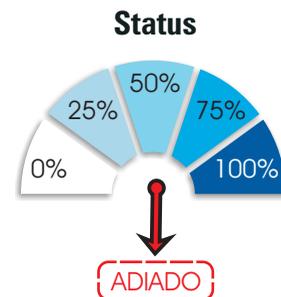
Objetivo: Promover eventos de mobilização empresarial com instituições de pesquisa cooperativa, por meio de rodas de negócio nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e materiais avançados.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Paulo Mól.

Status do Projeto: Adiado. Projeto em fase de reavaliação.

Início	Fim
a definir	a definir



Projeto Associado 54-3: Programa de Representação Empresarial nos Fundos Setoriais

Objetivo: Consolidar um fórum dos representantes para garantir representatividade contínua e eficiente nos comitês gestores dos fundos.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

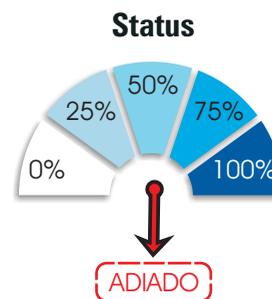
Paulo Mól.

Status do Projeto: Adiado. Projeto em fase de reavaliação.

Ações realizadas:

- Indicação de representantes para os Fundos Setoriais;
- Acompanhamento nas reuniões dos Fundos Setoriais;
- Avaliação das ações dos Fundos Setoriais.

Início	Fim
a definir	a definir



Programa 56: Modernização dos Centros Tecnológicos e Focalização nos Clientes

Objetivo: Intensificar os esforços de recuperação e ampliação da infraestrutura de pesquisa e de prestação de serviços dos centros de tecnologia e conectá-los a um estreito relacionamento com as empresas. Isso implica simplificar e desburocratizar o acesso das empresas às informações e soluções tecnológicas produzidas nos institutos de pesquisa e universidades. A principal resultante é ampliar e facilitar os mecanismos de comunicação entre as empresas e os provedores de soluções.

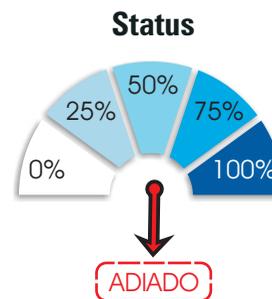
Projeto Associado 56-2: Projeto "Rede de Competências" (CNI-IEL-SENAI)

Objetivo: Fomentar a utilização das redes de competências que possibilitam às empresas uma integração de oferta e demanda tecnológica entre os diversos agentes econômicos, sociais e institucionais. As participações das empresas industriais nas redes possibilitam incrementar negócios tecnológicos, desenvolvimento de competências em pesquisa, tecnologia e inovação para a busca de soluções tecnológicas.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Paulo Mól.

Início	Fim
a definir	a definir



Programa 57. Modernização / Expansão da Rede Prestadora de Serviços de Tecnologia Industrial Básica (TIB)

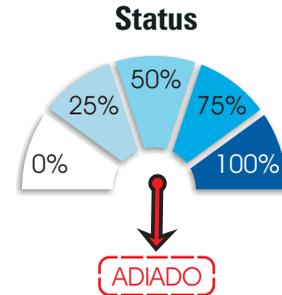
Objetivo: Assegurar a modernização e expansão da rede prestadora de serviços de TIB para a indústria. O programa irá articular diversas iniciativas governamentais e do setor privado, (eg.SENAI) de forma a ampliar os investimentos em TIB do país e promover maior adequação entre sua distribuição espacial e setorial e as demandas empresariais.

Início	Fim
a definir	a definir

Projeto Associado 57-1: Projeto de Modernização dos Centros Tecnológicos e de Prestação de Serviços de TIB

Objetivo: Promover e fomentar ações para modernizar centros tecnológicos públicos e privados e de prestação de serviços de TIB.

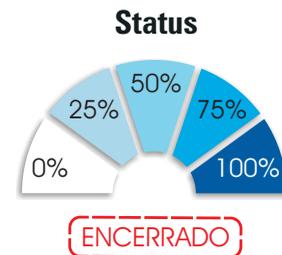
Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Paulo Mól.



Projeto Associado 57-2: Programa Brasileiro de Avaliação de Conformidade – PBAC

Objetivo: Fomentar a participação da indústria no PBAC, que tem como objetivo desenvolver uma visão de longo prazo e gerir estrategicamente a atividade de Avaliação de Conformidade no país. Esta avaliação possibilitará melhoria na qualidade de vida da população através da produção de bens e serviços que atendam as necessidades dos consumidores, em um ambiente de justa competição. O PBAC objetiva também o incremento das exportações, através do aumento da competitividade do setor produtivo.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2008



Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Paulo Mól.

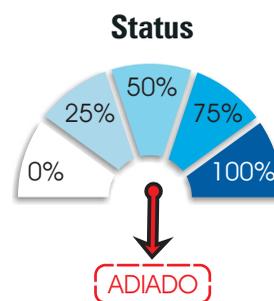
Status do Projeto: Projeto encerrado em virtude do término do Programa no CONNETRO.

Projeto Associado 57-3: Programa Brasileiro de Normalização – PBN

Objetivo: Garantir a qualidade dos produtos e a competitividade do País no mercado internacional. Baseado em parâmetros mundiais de normalização - Japão, Canadá, Estados Unidos e Austrália -, o PBN busca adequar as normas às necessidades do país, definindo uma estrutura inovadora e alinhada às exigências da globalização.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Paulo Mól.

Início	Fim
a definir	a definir



Programa 60: Reformulação do Sistema de Apoio à Inovação

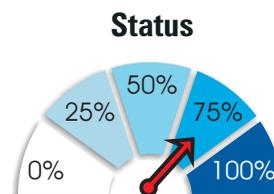
Objetivo: Promover a reformulação do sistema de apoio à inovação tecnológica, em particular com a adoção de um novo marco legal de incentivos à inovação empresarial, consistente com as boas práticas internacionais.

Projeto Associado 60-1: Criação de um Ambiente Regulatório Favorável à Inovação nas Empresas

Objetivo: Atuar junto ao Governo para propor aperfeiçoamentos em Medidas Provisórias e projetos de Lei que tenham impacto sobre a inovação nas empresas. Buscar experiências internacionais sobre políticas de inovação e sugerir propostas para o caso Brasileiro.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Paulo Mól.

Início	Fim
Janeiro de 2011	Dezembro de 2012



Ações realizadas:

- Definição de agenda de 10 temas da MEI em 2011. Essa agenda foi construída e debatida nas reuniões do Comitê de Líderes Empresariais (2011);
- Realização de cinco reuniões com a participação de líderes empresariais de 40 empresas e de representantes do alto escalão do governo federal, como os Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), representantes da Câmara dos Deputados e os presidentes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), do Instituto Nacional de Pro-

priedade Industrial (INPI), para a construção da agenda. Também contou com o envolvimento da alta direção das instituições parceiras da MEI, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI) (2011);

- Elaboração e divulgação de propostas de políticas públicas focadas em inovação (2011).

Projeto Associado 60-2: Programa de Mobilização Empresarial Pró-Inovação

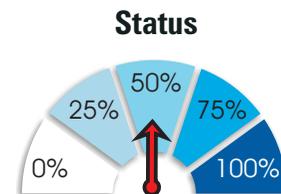
Objetivo: Promover e/ou incentivar a participação em eventos nacionais de Mobilização Empresarial, para criar propostas para o tema Inovação. Coordenar a realização de Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, atuando junto aos Fóruns Setoriais e regionais da Indústria.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Paulo Mól.

Ações realizadas:

- Lançamento de 10 Núcleos de Inovação (2011);
- Avaliação de projetos de 2 chamadas do Convênio CNI – SEBRAE, aprovando 24 projetos em 23 unidades da federação para implantação de planos de inovação em MPEs (2011);
- Realização de eventos de sensibilização contando com representantes de 640 empresas e eventos de capacitação totalizando 53 empresas (2011);
- Realização do 4º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, no dia 3 de agosto, no Centro de Convenções WTC Sheraton, em São Paulo, com a participação de empresários e representantes do governo para a discussão da Agenda Empresarial da Inovação para o Brasil. Essa agenda visa ampliar a efetividade dos instrumentos de apoio à inovação nas empresas e o envolvimento dos empresários na importância da inovação na gestão estratégica de suas organizações (2011);
- Entrega pelo Comitê de Líderes Empresariais da MEI aos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, do documento “O Estado da Inovação no Brasil: uma agenda para estimular a inovação” que tem o objetivo de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de inovação, focalizando-as nas reais necessidades da indústria (2011);

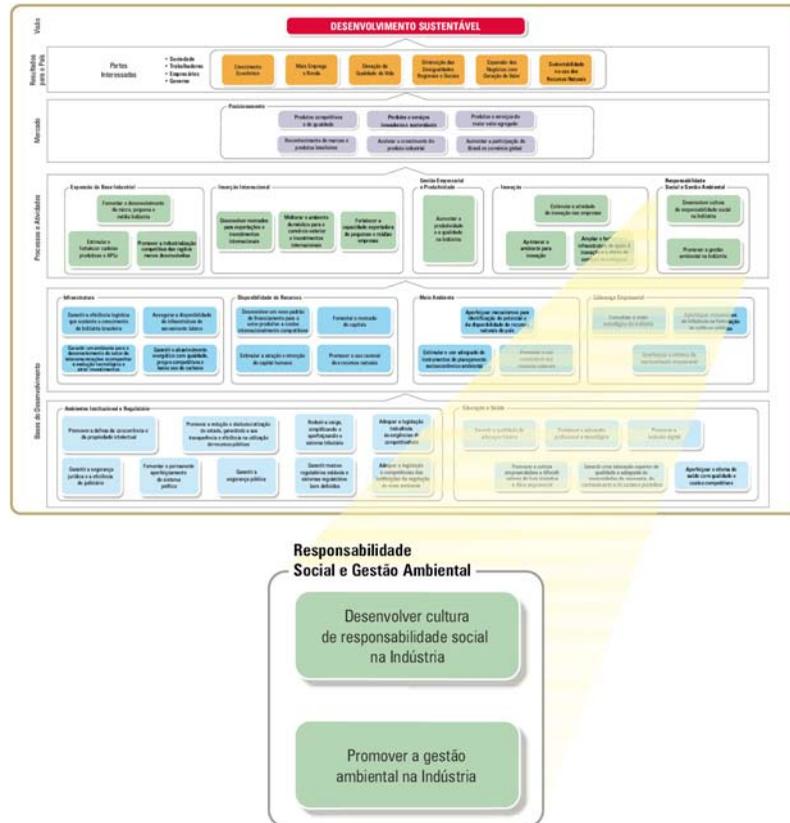
Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2013



- Constituição do Comitê de Líderes Empresariais, com 18 grandes líderes (2010);
- Reuniões itinerantes ao longo de 2010 em seis estados para mobilizar empresários para agenda da inovação: Rio Grande do Sul (30 de agosto), Santa Catarina (10 de setembro), São Paulo (22 de outubro), Pernambuco (18 de novembro), Bahia (19 de novembro) e Minas Gerais (dia 25 de novembro) (2010);
- Realização de workshop com empresas de consultorias especializadas em gestão de inovação para debater a proposta do Programa de Gestão da Inovação elaborada pelo BNDES e FINEP e apresentar as ações propostas da MEI para 2010. Estiveram presentes aproximadamente 40 especialistas (2010);
- Lançamento de doze núcleos estaduais de inovação no país. Outros quatorze em fase de implantação até dezembro de 2010. Os núcleos lançados estão em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará e Pará (2010);
- Lançamento de seis núcleos setoriais de inovação, coordenados pelas Associações Brasileiras Setoriais: ABM, CBIC, ABIFER, ABIT, ABIMAQ, ABIHPEC (2010);
- Para melhor estruturar os núcleos, a CNI e o SEBRAE firmaram, no dia 1º de outubro de 2010, no escritório da CNI em São Paulo, um convênio de cerca de R\$ 48,7 milhões (2010);
- Além dos recursos financeiros provenientes da parceria com o SEBRAE, a CNI articulou com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o lançamento de um edital da ordem de R\$ 50 milhões com o objetivo de estruturar núcleos de apoio a gestão da inovação em todo território nacional, que deverão capacitar e apoiar as empresas na elaboração de seus planos de inovação (2010);
- Como resultado de uma solicitação feita em reunião da MEI no dia 28 de junho de 2010, o governo federal criou a Sala de Inovação. A Portaria Interministerial nº 930, publicada no Diário Oficial da União no dia 8 de novembro de 2010, instituiu a sala, que oficialmente recebeu o nome de Comitê Pró-Inovação (2010);
- Realização do Seminário Temático Preparatório da 4ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (4ª CNCTI) no dia 07 de abril de 2010, no Escritório da CNI em São Paulo (2010);

- Assinatura do Protocolo de Intenções das Entidades do Sistema Indústria (CNI, SESI, SENAI e IEL) com o objeto de definir compromissos para a elaboração e operacionalização do Programa Nacional de Inovação do Sistema Indústria – PNI (2010);
- A Mobilização realizou trabalhos com quatro tipos de público para discutir o papel da inovação e os desafios do país nessa área (2009):
 - i. Líderes empresariais: foram realizadas três reuniões (março, maio, junho). Constituição do Comitê Empresarial da MEI, composta pelos empresários: Adilson Primo (Siemens); Pedro Wongtschowski (grupo Ultra); Pedro Passos (Natura); Frederico Curado (Embraer); Ricardo Pelegrini (IBM); Rogelio Golfarb (Ford) e Wilson Ferreira Jr (CPFL);
 - ii. Representantes de associações setoriais: foram realizados três encontros (abril, junho e julho). Formação do Comitê de presidentes de associações setoriais, composto por Aguinaldo Diniz Filho (ABIT), Humberto Barbato (Abinee), Luiz Aubert Neto (Abimaq) e João Carlos Basílio da Silva (Abihpec);
 - iii. Representantes com enfoque regional, com as participações das federações de indústria e do SEBRAE;
 - iv. Representantes de instituições públicas e privadas que tratam da agenda de inovação: apresentações da MEI em fóruns importantes como o Pró-Inova, em reuniões do Fortec, CGEE, MBC, Anpei e visitas técnicas ao MCT, BNDES, SEBRAE e ABDI, entidades parceiras na MEI. Foi realizada, em abril, uma reunião com empresas de consultorias especializadas em gestão de inovação.
- Realização do 3º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, realizado no dia 19 de agosto de 2009, e elaboração do manifesto “Inovação: A construção do futuro”, que foi entregue ao presidente da República pelos líderes empresariais em audiência em outubro de 2009 (2009);
- Construção da Rede de Núcleos de inovação: mobilização de federações, com visitas técnicas a cinco estados (CE, PE, AL, BA, RS) e reunião, em São Paulo, com 10 setores indústrias (2009);
- Preparação de metodologia para a construção dos núcleos (2009);
- Articulação com SESI, SENAI, IEL e SEBRAE para apoio na formação dos núcleos (2009);
- Articulação com BNDES e MCT para a formação dos Centros de Suporte à Inovação (2009).

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL



A gestão social e ambiental é uma importante ferramenta de modernização e competitividade das indústrias.

Procedimentos de gestão social e ambiental, crescentemente adotados pelas empresas, são indicativos de comprometimento com a preservação do meio ambiente e com o ambiente social e econômico no qual operam as empresas.

Programas e Projetos Associados:

Programa 61. Certificação Ambiental

Objetivo: Implementar mecanismos de estímulo às certificações ambientais, em especial a adoção de normas técnicas. O programa tem como base ações de sensibilização e capacitação empresarial para maior adoção de normas de gestão ambiental.

Projeto Associado 61-2. Análise de ciclo de vida

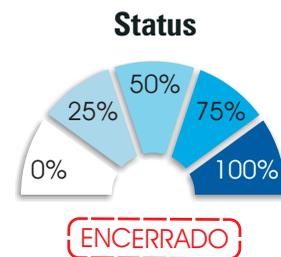
Objetivo: Capacitar entidades empresariais e empresas brasileiras para a utilização da ferramenta de análise de ciclo de vida.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Shelley Carneiro.

Status do Projeto: Projeto encerrado. Empresas capacitadas na metodologia. Percepção mais acurada de uma potencial iniciativa do Poder Público (Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Estaduais/Municipais de Meio Ambiente, IBAMA) de passar a exigir a análise do ciclo de vida como condicionante para o licenciamento ambiental.

Início	Fim
Junho de 2005	Dezembro de 2006



Programa 62. Produção mais Limpa (P+L)

Objetivo: Disseminar o conceito de produção mais limpa no âmbito da indústria. Serão efetuadas ações de capacitação, sensibilização, mobilização e assistência técnica, a partir dos núcleos de P+L das Federações das Indústrias.

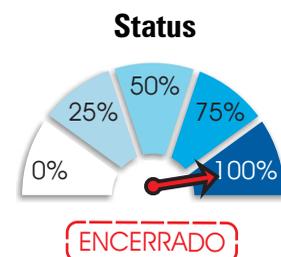
Projeto Associado 62-1: Eficiência Energética

Objetivo: Criar as condições necessárias para o sistema indústria estimular o mercado potencial de projetos de eficiência energética para a indústria nacional.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Wagner Cardoso.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2011



Ações realizadas:

- Publicação do Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf - pelo Ministério de Minas e Energia. A CNI participou da elaboração desse documento e conseguiu explicitar as necessidades da indústria na versão oficial do documento (2011);
- Realização de dois seminários com ampla participação da indústria e de representantes do governo para discutir os resultados dos estudos e as sugestões de prioridades elaboradas pela CNI e Procel/Eletróbrás para maior dinamismo no mercado de eficiência energética industrial (2009/2010);
- Negociação de novo convênio com a Eletróbrás para melhorar o desempenho de transformadores de distribuição da produção nacional (2009);
- Negociação de novo convênio com SENAI para implementar e consolidar núcleos de eficiência energética nos sistemas estaduais da indústria (2009);
- Publicação de estudo com o levantamento do potencial técnico de 13 setores industriais de grande consumo de energia por etapa de produção (2009);
- Publicação de estudo com a análise da experiência nacional em programas industriais de eficiência energética (2009);
- Publicação de estudo com o levantamento dos fatores de sucesso dos principais programas internacionais de eficiência energética (2009);
- Elaboração de nota técnica com resultados dos estudos e sugestões da CNI e Procel/Eletróbrás para maior dinamismo no mercado industrial de eficiência energética (2009).

Projeto Associado 62-2: Rede CNI de Produção mais limpa (P+L)

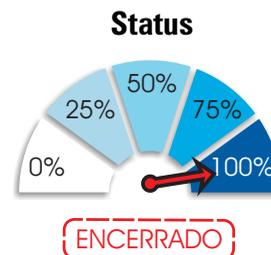
Objetivo: Incorporar os conceitos de ecoeficiência nas organizações brasileiras por meio da implantação de PmaisL, reduzir os desperdícios e, ao mesmo tempo, melhorar o desempenho ambiental. Disseminar os conceitos de P+L e incentivar a sua aplicação.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:
Shelley Carneiro / Sérgio Luiz Souza Motta.

Ações realizadas:

- Submissão de 1 (um) projeto estratégico ao SENAI DN, com a participação de 09 estados, para a estruturação dos Núcleos de PmaisL (2010);

Início	Fim
Novembro de 2007	Dezembro de 2010



- Treinamento de novos técnicos para os núcleos de PmaisL em MG, GO, AM, MS e ES (2009/2010);
- Implantação de novos núcleos de PmaisL em GO, AM, MS e ES (2009);
- Treinamento em Gestão de Negócios dos núcleos de PmaisL de MG, ES, GO, AM, BA, RJ, MS e RS (2009);
- Resultados obtidos (2008 e 2009):
 - » Número de participantes nos 5 eventos regionais: 314 pessoas;
 - » Número de Federações que participaram dos eventos regionais: 23;
 - » Núcleos de PmaisL já consolidados (anteriores ao Projeto): BA, RJ e RS;
 - » Núcleos capacitados em negócios para a venda de serviços de PmaisL: AM, BA, ES, GO, MG, MS, RJ e RS;
 - » Resultado das capacitações na metodologia de PmaisL (Estados AM, MS, ES e MG):
 - 53 técnicos capacitados;
 - 618 horas de capacitação;
 - 30 empresas atendidas;
 - 2.669 horas de atendimento às empresas;
 - Segmentos industriais participantes: Plástico, Eletro-eletrônico, Confecção, Bebidas, Borracha, Pneus, Mineração, Construção Civil, Cimento, Laticínios, Usinagem, Móveis, Metalúrgica, Serralheria, Semi-jóias, Beneficiamento de Grãos, Metal- mecânico.
- Assinatura de Termo de Cooperação para realização das atividades com o CNTL (SENAI-RS) (2008);
- Elaboração de Programa de Trabalho para implementação da rede nacional de PmaisL (2008).

Projeto 62-3: Sistema Integrado das Bolsas de Resíduos do Sistema Indústria – SIBR

Objetivo: Implantar, operar e expandir o Sistema Integrado das Bolsas de Resíduos nas federações propiciando a criação de uma base de dados nacional, a harmonização de processos e incorporação das melhores experiências existentes.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Administração do sistema através de convênio com a FIEP (2010);
- Lançamento do SIBR em junho de 2009 na FIERGS (2009);
- Adesão das Bolsas de Resíduos dos Estados do RS, ES e SE ao SIBR (2009);
- Início da negociação com uma empresa para estabelecer parceria estratégica ao SIBR (2009);
- Estabelecimento da funcionalidade do SIBR (2008);
- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica entre a CNI e as Federações dos Estados do Paraná, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Pará e Goiás (2008).

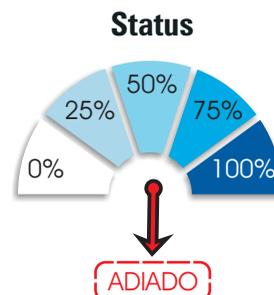
Projeto 62-4: Recursos Hídricos

Objetivo: Influenciar na implantação dos Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, minimizando o impacto na competitividade do setor industrial.

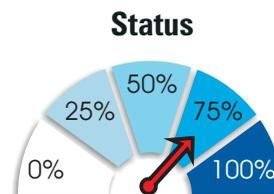
A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433 de 1997 e complementada pela Lei 9.984 de 2000, conta com uma série de instrumentos. O maior potencial para influenciar na competitividade do setor industrial está na cobrança pelo uso da água e no enquadramento dos cursos de água. A aplicação de ambos os instrumentos é orientada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, que possuem representantes do setor industrial.

Cobrança pelo Uso da Água: Atualmente a cobrança pelo uso da água está implementada em 3 Bacias Hidrográficas de Rios do Domínio da União (Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; e São Francisco). Existem propostas de cobrança pelo uso da água em discussão na Bacia dos Rios Doce; Verde Grande e Paranaíba e propostas de revisão dos

Início	Fim
Agosto de 2007	–



Início	Fim
Novembro de 2007	Dezembro de 2012



valores praticados na Bacia do Rio Paraíba do Sul e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Enquadramento dos Cursos de Água: O estabelecimento de objetivos de qualidade para os corpos de água terá repercussões na exigência sobre o lançamento de efluentes das indústrias. Atualmente este debate está em pauta no Comitê da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí e a metodologia adotada deve orientar a definição de re-enquadramento das demais Bacias Hidrográficas do País.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Shelley Carneiro.

Ações realizadas:

- Realização de 3 reuniões da Rede de Recursos Hídricos da CNI para tratar dos assuntos: uso eficiente da água; Plano Nacional de Recursos Hídricos; recursos arrecadados pelas agências de Bacia por meio da cobrança da água; comitês de bacias; participação dos representantes da indústria no Conselho de Administração das Agências; pautas estratégicas para a Indústria no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Norma ISO-14046 (Pegada Hídrica), Regimento Interno do CNRH, criação de unidades de conservação por meio de planos de recursos hídricos; e participação da Indústria no VI Fórum Mundial da Água (a ser realizado em março/12) (2011);
- Defesa dos interesses da indústria no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e apoio aos representantes das suas respectivas câmaras técnicas. A forte atuação da indústria nesse colegiado permite que o setor, enquanto usuário da água, participe ativamente da formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à gestão integrada de recursos hídricos (2011);
- Produção de nota técnica que avalia o rascunho da norma ISO 14046, que trata da *Water Footprint* (Pegada Hídrica), e participação do grupo de trabalho da ABNT que debate e formula a referida norma ISO (2011);
- Influência na inserção do tema “reuso da água” como um dos prioritários nas ações a serem financiadas com recursos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro) do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação para 2012 (2011);
- Apoio a federações e associações no debate sobre a gestão de recursos hídricos, com destaque para a discussão sobre a criação da Agência da Bacia do Paranaíba (junto à FIEMG e FIEG), na qual a negociação da indústria contribuiu para viabilizar o repasse de 7,5% dos recursos da cobrança pagas pela geração de energia elé-

trica à agência de bacia; e junto à FIEMG e FINDES, no âmbito do Comitê da Bacia do Rio Doce, onde o apoio a essas federações e a negociação junto à Agência Nacional de Águas e ao referido Comitê resultaram na redução de cerca de 30% nos valores praticados pela cobrança de recursos hídricos na bacia (2011);

- Realização de reuniões da Rede de Recursos Hídricos da Indústria, envolvendo os representantes do setor industrial no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas câmaras técnicas, pontos focais nas federações de indústria dos estados e em 14 associações setoriais (2010);
- Representação da Indústria nas Reuniões do CNRH e acompanhamento das câmaras técnicas (2010);
- Promoção do Workshop: Enquadramento dos cursos de água e definição de Metas Quali-Quantitativas com representantes das Federações Estaduais, Associações Setoriais e empresas industriais (2010);
- Interlocução com a Câmara Técnica de Planos do CNRH e com a ANA para a retirada da proposta de enquadramento dos cursos de água do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, apreciado pelo CNRH em dezembro (2010);
- Apoio técnico e financeiro à FIEMG na realização da Oficina de Usuários da Bacia do Rio Doce: Cobrança pelo uso da água, arranjo institucional, experiências existentes e proposta para a bacia do Rio Doce, realizada em fevereiro, em Belo Horizonte (2010);
- Apoio técnico e financeiro à FIESC na realização do Workshop: a cobrança pelo uso da água no Estado de Santa Catarina, realizado em setembro em Florianópolis (2010).

Programa 63. Programas de Responsabilidade Social

Objetivo: Disseminar entre as empresas conceitos, práticas, políticas e ferramentas de responsabilidade social e capacitar os empresários para a adoção das ferramentas na condução diária de seus negócios.

Projeto Associado 63-1: Articular os conselhos, núcleos ou grupos de responsabilidade social para atuação em rede

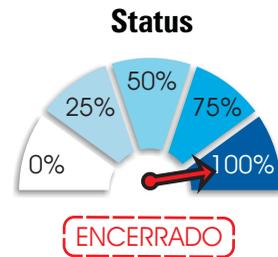
Objetivo: Articular os conselhos, núcleos ou grupos de responsabilidade social para atuação em rede.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali.

Ações realizadas:

- Realização de cinco reuniões do Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social, nas quais foram apresentadas iniciativas conduzidas por federações e outras instituições da indústria (2011);
- Realização de quatro reuniões do Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social, com crescente envolvimento e participação dos membros nas reuniões (2010);
- Realização de visita Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais (FGBS) para conhecer o projeto e avaliar a possibilidade de replicá-lo para outros estados, por meio das Federações de Indústria (2010);
- Realização de cinco reuniões itinerantes do Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social (CORES), com o objetivo de conhecer as iniciativas dos Estados e estimular a ampliação de núcleos de Responsabilidade Social (2009);
- Implantação de dois novos conselhos de Responsabilidade Social nos Estados do AC e PA. Totalizando 15 conselhos estaduais desde a criação no CORES-CNI em 2005 (2009);
- Realização de sete reuniões do Conselho Temático de Responsabilidade Social (CORES) em Federações Indústria, com o objetivo de conhecer as iniciativas e estimular a ampliação de núcleos de responsabilidade social (2008);
- Implantação de dois Conselhos Estaduais de Responsabilidade Social, ampliando o debate sobre o tema (2008);
- Realização de 5 reuniões do Conselho Temático de Responsabilidade Social (CORES) em Federações e Associações de Indústria,

Início	Fim
Mai de 2005	Dezembro de 2011



com o objetivo conhecer as iniciativas e estimular a ampliação de núcleos de responsabilidade social (2006);

- Realização de 18 Fóruns Regionais de Responsabilidade Social (2006);
- Realização do Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho 2006 (PSQT), envolvendo 2.039 empresas. O PSQT é reconhecido como ferramenta de mobilização para a responsabilidade social, por avaliar a qualidade da relação trabalhador – empregador (2006).

Projeto Associado 63-2: Fomentar a cultura da responsabilidade social no meio empresarial

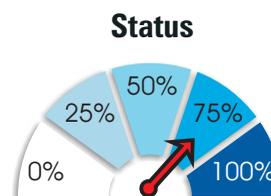
Objetivo: Fomentar a cultura de responsabilidade social no meio empresarial, através da elaboração de documentos de referência, da disseminação de boas práticas e da aplicação do “Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho” à Indústria.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali.

Ações realizadas:

- Planejamento e realização de dois seminários, um em conjunto com a ABNT e outro com a FINDES, para divulgação da ISO 2600 (2011);
- Apoio à formulação e à divulgação da publicação ISO 26000 GVCes, resultado dos Encontros do Grupo de Trabalho sobre a ISO26000 – FGV, realizados em 2010 (2011);
- Planejamento e realização de videoconferência para divulgação do projeto Bancos Sociais, desenvolvido pela FIERGS, e sensibilização das demais federações para adoção de iniciativas dessa natureza (2011);
- Articulação para apoio do SESI ao Prêmio Construindo a Nação, promovido pelo Instituto Cidadania Brasil (2011);
- Reprodução e distribuição de DVD da Mostra de RSE para conselheiros do CORES (2010);
- Realização, pela CNI, de seminário nacional sobre a ISO 26000 e os impactos para o setor empresarial brasileiro (2010);
- Participação em reuniões sobre a ISO 26000 e sensibilização de empresários e profissionais ligados à área de RSE das empresas quanto à Norma e a necessidade de levá-la ao conhecimento das lideranças das empresas (2010);

Início	Fim
Setembro de 2005	Dezembro de 2012



- Realização da Mostra de Responsabilidade Social da CNI, durante a 4ª edição do Encontro Nacional da Indústria, divulgando ações socialmente responsáveis indicadas pelos Estados através de seus conselheiros do CORES (2009);
- Lançamento do livro “Mais CORES no milênio”, destacando os projetos do Prêmio Construindo a Nação que incentivam o cumprimento das metas do milênio definidas pela Organização das Nações Unidas – ONU (2009);
- Realização da terceira edição do Seminário Internacional de Responsabilidade Social, em parceria com a HSM Management, em novembro de 2008;
- Realização do Seminário “Responsabilidade Social – Agregando Valor para a Indústria”, em parceria com a HSM Management, em novembro de 2007;
- Realização do II Workshop sobre Responsabilidade Social Corporativa, como parte do acordo firmado por representantes da CNI e da sua congênera norueguesa, a NHO em novembro de 2007;
- Elaboração e divulgação do documento “Responsabilidade Social Empresarial”, que apresenta conceitos, vantagens dos investimentos, projetos e parcerias que podem ser desenvolvidas por empresas nessa área (2006).

Projeto Associado 63-3: Contribuir para a formulação de políticas públicas e para a criação e aperfeiçoamento da legislação de incentivos à responsabilidade social

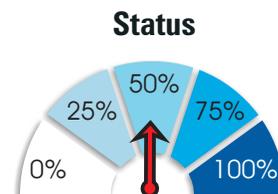
Objetivo: Identificar a legislação existente, avaliar oportunidades de aperfeiçoamento e elaborar propostas de políticas públicas com a visão da indústria.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali.

Ações realizadas:

- Acompanhamento dos projetos de lei, com o objetivo de elaborar pareceres e propostas legislativas (2010 e 2011);
- Participação em audiência pública contra a obrigatoriedade de publicação de Balanço Social pelas empresas com mais de 100 funcionários. Segundo a posição da CNI, o projeto desvirtua o sentido do Balanço Social e fere o princípio da voluntariedade que permeia o tema Responsabilidade Social (2009);

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2015



Situação dos Programas e Projetos

- Elaboração de parecer sobre o PLS 224/2007, que institui o Balanço Social Empresarial e autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, e realização de visita ao Senado Federal para apontar possibilidades de melhorias no texto do projeto (2007);
- Avaliação da legislação existente e validação do conceito de responsabilidade social empresarial (2007/2008);
- Acompanhamento dos projetos de lei, com o objetivo de se elaborar pareceres e propostas legislativas (2007/2008).

Projeto Associado 63-4: Mapear, acompanhar e apoiar ações, prêmios e certificações relativas à Responsabilidade Social Empresarial

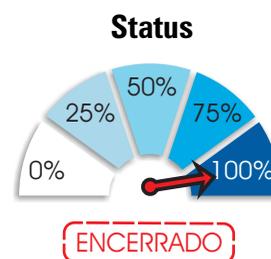
Objetivo: Mapear, acompanhar e apoiar ações, prêmios e certificações relativas à Responsabilidade Social Empresarial.

Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto: Emerson Casali.

Ações realizadas:

- Apoio à divulgação no 1º Congresso Brasileiro de Ética nos Negócios (2010);
- Participação na Mostra FIESP sobre Responsabilidade Social (2010);
- Participação nos seis encontros do Grupo de Trabalho sobre a ISO 26000 – FGV (2010);
- Participação no Seminário: “Oportunidades e Desafios na Aplicação da Norma ISO 26000 nas Organizações”, promovido pela FGV (2010);
- Participação na quarta edição do Seminário Internacional de Responsabilidade Social, em parceria com a HSM Management (2010);
- Participação no Seminário sobre ISO 26000 - A Futura Norma Internacional sobre Responsabilidade Social, em São Paulo, dias 02 e 03 de março de 2009;
- Participação no BAWB (Global Forum – Call for Action) – Região Nordeste, em João Pessoa, de 15 a 17 de abril de 2009;
- Participação no BAWB (Global Forum – Call for Action) – Região Norte, em Belém, de 14 a 16 de abril de 2009;
- Participação no 7º Seminário Aberto em Minas Gerais – Responsabilidade Social Empresarial – IV Encontro Internacional – no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte, de 14 a 16 de outubro de 2009;

Início	Fim
Novembro de 2005	Dezembro de 2010



- Apoio ao “Prêmio Construindo a Nação” do Instituto Brasileiro de Cidadania. O prêmio esteve presente em 23 estados, beneficiando 1163 escolas e seus 255.910 alunos (2009);
- Lançamento do livro “Mais CORES no milênio”, destacando os projetos do Prêmio Construindo a Nação que incentivam o cumprimento das metas do milênio definidas pela Organização das Nações Unidas – ONU (2009);
- Apoio ao Programa de Formação Cidadã, idealizado pelo Instituto FIEC de Responsabilidade Social. O programa tem como objetivo catalisar, induzir e disseminar a cultura da responsabilidade social junto às Instituições de Ensino Superior (2008);
- Apoio ao “Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho” (PSQT) – novembro/ 2008, envolvendo 2.706 empresas. O Prêmio destaca o esforço das indústrias que investem em práticas diferenciadas de gestão e na valorização dos seus colaboradores (2008);
- Apoio ao “Prêmio Construindo a Nação” do Instituto Brasileiro de Cidadania. O prêmio mostra aos jovens a necessidade de ser um agente de mudanças para sua comunidade, através da educação e da cidadania. Está presente em 18 estados do país e atinge mais de 200 mil alunos (2008);
- Lançamento da edição nacional do prêmio “Construindo a Nação”, realizado pela CNI, através do CORES, em parceria com o Instituto da Cidadania Brasil (2007);
- Realização, pelo SESI, de pesquisa com 172 empresas, com o objetivo de colaborar para a criação da norma ISO 26.000 (2007);
- Participação do Movimento Internacional BAWB (“Empresas que Lucram e Beneficiam o Mundo”) – setembro/2007;
- Organização e realização de Workshop de Responsabilidade Social em conjunto com a Confederação das Empresas Norueguesas (NHO) – novembro/2007;
- Apoio ao “Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho” (PSQT) – novembro/ 2007.

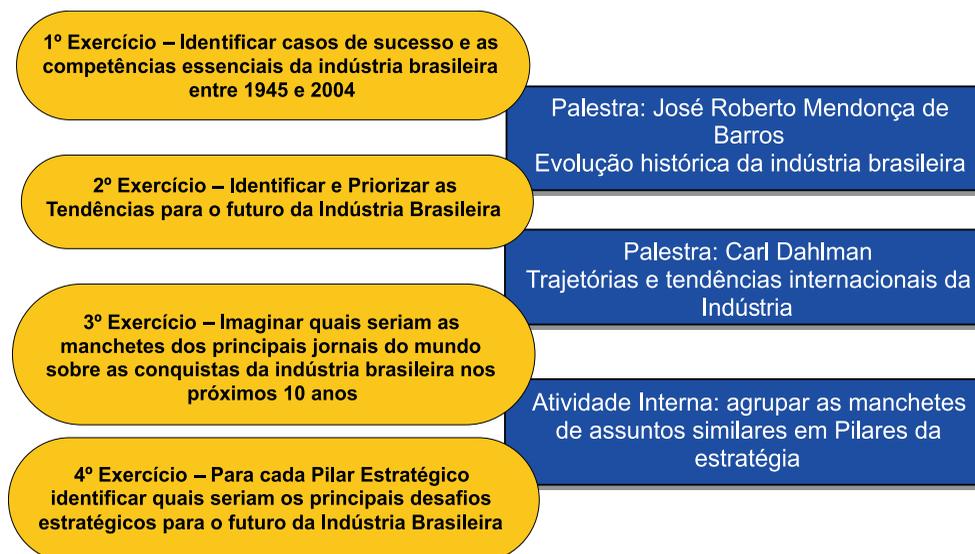
HISTÓRICO

Agosto de 2004:

- Elaboração da Visão compartilhada do Futuro da Indústria.

Mais de sessenta lideranças empresariais e industriais brasileiras (membros do Fórum Nacional da Indústria, Diretores e Coordenadores da CNI e líderes de grandes grupos empresariais) estiveram reunidas durante um dia e meio para discutir o futuro da indústria Brasileira nos próximos 10 anos e, desde então, teve início o processo de construção do Mapa Estratégico da Indústria Brasileira 2007 - 2015.

Os exercícios foram conduzidos com o apoio da Symnetics e a participação de expositores nacionais e internacionais.



Agosto a Outubro de 2004:

- Desafios Estratégicos Setoriais e Regionais.

Os Conselhos Temáticos e Grupos Especiais de Trabalho da CNI qualificaram os direcionadores estratégicos para a Indústria e validaram o posicionamento de cada Entidade sobre os direcionadores estratégicos.

- Mapa Estratégico da Indústria – Tradução e Alinhamento

A partir dos direcionadores estratégicos foram definidos os Temas e Objetivos Estratégicos que fazem parte do Mapa Estratégico, os quais, posteriormente, foram validados pelos membros do FNI – Fórum Nacional da Indústria.

■ **Novembro e Dezembro de 2004:**

- Definição de indicadores, Metas e Programas

As áreas técnicas da CNI elaboraram o conjunto de indicadores, metas e linhas de ação estratégicas (conjunto de 63 Programas), que foi validado pelos Conselhos Temáticos.

- Agenda Estratégica da Indústria – Compromisso e Responsabilidade

O FNI e Empresários convidados validaram a Agenda Estratégica da Indústria que propõe os desafios para o País para os próximos 10 anos.

■ **Abril de 2005:**

- Início da divulgação do Mapa da Indústria

A divulgação do Mapa está sendo realizada por meio de Seminários e palestras nas Federações de Indústria nos estados, associações, governos e comunidade em geral.

O documento foi entregue a líderes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo distribuído em 2005 um total de 12.000 exemplares.

■ **Junho a Outubro de 2005:**

- Detalhamento de Indicadores e Programas Estratégicos

As Unidades Temáticas da CNI identificaram projetos em desenvolvimento que estão alinhados aos Programas definidos. Para os programas que não possuem projetos em desenvolvimento elaboraram proposição de ações e projetos, que foram validados pelos Conselhos Temáticos.

■ **Outubro de 2005 a Março de 2006:**

- Implantação de um sistema de gestão

Implantação do software *Digital Cockpit* e capacitação da equipe.

- Início do desenvolvimento dos projetos.

■ Março de 2006 a Março de 2012:

- Implementação e Monitoramento dos programas e projetos;
- Elaboração de relatórios de gestão;
- Acompanhamento das metas;
- Implantação de ferramenta de gestão de projetos - MS Project Professional;
- Capacitação da equipe em MS Project Professional;
- Curso básico de gestão de projetos para toda a equipe;
- Elaboração e divulgação do 1º, 2º, 3º e 4º Caderno de Indicadores;
- Revisão dos Objetivos Estratégicos do Mapa;
- Revisão das metas dos 18 principais indicadores do Mapa.

REVISÃO DO MAPA

A Confederação Nacional da Indústria iniciou, em junho de 2008, processo interno de revisão do Mapa Estratégico da Indústria através da discussão com as equipes técnicas e os Conselhos Temáticos Permanentes da CNI. A primeira fase desse processo tratou essencialmente dos objetivos estratégicos do Mapa, os quais representam os desafios principais da indústria brasileira frente ao desenvolvimento sustentável.

A proposta de revisão dos objetivos estratégicos foi apresentada e validada em reunião do FNI realizada em março de 2009, e as principais alterações propostas foram:

1. Inserção do conceito de desenvolvimento sustentável nas várias perspectivas do Mapa; maior consistência entre os vários objetivos do mapa com a visão de desenvolvimento sustentável.
2. Maior ênfase às questões ambientais e de mudanças climáticas, resultando em alterações necessárias nos Resultados Esperados para o País, bem como no Posicionamento proposto pela indústria para o Brasil.
3. No Tema “Inserção Internacional”, dá-se ênfase à melhoria do ambiente doméstico para o comércio exterior e enfatiza-se o apoio à atuação externa das empresas brasileiras e sua preparação para atuarem no exterior. A mudança visa dar maior abrangência ao objetivo que estava concentrado em negociações internacionais e no desenvolvimento de marcas, que é apenas uma das dimensões para a atuação externa das empresas.
4. Na temática de “Inovação” a principal alteração é a inclusão do aprimoramento do ambiente para inovação. Permanece o objetivo “Estimular a inovação nas empresas” e há uma fusão de objetivos relacionados com o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e o fomento de mecanismos de acesso ao conhecimento.
5. Alteração no nome do tema de “Responsabilidade Social e Ambiental” para Responsabilidade Social e Gestão Ambiental. A dimensão ambiental foi incluída em vários outros objetivos do Mapa.
6. No tema da “Liderança Empresarial” o ajuste torna mais claros os objetivos ao separar a visão estratégica do aperfeiçoamento da liderança empresarial e destacar o aperfeiçoamento dos mecanismos de influência da formulação de políticas públicas.
7. Em “Educação” são mantidos os objetivos atuais. A alteração na questão de “Saúde” visa dar maior foco à ação da indústria através da ênfase da qualidade dos gastos públicos em saúde e questões regulatórias que afetam os custos do sistema privado de saúde, com impacto nas empresas.
8. Nas questões associadas ao tema de Infraestrutura a proposta revisa o texto dos objetivos associados à energia e telecomunicações, para focalizar melhor as ações.

Em outubro de 2009, a CNI, em continuidade ao processo de revisão do mapa iniciado em 2008, apresentou a proposta de revisão das metas para 2010 dos 18 principais indicadores do Mapa. As principais alterações propostas foram:

1. Indicador: Índice de Produtividade da Indústria - redução da meta de 6,0% a. a. para 3,5% a. a.
2. Indicador: Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB – redução da meta de 25,0% para 20,0% até 2010.
3. Indicador: Crédito / PIB – aumento da meta de 40,0% para 50,0% até 2010.
4. Indicador: Taxa Real de Juros – redução da meta de 6,0% para 5,0% até 2010.
5. Indicador: Carga Tributária – aumento da meta de 30,0% para 33,0%.
6. Indicador: Índice de GINI – redução da meta de 0,52 para 0,50.



Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen
CEP: 70040-903 - Brasília-DF Fone: (61) 3317-9000
www.cni.org.br